

Algarve

2014 - 2020

Diagnóstico e estratégia

**Territórios de baixa
densidade**



Ficha Técnica

Título:

Algarve 2014 – 2020. Diagnóstico e Estratégia.
Territórios de Baixa Densidade

Autoria:

IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos

Coordenação:

António Oliveira das Neves

Edição:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
do Algarve

Design e paginação:

Letras Generosas, Lda (ETIC_Algarve)

Faro, Setembro de 2015

Estudo Financiado pelo POAT no âmbito da candidatura
nº ATFDR-01-0273-FEDER-000053

Reprodução autorizada, exceto para fins comerciais,
com indicação da fonte.





Índice

Nota Introdutória

Apresentação	6
1. Territórios de Baixa Densidade do Algarve	8
1.1. Elementos de Diagnóstico socioeconómico e territorial	11
1.1.1 Síntese das dimensões críticas	11
1.1.2. A perspetiva dos Recursos Endógenos	20
1.1.3. A perspetiva dos produtos e das atividades	22
1.1.3.1 Complexo agroalimentar	22
1.1.3.2 Economia dos Recursos florestais e Caça	35
1.1.3.3 Turismo de Natureza	41
1.2. Balanço das estratégias e intervenções e dos resultados das políticas públicas	48
1.2.1. Programa de Recuperação dos Centros Rurais (“Viver melhor no Algarve Rural”)	48
1.2.2. Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade (PROAlgarve, 2000-2006)	51
1.2.3. PROVERE - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos	55
1.2.4. Intervenções no âmbito do ProDeR (2007-2013)	57
1.2.5. Projeto Querença	66
1.3. Matriz SWOT	68
2. Modelo Territorial de Intervenção	72
2.1. Quadro prospetivo - Cenários contrastados	73
2.2. Enquadramento dos Territórios de Baixa Densidade nos referenciais estratégicos regionais	76
2.3 Desafios e Pressupostos de intervenção	85
3. Prioridades de Intervenção	86
3.1. Eixos estruturantes	87
3.2. Instrumentos de Programação Estratégica	88
3.3. Enquadramento de financiamento	116
4. Governação e monitorização	122
4.1. Pressupostos de intervenção	123
4.2. Parcerias e lideranças	126
4.3. Monitorização e Avaliação	129
ANEXO I. Estudo de caso - Instalação de jovem apicultor na Serra de Tavira	130

Índice de Tabelas

Tabela 1 – População Residente, Índice de Envelhecimento e Variação (2001 a 2011), por Freguesia	15
Tabela 2 – Freguesias em situação de depressão demográfica acentuada	18
Tabela 3 – Investimento contratado no âmbito da Ação Jovens Agricultores (até 31/12/2013)	24
Tabela 4 – Principais Povoamentos do coberto florestal do Algarve	35
Tabela 5 – ZIF Constituídas no Algarve	37
Tabela 6 – Evolução da oferta de alojamento de Turismo em Espaço Rural no Algarve (2003-2012)	41
Tabela 7 – Áreas protegidas no Algarve	43
Tabela 8 – Quadro resumo do Programa de Recuperação dos Centros Rurais do Algarve	49
Tabela 9 – ProDeR: síntese dos PA aprovados nos TBD	58
Tabela 10 – ProDeR (Medida 1.1.1): Principais atividades de investimento nos TBD	59
Tabela 11 – ProDeR (Medida 1.1.1): Principais atividades de investimento (distribuição municipal)	60
Tabela 12 – Apoios aprovados para a Defesa da Floresta Contra Incêndios	61
Tabela 13 – Execução Financeira dos GAL no Algarve	62
Tabela 14 – Avaliação qualitativa do desempenho das ELD	63
Tabela 15 – Cenários Contrastados de Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade no Algarve, no horizonte 2030	74
Tabela 16 – Síntese do Plano Intermunicipal de Alinhamento com estratégia Rural	80

Índice de Figuras

Figura 1 – Territórios de Baixa Densidade	12
Figura 2 – Variação da população residente nos Territórios de Baixa Densidade (2001-2011)	13
Figura 3 – População residente no Algarve (Censos 2011)	13
Figura 4 – Índice de envelhecimento nos Territórios de Baixa Densidade (2011)	14
Figura 5 – Evolução da Densidade Populacional (1991-2011)	18
Figura 6 – Ordenamento cinegético do Algarve (1996 - 2008)	38
Figura 7 – Ordenamento cinegético do Algarve (Outubro de 2013)	39
Figura 8 – Inserção do percurso da Via Algarviana nas Áreas Classificadas do Algarve	45





Nota Introdutória

O documento que agora se publica faz parte de um conjunto de estudos setoriais, cofinanciados pelo PO Assistência Técnica (FEDER), que a CCDR Algarve encomendou a especialistas externos.

Pretendeu-se, através dos diferentes estudos, melhorar o conhecimento e fazer o ponto de situação de algumas temáticas estruturantes: Inclusão e Emprego, Sustentabilidade Energética, Intervenção em Territórios de Baixa Densidade, Política de Cidades e Mobilidade e Acessibilidades. Nesse âmbito, tornou-se indispensável ouvir os atores regionais relevantes e assegurar propostas e caminhos de intervenção que suportassem a decisão, nomeadamente no quadro das intervenções a operacionalizar no contexto do novo período de programação de fundos comunitários para 2014-2020.

O vasto conjunto de informação recolhido e os caminhos propostos por cada equipa de trabalho não se esgotam no presente ciclo de programação e muitas vezes recomendam orientações que não visam o financiamento disponível, mas que abrangem outros âmbitos estratégicos e de planeamento operacional e territorial em que a CCDR Algarve tem competências enquanto agente coordenador do desenvolvimento na Região do Algarve.

Nesse sentido, entendeu-se que os estudos realizados mereciam uma ampla divulgação e que, a par das sessões públicas já organizadas, deve lançar-se o debate regional sobre os temas referidos, tendo como referencial a informação agora disponibilizada.

David Jorge Mascarenhas dos Santos

(Presidente da CCDR Algarve/ Gestor do CRESC ALGARVE 2020)

Apresentação

Os domínios estratégicos de trabalho técnico fixados nos Termos de Referência do **Estudo de Diagnóstico e Estratégia 2014-2020: Territórios de Baixa Densidade** traduzem um equilíbrio exigente entre as seguintes vertentes:

- Diagnóstico suportado na análise e reconsideração crítica de estratégias e modelos de intervenção em gerações anteriores de programação dos Fundos Estruturais.
- Prioridades de Intervenção com aproximação às políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento regional integrado.
- Modelo de governação e instrumentos de monitorização.

O **Relatório Final do Estudo de Diagnóstico e Estratégia 2014-2020** referente aos **Territórios de Baixa Densidade** posiciona-se num patamar de construção de respostas a esses domínios estruturantes dos Termos de Referência. O documento foi elaborado na sequência do processamento de um vasto conjunto de informação empírica com várias origens:

- Análise documental e tratamento de informação estatística convencional produzida pelo sistema estatístico nacional (p.ex., Censos, Quadros de Pessoal, Recenseamento Geral da Agricultura e Anuário Regional);
- Análise de informação de execução de instrumentos de política com incidência nos Territórios de Baixa Densidade, obtida através dos sistemas de informação do Programa Operacional Algarve 21, dos PO Temáticos, do PROMAR e do ProDeR;
- Entrevistas a diversas entidades que desenvolvem trabalho técnico de regulação e dinamização socioeconómica nos Territórios de Baixa Densidade, nomeadamente: Direções Regionais, Organismos desconcentrados da Administração Central, Municípios, Associações de Desenvolvimento, Associações e Organizações de Produtores Florestais e de Produções tradicionais.¹
- Estudos de Caso em torno de um conjunto contrastado de produtos/iniciativas para avaliar pontos críticos e condições de sucesso.

¹ Organismos desconcentrados da Administração Central:

[Direção Regional de Economia do Algarve; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - DRAPAlg; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP (ICNF) - Departamento do Conservação da Natureza e Florestas do Algarve; Ponto focal regional da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - Alberto Espírito Santo (ICNF)];
Associações de Desenvolvimento Local e Outras: [Associação In Loco; Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste; ODIANA - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana; Alcance - Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio];
Associações de Produtores e Profissionais [Associação dos Produtores Florestais da Serra do Caldeirão; AIDA - Associação Interprofissional para o Desenvolvimento da Produção e Valorização da Alfarroba; ASPAFLOBAL - Associação de Produtores Florestais do Barlavento Algarvio; APAGARBE - Associação de Produtores de Aguardente de Medronho

do Barlavento Algarvio; ANCCRAL - Associação Nacional de Criadores de Caprinos de Raça Algarvia; Associação de Produtores de Batata doce de Aljezur];

Federação de Caçadores do Algarve; Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico da C.M. Monchique; Tertúlia Algarvia];

e Associações Empresariais [NERA - Núcleo Empresarial da Região do Algarve; AHISA - Associação dos Hotéis e Similares de Hotelaria do Algarve];

Empresas [Nova Cortiça, SA (Transformação de cortiça); ProactiveTur (Turismo de Natureza); A Prova (Doçaria regional)];

Outros [Jovem apicultor; Presidente da Junta da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim; Presidente da Junta da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João; Presidente da Junta de Freguesia de Odeleite].

O **Relatório Final** desenvolve-se em torno do conjunto de objetivos que estrutura o Estudo e que evolui do Diagnóstico e do balanço dos instrumentos de política usados, *lato sensu*, na última década, para um breve enunciado de cenários de evolução que suporta a identificação de desafios e de prioridades de intervenção, no horizonte de 2020.

Capítulo I. Territórios de Baixa Densidade do Algarve – Visão abrangente, que compreende: (i) a sistematização dos principais elementos de diagnóstico socioeconómico e territorial; (ii) o balanço das estratégias e intervenções e dos resultados dos instrumentos de políticas públicas; (iii) a construção de uma Matriz SWOT dos Territórios de Baixa Densidade da Região.

Capítulo II. Modelo Territorial de Intervenção, que compreende: (i) um breve exercício de prospetiva organizado em torno de três cenários contrastados de desenvolvimento; (ii) o enquadramento dos Territórios de Baixa Densidade nos referenciais estratégicos regionais; (iii) o enunciado de desafios e pressupostos de intervenção.

Capítulo III. Prioridades de Intervenção, que compreende: (i) o enunciado dos Eixos estruturantes de intervenção nos Territórios de Baixa Densidade; (ii) a apresentação dos Instrumentos de Programação Estratégica (Iniciativas Âncora); (iii) o enquadramento do Financiamento daqueles instrumentos.

Capítulo IV. Governação e Monitorização, que compreende o enunciado: (i) das Parcerias e Lideranças a estabelecer; (ii) dos Instrumentos de Monitorização.

O Relatório inclui, ainda, alguns anexos que sintetizam elementos estatísticos ou exemplos que se consideram relevantes de intervenções passadas e em curso nos Territórios de Baixa Densidade.



01

**Territórios de baixa
densidade do Algarve
- visão compreensiva**



As dimensões-problema dos Territórios de Baixa Densidade são contextualizadas de forma objetiva nos Termos de Referência do **Estudo de Diagnóstico e Estratégia 2014-2020**, constituindo uma aproximação objetiva às realidades socioeconómicas e territoriais da Região do Algarve. Entre os principais elementos analíticos aí presentes, são evidenciados os seguintes:

- Incapacidade revelada pelas estratégias, metodologias, tipologias de investimentos e modalidades de animação que não inverteram as tendências de estagnação existentes;
- Influência dos fluxos migratórios dos anos 60 que desestruturaram com profundidade a realidade económica, social e ambiental do Algarve interior;
- Crescente perda de recursos humanos, originando uma recomposição da estrutura demográfica, em que o acentuado envelhecimento e a quebra populacional constituem características dominantes destes territórios;
- Disparidade acentuada dos índices de desenvolvimento económico e social entre o Interior e o Litoral do Algarve.

Entre os recursos potenciais e necessidades de intervenção, são destacados os seguintes:

- Padrão relevante de qualidade de vida e, sobretudo, recursos característicos suscetíveis de serem valorizados em atividades e negócios relacionados com as indústrias do agroalimentar, a cultura e a criatividade e o turismo rural e de natureza, diversificando a base de atividade económica, fixando população e criando dinâmicas de desenvolvimento local e regional;

- Dinamização das comunidades para identificar as modalidades adequadas para valorizar os recursos endógenos, incorporar conhecimento/ inovação e capacidades de transformação.
- Prioridade a formas de atuação que privilegiem a participação das comunidades locais como principal princípio de mobilização de potencialidades e de vontades integradoras, que permitam às aldeias, com o seu capital social, económico e político, desenhar e integrar uma estratégia de desenvolvimento rural;
- Procurar contrariar a tendência para encontrar “soluções-tipo” que não observem as diferenças que se verificam nos territórios rurais, valorizando a intervenção em aldeia a partir das necessidades específicas.

As problemáticas dos Territórios de Baixa Densidade têm vantagem em ser analisadas no cruzamento dinâmico entre matérias de ordenamento e desenvolvimento socioeconómicos do território, constituindo a coesão territorial uma preocupação das políticas públicas no Algarve. Entre as várias iniciativas anteriores que fazem parte do património de intervenção nestes territórios com reflexos no desenho de intervenções em períodos de programação subsequentes (cf. Referências e análise no Ponto 1.2 deste Relatório), e que vão ser analisadas no Ponto 1.2, importa sinalizar a abordagem estruturada que foi desenvolvida na metade inicial da 1ª década dos anos 2000, com o enquadramento da “Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade” (CCR Algarve, 2002) no Programa Operacional para a Região do Algarve (PROAlgarve, 2000-2006).

As assimetrias territoriais têm visibilidade e consequências ao nível da sustentabilidade do próprio processo de desenvolvimento, tanto em termos da dicotomia litoral/serra, como no que concerne às Áreas Protegidas.

Nessa perspetiva, importa também sublinhar a ênfase que foi colocada no desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade no Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), aprovado pela RCM n.º 102/2007 e que fica nos seus quatro objetivos estratégicos dimensões cruciais para os Territórios de Baixa Densidade:

- *Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer;*
- *Robustecer e qualificar a economia, promover atividades intensivas em conhecimento;*
- *Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;*
- *Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.*

Mais em concreto, o Eixo 6 do PROT Algarve estabeleceu o reforço da coesão territorial e a valorização integrada das potencialidades dos diversos territórios como um dos objetivos estratégicos a desenvolver. Esta importante dimensão-problema para a coesão territorial e para o desenvolvimento regional, merecem do PROT Algarve a definição de um programa estratégico específico para abordar o desenvolvimento sustentável das áreas de baixa densidade (PE 09), segundo quatro linhas de intervenção estruturantes:

- Desenvolvimento rural;
- Correção de assimetrias regionais;
- Valorização dos recursos endógenos para a fixação de população;
- Estimulo às iniciativas económicas e empresariais.

No horizonte 2020, as orientações da Política de Coesão valorizam a competitividade dos territórios, a sustentabilidade no uso dos recursos e a inclusão social, dimensões que sugerem a necessidade de um reposicionamento dos Territórios de Baixa Densidade que poderão beneficiar, no nível dos recursos de financiamento de complementaridades entre a intervenção do FEADER e FEAMP e dos Fundos da Política de Coesão.



1.1.1 Síntese das dimensões críticas

Os Territórios de Baixa Densidade caracterizam-se por apresentar uma densidade populacional mitigada (inferior a 50 habitantes/km²). De acordo com os dados dos Censos 2011 (INE), estes territórios correspondem a 33 freguesias de 10 concelhos algarvios² e a 11,5% da população residente, abrangendo 51.894 habitantes. Estes territórios confrontam-se com problemas crónicos de envelhecimento e de perda de população, escassez de oportunidades de emprego e baixos rendimentos os quais são agravados no Nordeste algarvio, onde se assiste a uma mais acelerada desertificação física e humana.

Nos últimos anos, o Algarve tornou-se numa das regiões mais desenvolvidas e atrativas do País. No entanto, esta visão empírica de desenvolvimento “esconde uma realidade bem distinta: a de uma Região com graves problemas em garantir um desenvolvimento sustentado e equilibrado”, por tratar-se de uma Região que “apresenta fragilidades que se acentuam com as desigualdades verificadas entre o Interior e o Litoral” (Cf. Relatório de Avaliação *ex-ante* do PO Regional 2007-2013).

A assimetria de desenvolvimento territorial no Algarve está bem patente, p.ex., na análise realizada pelo estudo “Os perfis territoriais do Algarve: Análise sociodemográfica” (Carmo e Santos, 2011³) que, com base nos Censos de 2001, evidencia Faro e Portimão como os principais polos regionais de dinamização socioeconómica onde há concentração de recursos, mais poder de compra, maior vitalidade económica, recursos humanos mais qualificados e maior dinâmica populacional, em contraste com o “interior despovoado” (Aljezur, Monchique, Alcoutim, e Castro Marim), onde para além do risco de desertificação, é notória a carência de atividades económicas e de serviços e infraestruturas de apoio à população residente.

Este estudo identifica ainda dois *clusters* territoriais de desenvolvimento intermédio: por um lado, o Barlavento Litoral (Vila do Bispo, Lagos, Lagoa, Albufeira e Loulé), municípios urbanos caracterizados pela forte presença de população não residente, parque habitacional extenso, com volumetria elevada e níveis altos de conforto, e um mercado de trabalho dinâmico; por outro lado, o Algarve Intermédio (Silves, São Brás de Alportel, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António) com um comportamento misto, integrando tendências do litoral urbanizado e do interior desertificado.

De acordo com a classificação da CCDR Algarve, os Territórios de Baixa Densidade compreendem um conjunto de freguesias⁴ que representa cerca de dois terços da Região algarvia e abrange a Costa Vicentina, o Barrocal/Serra e o Baixo Guadiana⁵.

Nestes territórios, predominam as características próprias da ruralidade do interior, que se traduzem em territórios economicamente débeis, com um peso elevado do emprego na produção primária, em baixas densidades populacionais, com um declínio populacional generalizado, a que estão associados índices de envelhecimento em crescimento acentuado. Estes territórios também se caracterizam por carências de infraestruturas (p.ex., saneamento básico envelhecido e desajustado às necessidades atuais, em várias freguesias) e no acesso aos principais serviços públicos (ensino, saúde, ...), tendo sido afetados pelo encerramento de vários serviços descentralizados da Administração Central e Regional, aspetos que associados ao reduzido leque de oportunidades de emprego condicionam cada vez mais a fixação/atração de população jovem, bem como de problemas de mobilidade de e para estes territórios.

² Nos Censos 2011, os concelhos de Alcoutim, Monchique, Aljezur, Castro Marim, Vila do Bispo e Tavira apresentaram uma densidade populacional inferior a 50 habitantes/km².

³ Carmo, R.M. e Sofia, S., 2011. “Os perfis territoriais do Algarve: Análise sociodemográfica”, *Finisterra*, XLVI (91). pp. 67-85.

⁴ Concelhos de Albufeira (Paderne), Faro (Estói e Santa Bárbara de Nexe), Lagos (Barão de São João e Bensafrim), Loulé (Alte, Ameixial, Benafim, Boliquireme, Querença, Salir, São Clemente, São Sebastião e Tôr), Silves (Alcantarilha, Algoz, São Bartolomeu de Messines, São Marcos da

Serra, Silves e Tunes), Tavira (Cachopo, Santa Catarina Fonte Bispo e Santo Estêvão) e todas as freguesias dos concelhos de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, S. Brás de Alportel, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

⁵ Este território também é designado em alguma bibliografia consultada como “Áreas de Baixa Densidade da Coroa Algarvia” (p.ex., Covas, António. 2003. *Avaliação do impacto dos investimentos públicos, nas Áreas de Baixa Densidade, de 1994 a 1999*. Comissão de Coordenação da Região do Algarve).



Figura 1. Territórios de Baixa Densidade

Fonte: CCRA, *Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade, 2002.*

Estes territórios dependem cada vez mais de investimentos extra-regionais, seja com origem na transferência para as Autarquias (nos concelhos de Alcoutim e Monchique, p.ex., as receitas oriundas do setor imobiliário são inferiores a 10% do Orçamento Municipal), seja por via dos fundos comunitários (p.ex., pagamentos diretos da Política Agrícola Comum). A atividade económica dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve é caracterizada por um peso significativo do setor agrário fundamentalmente de carácter familiar e por um tecido empresarial pouco competitivo (e com baixo nível de incorporação de fatores de inovação), dominado por micro e muito pequenas empresas.

No plano demográfico, os Censos de 2011 vieram confirmar o agravamento do despovoamento do interior algarvio e a concentração urbano-demográfica no litoral (Figura 2), em resultado do modelo de desenvolvimento económico adotado para a Região assente na indústria do turismo, baseada na oferta dos recursos turísticos do litoral (“Sol & Mar”) e na concentração das atividades económicas no Litoral:

- agricultura empresarial e familiar-empresarial com rendimentos do mercado, associada a culturas intensivas de regadio – hortícolas, frutos (p.ex., citrinos e, mais recentemente, os pequenos frutos vermelhos) e flores;
- transformação de pescado;
- alguma atividade industrial (agroindustrial, metalurgia ligeira associada à fileira da construção, ...);
- construção imobiliário-turística;
- alojamento hoteleiro, restauração e serviços complementares.

Legenda

Var. % da população residente
(2001-2011)

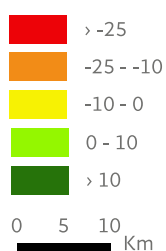


Figura 2. Variação da população residente nos Territórios de Baixa Densidade (2001-2011)

Fonte: Elaboração IESE.

No passado recente tem-se assistido a um agravamento dos desequilíbrios territoriais, com o interior algarvio cada vez mais despovoado, o que acarreta consequências no aprofundamento das debilidades socioeconómicas e demográficas aí existentes. O Diagnóstico prospetivo da “Estratégia de Desenvolvimento do Algarve, 2007-2013”⁶ já havia identificado que “a falta de iniciativa empresarial e a idade média e competências-tipo do empresário apresentam registos especialmente negativos na área de baixa densidade do interior algarvio”, fatores que condicionam fortemente a empregabilidade e a capacidade de atração de investimento. Uma leitura de fragilidades que se prolonga no perfil demográfico das empresas que operam

nesses territórios nas quais predomina o pessoal com idade inferior a 35 anos, com baixos níveis de escolaridade, a par de uma débil inserção das mulheres nas empresas locais.

Os Territórios da Baixa Densidade, que nos últimos censos populacionais do INE, concentravam 30 por cento da população da Região, registaram uma dinâmica mais mitigada, tendo absorvido apenas 10 por cento do crescimento populacional do Algarve, em resultado de um conjunto de dinâmicas socioeconómicas diferenciadas, com reflexos diretos na capacidade de atração de novos habitantes e de investimento.

Legenda

População Residente (2001)

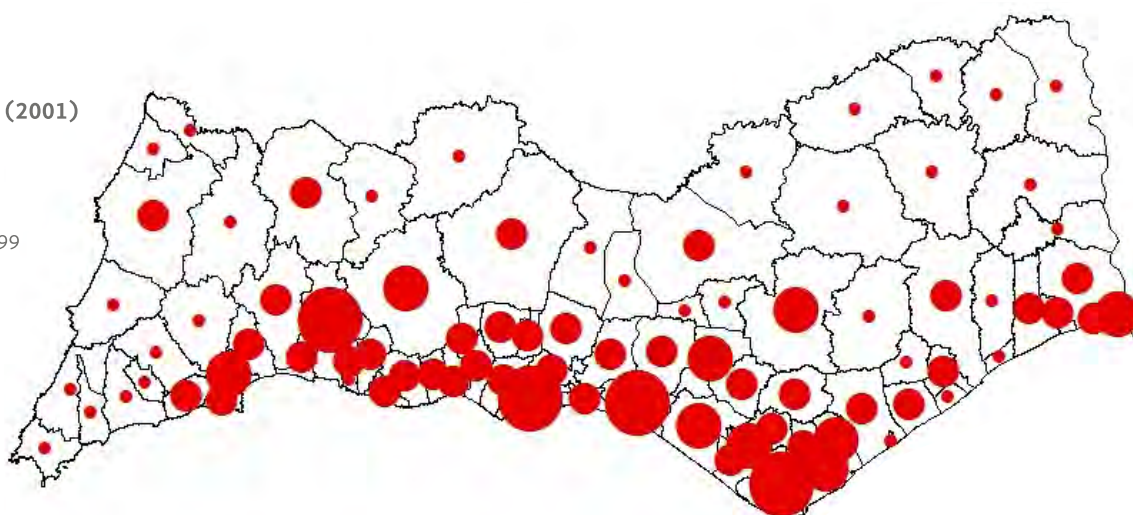
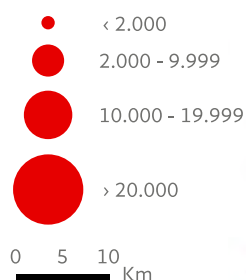


Figura 3. População residente no Algarve (Censos 2011)

Fonte: Elaboração IESE.

⁶ Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013, CCDR Algarve.

Numa leitura da evolução demográfica registada com incidência nas unidades biogeográficas que compõem os Territórios de Baixa Densidade (Costa Vicentina, Barrocal/Serra e Baixo Guadiana), observam-se dinâmicas contrastantes que importa analisar. Assim:

- algumas freguesias aumentaram a população: as freguesias de Altura (Castro Marim), São Clemente (Loulé), Algoz e Tunes (Silves) registaram um crescimento da população residente superior à média regional, que foi cifrada em 14,1% no último período intercensitário;

- outras freguesias conseguiram estancar o fluxo migratório (p.ex., Castro Marim), mas a grande maioria agravou a recessão demográfica, numa situação que se traduz no continuado envelhecimento populacional das áreas de baixa densidade do Interior algarvio numa situação de duplo envelhecimento, ou seja, perde população (nomeadamente, população jovem) e agrava a situação de dependência, traduzida no aumento do índice de envelhecimento (no último censo populacional, as freguesias de Pereiro, Cacho-po, Ameixial e Vaqueiros já registam uma relação de mais de 10 idosos por cada pessoa com idade entre 0 e 14 anos).

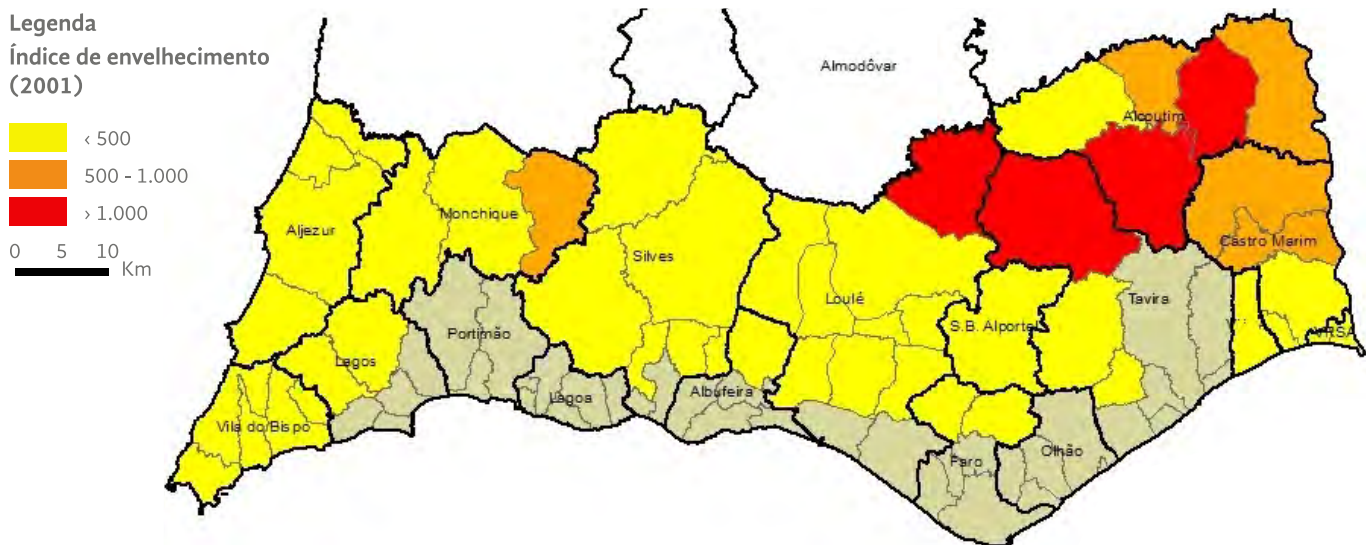


Figura 4. Índice de envelhecimento nos Territórios de Baixa Densidade (2011)
Fonte: Elaboração IESE.

Tendo por referência um gradiente baseado na variação na população residente no último período intercensitário, é possível distinguir cinco situações-tipo cuja informação se apresenta na Tabela seguinte:

Grupos I e II - Freguesias de cariz urbano/semiurbano em crescimento socioeconómico, localizadas no litoral e na envolvente de espaços urbanos dinâmicos - sedes de Concelho (Loulé, Silves e Castro Marim) que registaram elevada capacidade de atração de população;

Grupo III - Freguesias em transição/moderadamente regressivas que nos últimos dez anos têm vindo a estancar a perda populacional.

Grupos IV e V - Freguesias de características regressivas, agravadas no caso do Grupo V.

Freguesia	População Residente (2011)	Varição (*) (%) (2001/2011)	Índice de Envelhecimento (2011)
Grupo I			
Tunes	2.660	31,6	79,5
Algoz	3.831	30,0	135,2
Loulé (São Clemente)	17.358	20,5	119,4
Altura	2.195	14,3	144,8
VR Santo António	11.946	13,3	112,7
Vila Nova de Cacela	3.902	12,7	177,0
Barão de São João	895	11,3	155,1
Boliqueime	4.973	11,2	177,0
Loulé (São Sebastião)	7.433	10,4	145,0
Grupo II			
Alcantarilha	2.540	8,2	155,2
Castro Marim	3.267	7,2	163,2
São Brás de Alportel	10.662	6,3	155,1
Raposeira	460	4,3	334,1
Estoi	3.652	3,2	176,0
Barão de São Miguel	451	2,5	138,0
Silves	11.014	2,3	153,7
Grupo III			
Santa Bárbara de Nexe	4.116	-0,1	231,0
Bensafrim	1.530	-0,2	204,1
Tôr	885	-0,2	246,2
S. B. Messines	8.430	-0,7	239,0
Sagres	1.909	-1,5	192,8
Budens	1.520	-3,4	242,7
Querença	759	-3,7	357,0
Vila do Bispo	918	-4,0	211,9
Paderne	3.304	-5,7	205,0
Benafim	1.069	-6,3	392,3
Salir	2.775	-8,2	337,8
Alte	1.997	-8,2	418,5
Santo Estêvão	1.180	-8,3	232,6
Grupo IV			
Monchique	4.817	-10,4	287,9
São Marcos da Serra	1.352	-11,9	450,0
Santa Catarina Fonte do Bispo	1.809	-13,2	378,5
Alferce	441	-13,9	545,2
Alcoutim	921	-16,2	513,3
Monte Gordo	3.308	-16,3	131,6
Gíões	256	-16,6	582,6
Odeleite	763	-18,3	951,2
Azinhal	522	-24,6	536,6
Grupo V			
Martim Longo	1.030	-25,6	406,9
Pereiro	213	-25,8	1700,0
Ameixial	439	-27,3	1157,9
Marmelete	787	-27,6	458,5
Vaqueiros	497	-28,3	1025,0
Cachopo	716	-30,2	1560,7

(*) Variação intercensitária (2001-2011) - Grupo I: > 10% var. população residente; Grupo II: 0-10; Grupo III: 10 – 0; Grupo IV: <10%; e Grupo V: <25%.

Tabela 1. População Residente, Índice de Envelhecimento e Variação (2001 a 2011), por Freguesia



Trata-se de territórios que se encontram em situação de risco, situados no interior serrano. Neste quadro, importa sinalizar o Concelho de Alcoutim e as freguesias de Ameixial (Loulé), Cachopo (Tavira), Azinhal e Odeleite (Castro Marim) e no Barlavento algarvio as freguesias de Alferce e Marmelete (Monchique) e São Marcos da Serra (Silves), territórios onde as intervenções das políticas públicas se têm revelado impotentes para estancar o fluxo migratório negativo. Trata-se de territórios de muito baixa densidade populacional (inferior a 8 hab./km²), com perdas de população significativas no último decénio (entre 20 a 30 por cento) e com índice de envelhecimento superior a 500 (nalguns casos, superior a 1.000).

Os dados apurados confirmam as linhas de tendência que haviam sido identificadas por SOUSA⁷ (2008) no estudo em que ensaiou uma clarificação das assimetrias regionais, segundo uma tipologia baseada nas dinâmicas territoriais que no segmento dos Territórios de Baixa Densidade compreende as seguintes tipologias: *Territórios de transição*, *Territórios rurais em situação de risco* e *Territórios rurais em situação de depressão*.

Os *Territórios de transição* compreendem o principal conjunto de freguesias do Algarve, sendo caracterizados por uma grande heterogeneidade de situações nos quais importa assinalar a capacidade que os concelhos de Aljezur e Vila do Bispo têm revelado na estabilização da sua população.

Por seu turno, os *Territórios rurais em situação de risco* e os *Territórios rurais em situação de depressão* compreendem freguesias que revelam maiores fragilidades estruturais, em termos demográficos (perda e envelhecimento da população), sociais (índices de dependência superiores 70 por cento, mas que atingem mais de 100 por cento nos territórios em depressão e taxas de analfabetismo e de escolaridade mínima elevadas) e económicos (taxas de atividade baixas), localizando-se no interior serrano (concelhos de Monchique, Alcoutim e Castro Marim e freguesias serranas dos concelhos de Silves, Loulé e Tavira).

O estudo de Avaliação dos Impactos da estratégia regional das Áreas de Baixa Densidade do Algarve (Sousa, 2010) concluiu que a estrutura etária envelhecida, a inexistência de transportes públicos e a fraca dinâmica socioeconómica são os problemas que mais condicionam o futuro destes territórios. No inquérito que foi realizado junto da população das aldeias abrangidas pelo Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve, a falta de emprego constituía o problema mais frequentemente referenciado, sendo igualmente importante a falta de habitação (ou a existência de condicionamentos à construção, p. ex., nas aldeias de Cacula Velha, Carrapateira, Querença, Paderne

e São Marcos da Serra). A falta de equipamentos coletivos, assim como os problemas relacionados com as acessibilidades às aldeias, são outros dos problemas referenciados pelos habitantes destas, a que acresce a dificuldade de acesso à saúde e à educação.

Os padrões de mobilidade em todo o Algarve, são marcados por uma baixa utilização dos Transportes Coletivos. Os TBD são os territórios onde uma maior percentagem da população circula a pé, comparativamente aos concelhos mais urbanos do Algarve, sendo que o Transporte Individual continua a ser a primeira escolha. A maior parte das viagens são de curta duração até 15 minutos, não só pela proximidade do local de trabalho ou estudo mas também pela elevada utilização do transporte individual para estas deslocações.

No caso dos concelhos menos populosos do Algarve, ocorre um maior peso das viagens intraconcelhias, sendo o concelho de Alcoutim o extremo desse fenómeno. No Algarve, como região, tem ocorrido uma tendência de aumento crescente e constante da proporção de viagens pendulares para fora do concelho de residência. Se no Algarve, genericamente, metade da população reside em aglomerados com menos de 2.000 habitantes, esta situação acontece na totalidade dos aglomerados dos concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Vila do Bispo e Aljezur. Este facto marcante é fortemente limitador do desempenho do transporte coletivo. A cobertura territorial e horária do Transporte Coletivo e tida como insuficiente, bem como a integração e complementaridade de serviços Transporte Coletivo é reduzida ou inexistente.

Na falta de um sistema que responda às necessidades de mobilidade da população (p.ex., escolar e idosa, nos acessos aos cuidados de saúde), os Municípios têm as suas frotas ou serviços contratados de transporte o que tem resultado em custos significativos para as autarquias mais periféricas. O elevado índice de envelhecimento no Nordeste Algarvio é particularmente marcante, na questão do transporte de população envelhecida.

No tocante ao acesso à educação há necessidade de uma permanente mobilidade para outras freguesias para assegurar o ensino das crianças em idade escolar, assim como o acesso aos equipamentos de apoio à 1ª infância, uma situação que é agravada no acesso ao Ensino Secundário, dado que os jovens estudantes chegam a ter de percorrer mais de 30 km⁸. Perante as fragilidades das redes de transporte público, estas distâncias implicam, muitas vezes, que os jovens passem dias inteiros fora de casa para frequentar as aulas, com consequências sobre a sua qualidade de vida e desempenho escolar.

⁷ Sousa, Vanessa Duarte. 2008. "A necessidade de reinvenção do paradigma de desenvolvimento rural - uma reflexão a partir do caso algarvio". In VI Congresso Português de Sociologia. 14 p.

⁸ A título de exemplo, um estudante de Cachopo para frequentar o Ensino Secundário em Tavira tem de percorrer cerca de 90 km diariamente, num percurso que demora mais de duas horas a realizar de transporte público.

O Nordeste Algarvio - um território desertificado em depressão

No quadro específico dos territórios rurais em situação de depressão, o Nordeste algarvio constitui uma zona rural em declínio, de forte emigração e atividades predominantemente ligadas à terra, com fracos rendimentos, apresenta uma tendência regressiva muito vincada a que estão associadas fragilidades resultantes das perdas dos

seus efetivos demográficos superiores a 25 por cento nos últimos 20 anos Ameixial e Cachopo, na ordem de 50 por cento); muito baixa densidade populacional (inferior a 8 hab./km²) e índices de envelhecimento acentuados (nalguns casos superiores a 1500 – freguesias de Pereiro e Cachopo).

Concelho	Freguesia	1991	2011	Varição (%) (1991 - 2011)	Densidade Populacional	Índice de Envelhecimento
Alcoutim	Alcoutim	1.258	921	-26,8	7,0	513
	Giões	450	256	-43,1	3,6	582
	Pereiro	407	213	-47,7	2,1	1700
	Vaqueiros	870	497	-42,9	3,5	1025
	Martim Longo	1.586	1.030	-35,1	8,0	407
Castro Marim	Azinhhal	762	522	-31,5	7,7	537
	Odeleite	1.260	763	-39,4	5,4	951
Loulé	Ameixial	892	439	-50,8	3,5	1158
Tavira	Cachopo	1.420	716	-49,6	3,5	1561

Tabela 2. Freguesias em situação de depressão demográfica acentuada

Trata-se de um território onde predominam os terrenos incultos e a ocupação agrícola, no qual o setor agrário apresenta um elevado peso social, tendo revelado alguma estabilidade no volume de população afeta à prática da pequena agricultura e pecuária familiar⁹.

Nas últimas duas décadas, neste território registou-se um aumento da área arborizada, sobretudo, em resultado das políticas comunitárias de florestação de terras agrícolas

marginais (predomínio do pinhal manso estreme, para fins de proteção/recuperação do solo) e um aumento do património cinegético decorrente da instalação de zonas de caça associativas e turísticas, estas últimas com grande incidência no concelho de Alcoutim¹⁰. De registar, igualmente, um aumento da produção de mel e uma diminuição do efetivo pecuário, nomeadamente, dos rebanhos de cabra algarvia.

Legenda

Densidade populacional 2011 (km²)

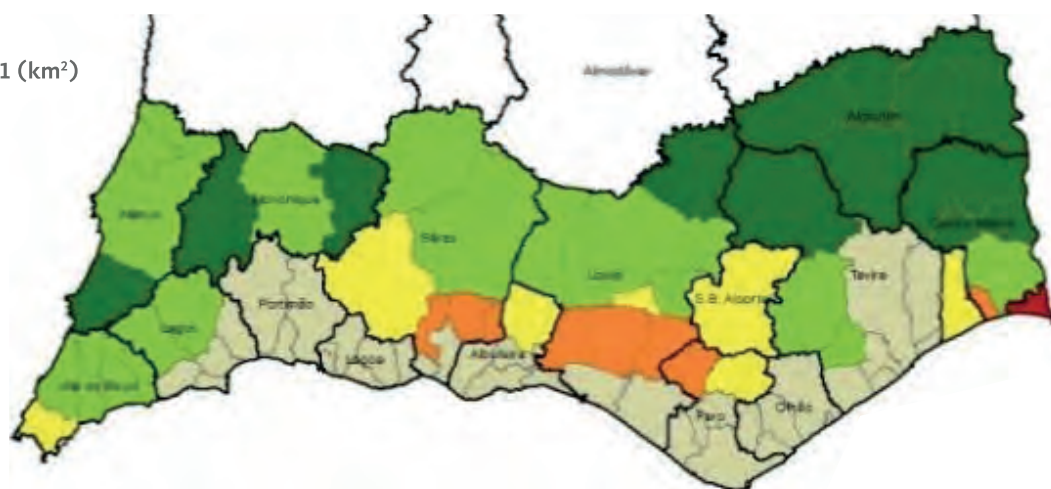
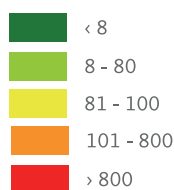


Figura 5. Evolução da Densidade Populacional (1991-2011)

Fonte: Elaboração IESE.

⁹ Teresa Pinto Correia (coord.), 2006. *Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental*, Universidade de Évora.

¹⁰ Rosendo, J. (2010). "Reflexão sobre as arborizações no Sotavento algarvio e usos do espaço". In Seminário *A floresta portuguesa no combate à desertificação – casos de sucesso*, Alcoutim.

Em regra, estes territórios são afetados por um conjunto de condicionantes e dificuldades específicas, nomeadamente ao nível das condições socioeconómicas e empresariais que os enquadram e que se refletem negativamente na eficácia e eficiência dos vários dispositivos de apoio ao investimento. Essas condicionantes e dificuldades foram identificadas pelo estudo *“Apoio ao Investimento em iniciativas locais nos Territórios de Baixa Densidade”*¹¹, que enfatizou os baixos níveis de escolaridade e elevada estrutura etária, com reflexos negativos:

- nas competências (falta de experiência e qualificação profissional e de *know-how* para o desenvolvimento dos projetos em que se envolvem);
- na atitude do empreendedor, com implicações negativas ao nível da quantidade (aversão ao risco) e da qualidade da iniciativa privada (maiores dificuldades de maturação dos projetos do ponto de vista da viabilidade económica e financeira dos mesmos e défice de incorporação tecnológica e de inovação);
- na adesão aos sistemas de incentivos, uma vez que os agentes das ABD manifestam com alguma frequência desconfiança em relação à bondade destes, não obstante as ADL desenvolverem um papel importante na credibilização dos sistemas de incentivos.

O trabalho de recolha e processamento de informação empírica revela, ainda, os traços seguintes:

- Défice de dinamismo económico e de fluxos de informação, que se traduz numa menor rapidez de resposta aos sistemas de incentivos, um aspeto bastante evidenciado na menor capacidade de absorção dos fundos públicos disponibilizados no âmbito das intervenções enquadradas pela abordagem LEADER e em níveis inferiores de rentabilidade dos investimentos nestes territórios devidos à exiguidade e limitações do mercado.
- Carácter familiar e informal de um grande número de atividades económicas destes territórios, nomeadamente, ao nível da atividade agropecuária e das pequenas unidades de transformação agroalimentar, frequentemente associado a um baixo nível de rentabilidade, que não justifica o custo de oportunidade da formalização empresarial (legalização fiscal e de segurança social, sobretudo) para aceder aos sistemas de incentivos.
- Défice de capitais próprios por parte dos potenciais promotores destes territórios e dificuldades de acesso ao crédito bancário em virtude da difícil satisfação das garantias exigidas.
- Distanciamento entre os agentes rurais, designadamente empresários e potenciais empresários, e as estruturas responsáveis pela aplicação efetiva dos sistemas de incentivo.

¹¹ Espaço e Desenvolvimento (2003). *Apoio ao Investimento em iniciativas locais nos Territórios de Baixa Densidade*, CCDR Algarve.

1.1.2 A perspetiva dos Recursos Endógenos

O PROT Algarve inscreve nas suas orientações estratégicas que as oportunidades de desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade radicam, em larga medida, na exploração sustentável dos recursos endógenos existentes os quais denotam no Algarve uma diversidade de grande amplitude. Com uma forte ligação à terra, estes territórios apresentam recursos importantes para o desenvolvimento e sustentabilidade da Região algarvia, quer do ponto de vista económico e social, quer na perspetiva ambiental:

- Produtos do mar (p.ex., pesca costeira na Costa Vicentina e exploração de flor de sal e de sal marinho);
- Indústria extrativa (sobretudo, pedra natural) e Energia;
- Turismo Rural (com destaque para o Turismo de Natureza e para o Turismo em Espaço Rural);
- Recursos da economia florestal e cinegética;
- Fileiras agroalimentares/produtos tradicionais.

Tradicionalmente, os espaços rurais do Algarve foram associados aos sistemas de produção agro-silvo-pastoris extensivos, assentes numa visão económica pouco virada para o mercado, onde as produções oriundas do pomar tradicional de sequeiro - amêndoa, figo e alfarroba -, constituem a exceção nesse contexto. Atualmente, assiste-se a uma mudança na forma de interagir com esses espaços, motivada, por um lado, pelo continuado abandono rural a que têm estado sujeitos nas últimas décadas e, por outro lado, pela crescente procura dos espaços naturais para o recreio e lazer, nomeadamente, nas Áreas Protegidas.

Esta nova visão encerra um elevado potencial para a estruturação de novas áreas de atividade económica, nomeadamente em convergência com a estratégia da Região para o desenvolvimento do mercado turístico¹² no que respeita ao produto “*Turismo de Natureza*”. O relançamento da fileira agroalimentar do Algarve, abrangendo os produtos tradicionais com raízes no saber-fazer local existente nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve (p.ex., artesanato e doçaria regional), constitui uma importante linha de intervenção para o desenvolvimento económico destes territórios, numa ótica da reindustrialização do segmento agroalimentar regional.

A base de referência produtiva dos Territórios de Baixa Densidade algarvios concretiza-se em três grupos principais, que convergem no objetivo da valorização dos recursos endógenos:

(i) Produções primárias

- pomar tradicional de sequeiro (amêndoa, figo, azeitona, alfarroba, mel, ...);
- culturas de regadio (laranja, hortícolas, flores, frutos vermelhos, batata doce, ...);
- sistema florestal de uso múltiplo mediterrânico (cortiça, fruto - medronho, silvo pastorícia, cogumelos, mel, caça, plantas aromáticas e medicinais, ...);
- sistema florestal de produção lenhosa (material lenhoso de eucalipto e pinhal bravo);
- atividade piscatória (peixe fresco da costa, marisco, bivalves, ...);
- atividade pecuária (suínos, ovinos e caprinos).

(ii) Transformação de Produtos alimentares

- produtos da terra (frutos secos, sumos e licores de frutos, aguardente de medronho, derivados de alfarroba, doçaria regional, azeitona britada, pão, mel, ...);
- produtos do mar (extração e transformação de sal marinho, flor de sal, conservas de peixe, peixes secados, ...);
- produtos derivados da pecuária (enchidos, carne de cabrito algarvio e borrego de raça churra, queijo de cabra, ...).

(iii) Turismo Rural

- Um conjunto de atividades ancoradas na fileira do turismo e do lazer que dão forma a um setor terciário predominantemente ligado ao comércio, às atividades económicas de apoio ao visitante (como o alojamento e a restauração) e aos serviços turísticos complementares (animação turística, lazer, desporto, ...);
- Artesanato útil e de decoração (cestaria, olaria, utensílios em cobre, ...).

Estes grupos de atividade económica são completados por algumas unidades de indústria extrativa (p.ex., sienitos e brecha algarvia) e pela exploração das energias renováveis (p.ex., energia eólica).

¹² Região de Turismo do Algarve, 2013. *Memorandum turístico do Algarve - Propostas para uma Região Sustentável*.



1.1.3 A perspetiva dos produtos e das atividades

1.1.3.1. Complexo agroalimentar

O setor agrário apresenta grande relevância na economia regional, com uma elevada especialização na produção de citrinos¹³ e na horticultura. As fileiras da alfarroba e dos frutos secos detêm uma expressão relevante na produção primária agrícola do Algarve. A apicultura, os produtos transformados (enchidos, queijo) e a cabra algarvia constituem outras áreas características de atividade agrária com relevância nos Territórios de Baixa Densidade.

No entanto, a Região debate-se com algumas dimensões-problema que condicionam o desenvolvimento agrário de cariz empresarial nos Territórios de Baixa Densidade, em que avultam a pequena dimensão da propriedade e a deficiente estrutura da exploração¹⁴ ou as dificuldades no acesso à terra por parte de potenciais investidores (sobretudo, nas áreas “expectantes” do Barrocal algarvio) a que acresce a existência de condicionalismos ambientais ao desenvolvimento da atividade agrícola nas áreas classificadas (Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas/Plano Setorial da Rede Natura 2000).

Não obstante os condicionalismos identificados, o setor agrário algarvio tem revelado indicadores positivos de crescimento nas principais fileiras – citrinos, hortícolas, medronho, alfarroba e apicultura, a que se soma a fileira emergente dos pequenos frutos vermelhos (morango e framboesa, sobretudo). O segmento de agricultura intensiva/semi-intensiva regional apresentou uma boa capacidade de absorção dos apoios públicos do ProDeR 2007-2013, tirando partido das características edafoclimáticas de eleição da Região para a exploração hortofrutícola¹⁵, nomeadamente na faixa litoral/barrocal.

A Região do Algarve, a par do Oeste, apresentou a maior dinâmica na procura de apoios do ProDeR para a beneficiação e instalação de pomares de fruteiras¹⁶, tendo absorvido investimentos de 20 milhões de euros nos pomares de citrinos, 4 milhões de euros nos pomares de alfarrobeira e 3 milhões de euros nos pomares de medronho.

Os jovens agricultores tiveram um papel importante nessa dinâmica, tendo sido os principais responsáveis pela instalação de pomares de pequenos frutos e bagas no Algarve, um segmento da atividade agrícola que detinha, até 2009, expressão residual no panorama frutícola nacional.

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve não dispõe de uma orientação estratégica regional para o enquadramento dos fundos de apoio do Regulamento FEADER para o período de programação financeira comunitária 2014-2020. No entanto, na informação empírica recolhida, foi sinalizada a aposta estratégica no aumento da capacidade de produção de bens transacionáveis ligados à exportação, com destaque para a fileira dos pequenos frutos, a apicultura, a alfarroba e a citricultura.

A produção primária regional tem potencial para crescer, na ótica de DRAP Algarve, quer em termos da produção tradicional do pomar de sequeiro (sobretudo, figo e alfarroba) e dos citrinos, quer nos setores em crescimento (horticultura, medronheiro, frutos vermelhos, flores e plantas ornamentais e fruticultura - frutos subtropicais). Ainda neste domínio da fruticultura, importa referir o estudo que a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve está a desenvolver no âmbito do Projeto FRUTALG “*Prospecção, Recolha, Conservação e Caracte-*

¹³ O Algarve constitui a principal região produtora de citrinos em Portugal (75% da produção nacional entre 2001-2005). Em 2000 foi instalado o Centro Tecnológico de Citricultura em Silves, o qual tinha como objetivos a investigação e experimentação no domínio da citricultura, o apoio técnico à gestão e à produção (indústria e distribuição), a comercialização de citrinos e o desenvolvimento de um programa de marketing e promoção de âmbito nacional e internacional.

¹⁴ De acordo com o estudo sobre os *Tipos de Agricultura em Portugal*, no Algarve predominam as explorações agrícolas familiares, dependentes de articulação com o meio social, ou seja, trata-se de explorações familiares de pequena dimensão económica (< 8 UDE- Unidade de Dimensão Económica) com rendimentos provenientes maioritariamente de pensões e reformas. Este tipo de agricultura apresenta uma baixa

produtividade do trabalho e está pouco orientada para o mercado (in João Paulo Marques, 2004. *Tipos de Agricultura em Portugal*. Série Estudos e Documentos n.º 9. GPP).

¹⁵ Os concelhos de Silves, Tavira, Faro, Loulé e Olhão concentraram ¾ do investimento total aprovado na Região, sobretudo em resultado de projetos de investimento realizados na fruticultura e horticultura (DRAP Algarve, “*O ProDeR e o PROMAR*” in *Seminário O Financiamento da Agricultura e Pescas no Algarve*, 2013).

¹⁶ O ProDeR registou ainda investimentos nos segmentos da transformação e comercialização no segmento da Frutas frescas (9 M€) e em Frutas transformadas (3 M€) - cf. PRODER, 2013. *A fruticultura no ProDeR - Alguns indicadores*.

rização de Variedades Tradicionais de Fruteiras Algarvias com Interesse para a Agricultura Portuguesa” e que já identificou o elevado potencial de valorização económica de mercado do “Pêro de Monchique”.

Este Projeto decorre entre 2011 e 2015 e tem como objetivo proceder à prospeção, recolha, conservação e caracterização de variedades tradicionais de fruteiras algarvias. Atualmente está a decorrer a fase de prospeção e recolha das variedades tradicionais de fruteiras, tendo sido estabelecidas as coleções de variedades (citrinos, alfarrobeira, amendoeira, figueira, nespereira, pereira de Monchique e romãzeira) nos Centros de Experimentação Hortofrutícola do Patacão e de Experimentação Agrária de Tavira para caracterização das variedades.

A agricultura biológica constitui uma área do setor agrário que tem merecido acompanhamento especial por parte da DRAP Algarve, com serviço específico a funcionar nas últimas três décadas. Atualmente encontram-se certificados cerca de 3 mil hectares; sobretudo, pastagens e olival e algumas culturas hortícolas, frutas e vinha. Recentemente, no Seminário “*Culturas tradicionais do Algarve*” (IN-LOCO, 30 de Abril de 2014), a produção agrícola de origem biológica no Algarve (horticultura e fruticultura, sobretudo) foi referida como sendo bastante reduzida face ao potencial existente na Região.

As características climáticas favoráveis à produção de primores e a presença de um mercado privilegiado, animado

em grande parte por uma população de estrangeiros com rendimentos acima da média, poderá estimular a produção biológica na Região. Todavia, a distância ao mercado de consumo da Grande Lisboa e o facto de alguns produtos serem perecíveis contribui para que o número de produtores seja relativamente reduzido face ao potencial reconhecido da Região¹⁷.

A falta de organização dos produtores¹⁸ foi identificada pela DRAP Algarve como um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento da agricultura na Região, sobretudo na ótica do aprofundamento da integração dos produtores na cadeia de valor das fileiras agroalimentares (p.ex., citricultura, apicultura e batata doce de Aljezur). A DRAP Algarve admite que durante período de programação 2014-2020 seja viabilizada a instalação/consolidação de centrais meleiras e fruteiras (p.ex., citrinos e pequenos frutos) e hortícolas (p.ex., batata-doce), com vista à dinamização organizada da exportação, bem como ao desenvolvimento da primeira e segunda transformação da alfarroba e, deste modo, ancorar o rejuvenescimento deste setor importante da agricultura algarvia.

A DRAP Algarve também tem a expectativa que PDR 2020 mantenha uma política ativa de discriminação positiva para os jovens agricultores que permita manter a dinâmica de absorção de recursos de apoio ao investimento produtivo registada no Algarve no ProDeR.

¹⁷ Cf. Projeto GABI – *Guia das Explorações de Agricultura Biológica*, in <http://www.fcsh.unl.pt/gabi/Algarve/Algarve.html>).

¹⁸ De acordo com a DRAP Algarve, a existência das Organizações de Produtores constitui um fator crítico para a valorização dos produtos agroalimentares regionais através da certificação da qualidade (p.ex.,

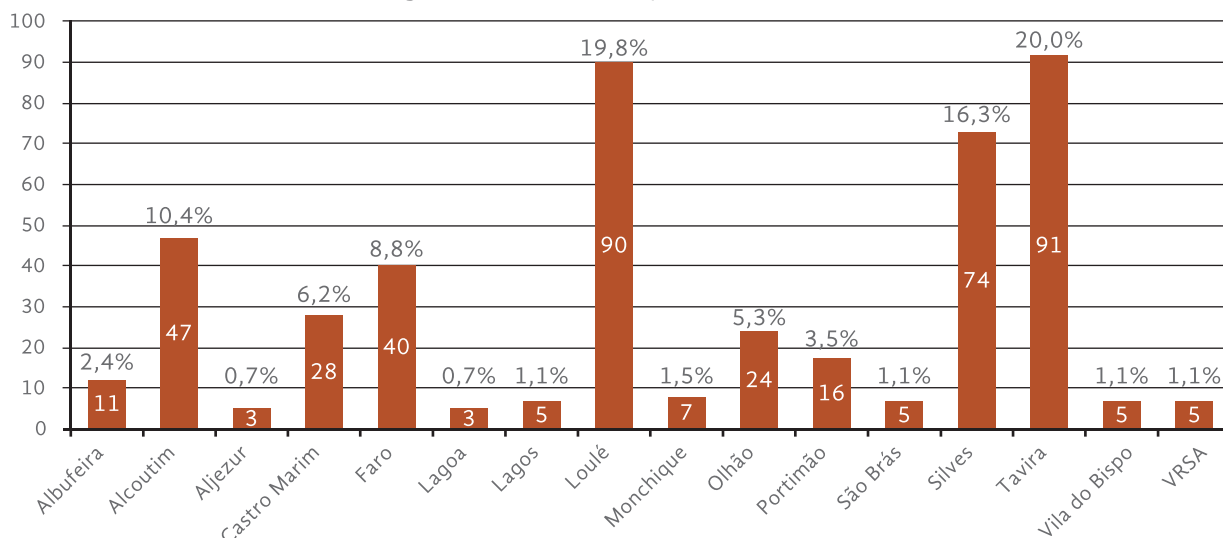
citrinos e mel). Nesse sentido, a DRAP Algarve tem estado a desenvolver um trabalho de proximidade com a Associação de Produtores de Batata-doce de Aljezur com vista à valorização no mercado da “*Batata-doce de Aljezur*” (IGP).

Os investimentos dos Jovens agricultores no Algarve (ProDeR 2007-2013)

O Algarve foi a Região do País que registou maior dinamismo ao nível da instalação de jovens agricultores; todavia, o ritmo não compensa as saídas de agricultores da atividade. No final de 2013 tinham sido aprovados 430 projetos no âmbito do ProDeR, num investimento total de

55 milhões de euros, registos que evidenciam um número crescente de jovens que enveredaram pela atividade agrícola na Região e que quadruplicou comparativamente aos anteriores períodos de apoio da PAC.

PRODER - MEDIA Jovens Agricultores em 1ª instalação (Região Algarve)
Jovens Agricultores instalados por concelho (Nº e %)



Fonte: DRAP Algarve (2013).

	Projetos		Total de SAU		Despesa Pública		FEADER	
	Nº	%	ha	%	Montante (€)	%	Montante (€)	%
Aguardente de Frutos	1	0,2	15,7	0,4	145.980	0,2	145.980	0,2
Bovinos de Carne – Limousine	1	0,2	11,43	0,3	154.742	0,5	154.742	0,5
Caprinos – Algarvia	3	0,7	128,05	2,9	216.619	0,7	216.619	0,7
Flores Ar Livre	4	0,9	17,98	0,4	394.518	1,2	394.518	1,2
Flores Forçagem	5	1,2	8,32	0,2	493.010	1,5	493.010	1,5
Frutos	182	42,6	2063,44	46,2	13.187.170	40,3	13.187.170	40,3
Hortícolas Forçagem	61	14,3	163,29	3,7	6.934.495	21,2	6.934.495	21,2
Hortícolas Sistema Hortícola	11	2,6	111,25	2,5	796.233	2,4	597.174	2,5
Olival	12	2,8	225,37	5,0	1.341.113	4,1	960.835	3,9
Outras Culturas Agrícolas	2	0,5	0,76	0,0	281.662	0,9	211.246	0,9
Outras Grandes Culturas	4	0,9	14,23	0,3	377.196	1,2	282.897	1,2
Outras Permanentes	5	1,2	48,58	1,1	325.650	1,0	244.237	1,0
Outros Animais – Apicultura	120	28,1	1550,02	34,7	6.901.170	21,1	5.175.878	21,3
Outros Animais – Caracóis	6	1,4	4,15	0,1	357.692	1,1	268.269	1,1
Outros Animais – Cunicultura	1	0,2	4,86	0,1	40.000	0,1	30.000	0,1
Outros Animais - Outras Aves - Perdizes	1	0,2	0,72	0,0	51.033	0,2	38.275	0,2
Ovinos de Carne - Ovinos carne	2	0,5	54,67	1,2	243.680	0,7	182.760	0,8
Suínos – Alentejano	1	0,2	10,1	0,2	118.250	0,4	88.687	0,4
Vinha	5	1,2	37,08	0,8	374.599	1,1	280.949	1,2
Total	427	100,0	4.470	100,0	32.734.812	100,0	24.356.518	100,0

Tabela 3. Investimento contratado no âmbito da Ação Jovens Agricultores (até 31/12/2013)

Fonte: ProDeR

A instalação de jovens agricultores incide, sobretudo, em explorações direcionadas para a fruticultura (citricultura, frutos vermelhos e frutos subtropicais), apicultura, horticultura e floricultura.

Os jovens agricultores foram responsáveis pela instalação de 1.355 ha de culturas agrícolas, com destaque para a instalação de 349 ha de pomares de citrinos, 308 ha de pomares de alfarrobeira e 363 ha de pomares de medronheiro, esta normalmente associada ao desenvolvimento complementar da atividade apícola. A apicultura foi uma das áreas preferenciais para a instalação de jovens agricultores na Região algarvia, tendo registado um investimento na ordem de 8 milhões de euros.

A apicultura e as instalações de pomares de medronheiro e alfarrobeira, constituíram as principais áreas de instalação de jovens agricultores nos Territórios de Baixa Densidade. Apesar do potencial existente nestes territó-

rios para a instalação de jovens agricultores na atividade pecuária (nomeadamente, ao nível dos pequenos ruminantes no Nordeste algarvio), este ramo de atividade agrária revelou-se pouco interessante, pois a aquisição dos animais não era elegível para os apoios comunitários.

A crise/desemprego, a “*via familiar*” e a procura de novas formas de ocupação, bem como a atratividade do setor agrícola, estimulada por apoios que podem cobrir parte significativa do investimento, são apontadas como as principais razões da adesão dos jovens ao setor. A instalação de jovens agricultores no Algarve também proporcionou a dinamização do tecido empresarial do meio rural e a criação de um número significativo de ocupações de eventuais relacionadas, sobretudo, com a sazonalidade do trabalho agrícola nas explorações agrícolas de produção intensiva (p.ex., estufas de frutos vermelhos), as quais com frequência recrutam emigrantes para a realização dessas tarefas.

• As principais fileiras agroalimentares do Algarve

A Região algarvia dispõe de um conjunto alargado de produtos endógenos com origem na fileira agroalimentar suscetíveis de valorização económica. Na perspetiva da DRAP Algarve, destacam-se o medronho (aguardente de medronho e, mais recente, a “*melosa*”, licor à base de aguardente de medronho e mel), a doçaria regional (p.ex., chocofigo¹⁹), o figo seco, a alfarroba, os enchidos (Monchique) e os queijos (Castro Marim).

Apesar da reconhecida qualidade destes produtos regionais, a falta de organização dos produtores, a pequena dimensão das unidades de transformação, a debilidade das estruturas de comercialização, o exercício informal e por vezes quase à margem da lei de algumas atividades

(nalguns casos, decorrente das dificuldades de licenciamento), a dificuldade no recrutamento de mão-de-obra e os entraves à certificação dos produtos, constituem importantes fatores limitantes da dinamização e consolidação deste tipo de atividades que continuam por ultrapassar.

A valorização económica dos produtos regionais tem constituído uma aposta das políticas regionais de desenvolvimento do interior algarvio, nomeadamente, através da certificação de qualidade. No entanto, apesar de já existirem alguns produtos certificados na Região, ainda existe um caminho importante a percorrer no que respeita à estruturação deste segmento da produção algarvia.

¹⁹ “*Chocofigo*”, um produto gourmet inovador que tem origem num negócio familiar recentemente criado em Loulé e que faz a fusão dos figos com o chocolate.

Os produtos certificados do Algarve

A Comissão de Coordenação Regional do Algarve, na procura de soluções de desenvolvimento do interior do Algarve, dinamizou a realização do Estudo “*Condicionantes e Potencialidades dos Produtos Tradicionais*”²⁰ que teve por objetivo elencar as potencialidades dos produtos tradicionais para o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve, tendo presente os constrangimentos que urgia ultrapassar e a mobilização das medidas de apoio que foram inscritas no âmbito do PROAlgarve(2000-2006) para o desenvolvimento desses territórios.

Para além das produções primárias e do artesanato, este Estudo identificou um conjunto significativo de produtos regionais resultantes da produção agroalimentar suscetíveis de serem valorizados economicamente:

- produtos da terra (derivados de alfarroba, doces regionais de amêndoa, azeitona britada e de sal, mel, ...);

- produtos derivados da pecuária (enchidos – chouriço, farinheira, morcela e molhe; carne de cabrito algarvio e de borrego de raça churra, queijo de cabra fresco e curado, ...);
- produtos do mar (transformação de sal marinho, flor de sal, peixe secado, ...);
- licores (laranja, tangerina, figo, alfarroba, marmelo, poejo, ...) e aguardente de medronho.

O Estudo preconizava o desenvolvimento de um modelo de atuação nos Territórios de Baixa Densidade que possibilitasse a criação de condições de produção no território, a dinamização económica das zonas rurais e a formação e assistência técnica destinadas à promoção/valorização das produções tradicionais. No Algarve existem, atualmente, os seguintes produtos com certificado de qualidade:

Produto	Homologação
Citrinos do Algarve (IGP)	1994
Mel da Serra de Monchique (DOP)	1994/1996
Batata-doce de Aljezur (IGP)	2009
Vinhos do Algarve (IG)	2014

Apesar das mais-valias que estes produtos podem proporcionar, verifica-se que a sua utilização tem sido bastante mitigada no Algarve, praticamente limitada aos citrinos do Algarve, mesmo assim com uma expressão muito limitada, correspondente a menos de 5% do total dos citrinos produzidos e comercializados na Região e tendo como destinos os mercados de exportação. A DOP “*Mel da Serra de Monchique*”, p.ex., nunca chegou a ser implementada nos produtores.

A recolha de informação empírica permitiu identificar alguns sinais de mudança, nomeadamente no setor da produção de aguardente de medronho. A APAGARBE está a desenvolver o processo de certificação do produto com o objetivo de proteger a qualidade e autenticidade da aguardente de medronho do Algarve. Na batata-doce, a Organização de Produtores está a trabalhar em conjunto com a DRAP Algarve com o objetivo de concentrar a produção, armazenamento e embalamento para reter o valor acrescentado da marca na produção.

²⁰ Oliveira das Neves, António, 2003. *Condicionantes e Potencialidades dos produtos tradicionais na Região do Algarve*, CCDR Algarve.

Outro domínio que tem revelado dinamismo crescente é o dos vinhos do Algarve que, recentemente, viram publicada a regulamentação que define o regime de produção e comércio dos vinhos com indicação geográfica (IG) «Algarve» (Portaria n.º 72/2014, de 17 de Março) e que irão beneficiar de promoção turística através da iniciativa “Rota dos Vinhos do Algarve, “dinamizada pela Região de Turismo do Algarve, em parceria com a Comissão Vitivinícola do Algarve.

O encerramento da APAGAL - Associação para os Produtos Agroalimentares Tradicionais Certificados do Algarve em 2009 criou um vazio neste domínio de intervenção na Região e que, de certo modo, constitui um constrangi-

mento adicional para a implementação das iniciativas locais de valorização dos produtos tradicionais de qualidade.

A APAGAL foi constituída como uma entidade de âmbito regional com competências de apoio à certificação dos produtos regionais, abrangendo a orientação do processo de certificação de produtos de qualidade e o controlo local das produções certificadas ou em vias de certificação dos produtos agroalimentares algarvios – mel, batata-doce, citrinos, etc. O encerramento desta Associação resultou da crise que atingiu o setor agrário regional e do reduzido número de pedidos de certificação, pois os produtos certificados do Algarve não ganharam a quota de mercado que seria expectável para os produtores.

• A Fileira da Alfarroba

Portugal é um dos principais produtores mundiais de alfarroba (65 mil toneladas em 2013, com tendência de crescimento), concentrando-se a produção no Algarve onde a fileira da alfarroba constitui uma exceção no setor agroalimentar regional beneficiando a sua estruturação da atividade da AIDA – Associação Interprofissional para o Desenvolvimento da Produção e Valorização da Alfarroba. Esta organização tem como objetivo a investigação, a experimentação, a demonstração e a divulgação de todas as ações técnicas e económicas visando o melhoramento das condições de produção, comercialização e industrialização de alfarrobas e dos seus derivados.

De acordo com a informação recolhida junto da AIDA, a área de produção de alfarroba tem vindo a crescer nos últimos anos, com a instalação de novos pomares, apesar da idade avançada dos produtores²¹ e da ausência de apoios públicos comunitários ajustados para a instalação de novos pomares (os apoios para a instalação de sistemas agroflorestais/florestação de terras agrícolas do ProDeR revelaram-se desajustados, pois exigiam a instalação de uma densidade excessiva de alfarrobeiras - 400 árvores por hectare, quando o pomar necessita de apenas 150 arv/ha) e a competição pela instalação de pomares para a produção de pequenos frutos (de maior rentabilidade e menor volatilidade de preço), condicionaram a instalação de jovens agricultores neste segmento da agricultura algarvia²².

Com a deslocalização recente para Espanha da DANISCO (grupo empresarial sediado na Suíça, responsável por 60% da transformação mundial de hidrocolóides de alfarroba), a Região perdeu capacidade de reter as mais-valias

económicas da segunda transformação resultante do processamento de goma (hidrocolóides), a partir da semente de alfarroba.

Atendendo à evolução registada nesta fileira central do segmento agroindustrial algarvio, a AIDA encontra-se empenhada no processo de reindustrialização ao nível da primeira e segunda transformação, com base na preparação de uma estratégia em articulação próxima com o NERA que possibilite mobilizar recursos de financiamento do Portugal 2020.

Não obstante a existência de boas condições edafo-climáticas para a cultura da alfarrobeira e de um vasto capital de saber-fazer na Região (produção, transformação industrial e na academia e serviços técnicos do Ministério da Agricultura), a fileira da alfarroba reflete os constrangimentos da transformação agroalimentar algarvia. Esses constrangimentos ocorrem nas seguintes vertentes: produção (reconversão para novas tecnologias de produção mais adequadas às exigências de mercado, produção de qualidade regional, produção biológica); transformação (modernização e concentração das unidades de transformação, diferenciação do produto), comercialização (aquisição de dimensão crítica pelas empresas de comercialização com intervenção no circuito comercial); promoção e marketing (apoios à internacionalização, campanhas de promoção e marketing); estruturação da fileira (coordenação vertical - concentração da oferta, adequação da mesma às exigências de mercado); acesso à informação, nomeadamente, através da criação de redes temáticas integradas.

²¹ Segundo dados do AGRUPA, CRL, agrupamento de produtores de alfarroba e amêndoa, que reúne 5% da produção de alfarroba do Algarve, 68% dos produtores apresentam 65 anos ou idade superior.

²² O ProDeR contabilizava no final de 2013 projetos para a instalação de 308 hectares de novos pomares de alfarrobeira por jovens agricultores.

• O Mel algarvio

A apicultura é encarada como uma das fileiras agroalimentares mais promissoras para a valorização dos recursos endógenos dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve. A apicultura foi uma das principais orientações de investimento apoiado pelo ProDeR na região algarvia, tendo alavancado um investimento total superior a 15 milhões de euros²³ e a criação de mais de 325 postos de trabalho. A apicultura algarvia está em rejuvenescimento, sendo disso exemplo a dinâmica gerada ao nível da instalação de jovens agricultores (158 projetos de instalação).

A apicultura faz parte da identidade da Serra Algarvia, onde constitui um importante complemento do rendimento da atividade agrícola (e das reformas da população idosa). O Algarve produz anualmente 5.000 toneladas de mel e foi, até ao ano passado, a principal região produtora de mel do País.

Segundo o Plano Apícola Nacional (PAN 2011-2013), a Região algarvia apresenta um número relativamente reduzido de apicultores (5% do total nacional).

No entanto, localizam-se no Algarve os apicultores de maior dimensão média em termos nacionais (108 colónias/apicultor) - 17,6% dos apicultores têm mais de 150 colónias (apicultores profissionais) e representam 74,7% das colónias contabilizadas em 2010 no Algarve (dimensão média de 444 colónias por apicultor). Ainda, segundo os registos do PAN 2011-2013, existiam três associações de apicultores – APILGARBE, Associação de Apicultores do Barlavento Algarvio²⁴ (Monchique); MELGARBE, Associação de Apicultores do Sotavento Algarvio (Almancil) e a NORMEL, Cooperativa de Apicultores do Nordeste Algarvio (Cachopo).

O Algarve tem condições bastante favoráveis para a produção apícola e apresenta uma flora melífera silvestre (sobretudo, rosmaninho) e cultivada (pomares de laranjeiras, medronheiros e alfarrobeiras, plantações de eucalipto) que permite a produção de mel de qualidade muito apreciado em diversos mercados internacionais. A grande maioria do mel produzido no Algarve tem como destino os mercados da exportação, nomeadamente, o mercado alemão grande apreciador do mel de rosmaninho.

No entanto, apesar da qualidade e da genuinidade do mel algarvio, atestada com a atribuição da marca “*Mel da Serra de Monchique DOP*”, desde 1994, a falta de visão estratégica do setor associativo redundou na utilização deste selo de qualidade pelos produtores. Da informação empírica recolhida, a grande procura que o mel algarvio regista tem determinado que os produtores não sintam a necessidade de implementar a marca para obter as mais-valias financeiras de um produto diferenciado neste mercado. Tal facto, decorre de os apicultores comercializarem os seus produtos sem dificuldade quer nos mercados locais (feiras e pequeno retalho), quer junto de intermediários e, sobretudo, da ausência de uma visão empresarial e de escala para a rentabilização dos produtos.

A fraca capacidade tecnológica do processo produtivo constitui outro constrangimento estrutural ao desenvolvimento do setor na Região cuja produção assenta numa malha reticulada de pequenos produtores sem escala nem capacidade financeira para a inovação tecnológica, nomeadamente, na exploração de produtos derivados de elevado valor comercial (p.ex., pólen ou própolis).

Do trabalho de campo realizado junto de um jovem apicultor instalado com o apoio do ProDeR (cf. aprofundamento no estudo de caso em Anexo), regista-se a necessidade de estruturar a fileira apícola algarvia, por forma a possibilitar a criação das Organizações de Produtores com capacidade de concentração da oferta, adquirir escala bastante para introduzir fatores de inovação tecnológica na produção do mel e demais subprodutos²⁵ e, deste modo, capacitar a comercialização com internalização nos produtores apícolas das mais-valias, atualmente fixadas pelos intermediários.

Esta visão estratégica poderia contribuir para potenciar o desenvolvimento da marca “*Mel da Serra de Monchique DOP*” como um produto diferenciado de qualidade reconhecida e tirar partido da crescente procura em Portugal e, sobretudo, na Europa pelo mel e produtos derivados. Nesse quadro de oportunidades para o desenvolvimento do setor, a apicultura biológica deverá constituir um segmento da produção apícola algarvia a potenciar no futuro.

²³ Os investimentos apoiados pelo ProDeR no Algarve vão possibilitar um aumento da produção apícola regional estimado em mais 2.060 toneladas de mel, 12,4 toneladas de pólen e 771 kg de própolis.

²⁴ A APILGARBE, detém a gestão da marca “*Mel da Serra de Monchique DOP*”, desde 2001.

²⁵ Outros produtos da colmeia suscetíveis de valorização económica - pólen, geleia real, própolis, cera e veneno das abelhas.



- **O ressurgimento da produção de Medronho**

A produção de aguardente de medronho faz parte da identidade cultural da Serra de Monchique. Nos últimos anos, segundo foi possível apurar junto da APAGARBE - Associação de Produtores de Aguardente de Medronho do Barlavento Algarvio, sediada em Monchique, a produção de aguardente de medronho tem registado um crescimento significativo, contabilizando-se atualmente 45 marcas registadas (em média, cada produtor legalizado tem uma produção anual de 300 a 500 litros).

A Câmara Municipal de Monchique tem prestado um auxílio importante no licenciamento da atividade das pequenas destilarias de aguardente de medronho do concelho. O ProDeR, através da Medida 3.1. Diversificação da Economia e Criação de Emprego/Ação 3.1.2 - Criação e

Desenvolvimento de Microempresas (LEADER), apoiou a modernização das pequenas destilarias de aguardente de medronho, apesar das limitações impostas a projetos com montante de investimento total inferior a 25.000 €.

Este desenvolvimento tem provocado um impacto positivo no aumento da procura do fruto, com resultados a montante na dinamização da gestão dos medronhais existentes na Serra Algarvia e que contribuíram para a mobilização dos apoios da Ação 1.3.1 do ProDeR que permitiram intervir em medronhais que se encontravam abandonados após os grandes incêndios de 2013.

A instalação de jovens agricultores no setor constitui outro sinal positivo do interesse nesta cultura algarvia, tendo-se registado a instalação de 363 ha de novos pomares de medronheiro.

Também neste segmento da atividade agroalimentar algarvia estão reunidas as condições para estruturar um Complexo de atividades, liderado pela APAGARBE, com o envolvimento técnico da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve e do meio científico e académico (p.ex., Universidade do Algarve), que, alicerçado no objetivo central da produção de qualidade certificada de “*aguardente de medronho*”, poderá dar um contributo relevante para a valorização de um dos recursos endógenos emblemáticos do Algarve (o medronho) e para dinamização turístico-cultural da Serra Algarvia.



I Jornadas do Medronho do Algarve

No final de Março, a APAGARBE organizou com o Município de Monchique as I Jornadas do Medronho do Algarve, subordinadas ao tema “*O Medronheiro: Passado, Presente e Futuro*”, uma iniciativa financiada pelo ProDeR no âmbito do Projeto “*Um Outro Algarve*” que concluiu pelo potencial de crescimento do setor do medronho no Algarve e do seu contributo para o desenvolvimento económico e ambiental da Serra Algarvia.

No segmento da produção, destaca-se o potencial do estabelecimento de pomares para o consumo em fresco e de pomares-clonais das árvores “*plus*” (produção e qualidade). A valorização do medronheiro na estratégia regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios foi um aspeto relevado do ponto de vista ambiental.

Ao nível da transformação, a ênfase foi colocada na importância da certificação de qualidade da origem “*Aguardente*

de Medronho do Algarve”, enquanto garante da qualidade da aguardente de medronho produzida no Algarve e constituindo-se como um fator relevante para a valorização económica do produto. A certificação da qualidade da aguardente de medronho foi considerada como um fator crítico para uma maior divulgação deste produto tradicional na hotelaria e restauração algarvia.

A inovação foi relevada como um domínio prioritário para o desenvolvimento do setor quer ao nível do produto (p.ex., consumo de medronho em fresco), tendo-se sinalizado os campos experimentais com medronheiros regados, adubados e podados para a produção frutos de maior calibre destinados para o aproveitamento do fruto em fresco, uma linha de investigação que tem sido conduzida na Universidade do Algarve (embalamento, temperatura de conservação, etc.), quer ao nível da produção (p.ex., instalação de pomares clonais).

• A Cabra algarvia

A cabra algarvia é uma raça autóctone aptidão mista Leite/Carne (cabritos)²⁶, bem adaptada às condições da Serra Algarvia, cujo “*solar*” se encontra territorializado no Nordeste Algarvio. Conforme foi caracterizado no projeto *LACOPE: Landscape Development, Biodiversity and Cooperative Livestock Systems in Europe*²⁷ a exploração da cabra algarvia está baseada no sistema de pastoreio de trajeto da Serra Algarvia, “*uma atividade ancestral que ocupa áreas ultra marginais de muito baixa produtividade, exigindo grande esforço para produções muito baixas, fator acentuado pela estrutura familiar e pela reduzida dimensão das explorações remanescentes*”.

De acordo com a análise do estudo sobre Abandono Rural em Portugal Continental (Universidade de Évora, 2006), o Concelho de Alcoutim apresenta orientação técnica especializada para a pecuária extensiva de ovinos e caprinos.

Do ponto de vista ambiental, a manutenção deste sistema de pastoreio extensivo é essencial para a preservação de habitats prioritários para a conservação da biodiversidade como as sub-estepes de gramíneas, os urzais mediterrânicos e os prados húmidos mediterrânicos, assim como para a manutenção da população rural na Serra Algarvia, nomeadamente no desertificado Nordeste Algarvio.

Apesar do elevado valor de mercado e da procura da cabra algarvia (e dos seus derivados, nomeadamente do queijo de cabra fresco), a dificuldade em competir com outras fontes de rendimento e a extrema dureza do trabalho, têm determinado uma marginalidade crescente da atividade pastoril com base na pequena exploração familiar²⁸. Segundo a ANCCRAL - Associação Nacional de Criadores de Caprinos de Raça Algarvia, a não elegibilidade da aquisição do efetivo pecuário, no âmbito das ajudas do ProDeR relativas à instalação de jovens agricultores, condicionou o potencial de atração de novos atores para esta atividade, nomeadamente, num contexto do “*regresso à terra*” em resultado da diminuição das oportunidades de trabalho no litoral (construção civil e hotelaria).

Na última década tem-se registado uma diminuição do efetivo pecuário. Em 2013, a cabra algarvia contava com um efetivo de 3.997 animais inscritos no Livro Genealógico (54 Criadores), um decréscimo de cerca de 20% comparativamente a 2000, quando contava com um efetivo de cerca de 5.000 animais. De acordo com a ANCCRAL, o número de explorações tem diminuído, devido ao envelhecimento dos produtores e à dificuldade em cativar jovens para a atividade, mas, em contraponto, as explorações que se mantêm ativas aumentaram o número de efetivos.

²⁶ A exploração destes animais está orientada para a produção de cabritos (Natal e Páscoa) e leite (Dezembro - Julho).

²⁷ Fernandes, J.P.; Moreira, M.B., Coelho, I.S., Guiomar, N. e Brito, O. (2005).

“*Caracterização e cartografia dos sistemas extensivos de pastoreio em Portugal continental*”. X Coloquio Ibérico de Geografia. 11p.

²⁸ A ovelha churra algarvia regista um conjunto de problemas semelhantes.

O Pavilhão Multiusos do Azinhal

O edifício Multiusos foi construído pela Câmara Municipal de Castro Marim com verbas comunitárias do PROAlgarve (2000-2006) e destinava-se à promoção da caprinicultura no Nordeste Algarvio.

Este equipamento municipal foi inaugurado por ocasião da Feira de Maio de 2008 e dispõe de quatro áreas funcionais: o Recinto Multiusos, a Queijaria Experimental, o Mercado de Gado Caprino e o Núcleo Museológico do Azinhal.

O Recinto Multiusos centraliza o edifício, compreendendo vários módulos destinados ao apoio às atividades rurais, nomeadamente, a caprinicultura. Esta área funcional integra, entre outros, um deambulatório e o secretariado, onde está sedeadada a ANCCRAL - Associação Nacional de Criadores de Caprinos de Raça Algarvia.

A Queijaria Experimental inclui dependências técnicas constituídas por um espaço de armazém e por três salas/queijarias destinadas à manipulação e produção do queijo. Desde 2010 que a sua gestão tem responsabilidade técnica da ANCCRAL.

O Mercado de Gado Caprino engloba um conjunto de dez módulos destinados à guarda e exposição dos animais e permite a exposição dos animais (cabras e ovelhas) em condições de salubridade e conforto, possibilitando aos criadores, vendedores e compradores observarem devidamente os animais a transacionar.

O Núcleo Museológico está vocacionado para a divulgação do património da caprinicultura da Região, mas permanece encerrado.

No Estudo sobre as Condicionantes e Potencialidades dos Produtos Tradicionais do Algarve (Neves, CCDR Algarve, 2003), a recolha de leite de cabra no Nordeste Algarvio por industriais de laticínios da Andaluzia, constituía um exemplo paradigmático das dificuldades em ligar a organização das produções primárias à transformação, como modo de gerar localmente maior valor para os recursos endógenos. A publicação em 2005 pela DRAP Algarve do *“Manual de Boas Práticas de Fabrico de Queijo”* e, mais tarde, a gestão da *“Queijaria do Azinhal”* pela ANCCRAL a partir de 2010, onde recebe leite dos produtores associados e produz semanalmente cerca de 1500 queijos²⁹, veio alterar esta situação.

A perspetiva da criação de uma marca diferenciadora³⁰ dos produtos oriundos desta raça autóctone, ancorada no Registo do Livro Genealógico e sem estar amarrado aos condicionalismos e aos custos burocráticos exigidos da certificação dos produtos agroalimentares de qualidade,

é encarada pela ANCCRAL como um meio importante para a valorização económica no mercado dos produtos da cabra algarvia, com garantia de origem e que também contribui para a preservação do património genético.

A possibilidade de os jovens agricultores poderem beneficiar de apoios para a aquisição de animais, conforme está preconizado na proposta de Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020³¹ constitui uma oportunidade para rejuvenescer a caprinicultura na Serra Algarvia, nomeadamente no Nordeste Algarvio e relançar este setor emblemático da economia rural serrana³². A reabilitação deste sistema pastoril extensivo é importante para os Territórios de Baixa Densidade dado o valor social e económico que representa nas comunidades rurais e, também, devido à sua contribuição para a conservação da biodiversidade e para a qualidade da paisagem na Serra Algarvia.

²⁹ O queijo fresco de cabra é fabricado de modo tradicional, com ingredientes da região, leite de cabra de raça algarvia, sal marinho de Castro Marim e cardo, planta espontânea da região. Os queijos produzidos têm como destino a restauração e o pequeno retalho do Sotavento algarvio, nomeadamente, nas cidades de Faro e de Tavira através da cadeia de supermercados regionais - Algartalhos.

³⁰ No final do século passado, foram elaborados os Cadernos de Especificações Técnicas para a certificação do Queijo de cabra e do cabrito de raça algarvia pela ANCCRAL para efeitos da proteção da Denominação de Origem. No entanto, eram limitados os rebanhos que se enquadravam nos requisitos do Caderno de Especificações, o que condicionou fortemente a concretização deste processo. Em Espanha, o Ministério da Agricultura desenvolveu, em parceria com as associações de criadores de

raças autóctones, o processo da Marca *“Raza Autóctona 100%”* com o objetivo de divulgar e promover os produtos com origem nas raças autóctones de Espanha. A ANCCRAL encontra-se a trabalhar com a DRAP Algarve no desenvolvimento de um processo análogo para a cabra algarvia.

³¹ Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, Programa de Desenvolvimento Rural Continente 2020 - Medida 3 Valorização da Produção Agrícola - Ação 3.1 Jovens Agricultores (versão de 10 de Março de 2014).

³² Na vigência do ProDeR 2007-2013, a caprinicultura apenas registou dois projetos de investimento, localizados nos concelhos de Loulé e Tavira.

• Gastronomia regional

A Gastronomia constitui-se como importante atrativo turístico-cultural de um local ou de uma região, cada vez mais valorizado pelos visitantes que procuram o Turismo de Natureza. Os hábitos alimentares tradicionais do Algarve são os tipicamente mediterrânicos³³, refletindo a multiplicidade das influências culturais que enriqueceram a Região desde a ocupação por Fenícios e Cartagineses.

A riqueza do património gastronómico pode contribuir para aumentar a atratividade de um destino turístico e mesmo para fomentar o desenvolvimento noutros setores, nomeadamente, da produção local de alimentos, primários e transformados, base do receituário. Estas vertentes têm sido significativamente assumidas pela generalidade dos Municípios da Região que têm promovido a realização de iniciativas de promoção (nomeadamente, com a colaboração da CCDR e da RTA) valorizando elementos diferenciadores, em diferentes formatos, conforme testemunham os exemplos seguintes:

- Feira do Percebe e da Batata Doce em Aljezur (com edições anuais regulares, desde 2000);
- Festival do Percebe de Vila do Bispo;
- Feira Concurso Arte Doce (XIV edição, em 2013), em Lagos;
- Rota dos Petisco em Portimão (desde 2011);
- Fatacil, em Lagoa (34ª edição, em 2013);

- Festa da Laranja e Feira Medieval em Silves e Festa do Folar em S. Marcos da Serra;
- Festival da Gastronomia e Festa da Sardinha de Albufeira;
- Festival do Marisco em Faro e Olhão;
- Gastronomia da Serra e do Mar de Tavira; Em Setembro de 2013, a CM Tavira organizou a 1ª Feira da Dieta Mediterrânica (DM)³⁴;
- Dias Medievais, Terra de Maio (Azinhal) e Feira do Campo, em Castro Marim;
- Festival Gastronómico e Feira de Doces d'Avó, em Alcoutim;
- Campanha promocional "*Monchique, o topo do Algarve*", da iniciativa da Câmara Municipal, que promove os produtos e a gastronomia tradicional da Serra, como um dos seus quatro produtos turísticos de referência- Turismo de Saúde e Bem-estar, Turismo de Natureza, Turismo Gastronómico e Turismo Cultural.

A aposta na promoção da gastronomia, que tem envolvido também outras entidades regionais como a Tertúlia Algarvia, poderá assumir novo impulso beneficiando da associação a desenvolvimentos futuros do Plano de Salvaguarda da Dieta Mediterrânica, declarada Património Cultural Imaterial da Humanidade (cf. caixa seguinte).

³³ Em 2007, a GLOBALGARVE, SA, publicou o livro "*Dieta Mediterrânica Algarvia*", no âmbito do Projeto IPMRA II (financiado pelo PROAlgarve), na perspetiva do contributo para a promoção da Dieta Mediterrânica Algarvia, não só pelo receituário e apresentação dos restaurantes locais onde é possível provar os sabores mediterrânicos, mas também por abor- dar a sua origem histórica e cultural e os benefícios que proporciona.

³⁴ Este evento inserido no trabalho de divulgação da candidatura transnacional da DM à UNESCO, integrou provas de produtos, aulas e experiências gastronómicas, aconselhamento de saúde nutricional, mercado de produtores e visitas ao Património e à Exposição DM – Património Cultural Milenar, no Museu Municipal/Palácio da Galeria.

Dieta Mediterrânica - Património Cultural Imaterial da Humanidade

A UNESCO consagrou a Dieta Mediterrânica, em Dezembro de 2013, como Património Cultural Imaterial da Humanidade, uma iniciativa cujo processo de candidatura em Portugal foi dinamizado pelo MAMAOT (atual Ministério da Agricultura e do Mar), no âmbito de um Grupo Interministerial que elaborou e apresentou a candidatura à UNESCO e do qual fez parte a CCDR Algarve. Entre os elementos que caracterizam a Dieta Mediterrânica destaca-se o consumo de produtos frescos (hortícolas, fruta, etc.), a utilização do azeite como principal fonte de gordura alimentar, o pão, o recurso às ervas aromáticas e aos frutos secos, o vinho consumido com moderação e a esporádica utilização da carne.

No contexto da inscrição UNESCO, na DM não é apenas o modelo alimentar que está em causa, mas também conhecimentos, sistemas e técnicas de produção alimentar, processos de preparação e confeção de alimentos e estilos de vida.

Recentemente foi constituída uma parceria regional, composta por 13 entidades (públicas e privadas) e liderada

pela CCDR Algarve, que dinamizará ações que deverão contribuir para concretizar o Plano de Salvaguarda da Dieta Mediterrânica. Esta parceria desenvolverá ações que serão financiadas pela candidatura da CCDR Algarve “*Articular para Intervir 2ª fase,*” cujo valor global ascende a 426.403€.

Entre as componentes que integram o Plano de Salvaguarda, destacam-se as seguintes:

- Investigação, classificação, inventariação e divulgação da DM às valências;
- Dinamização e valorização dos sistemas agroalimentares da DM;
- Desenvolvimento de programas de educação para a saúde e nutrição;
- Preservação das manifestações de sociabilidade e expressões festivas ligadas à DM.



1.1.3.2. Economia dos Recursos florestais e Caça

- Recursos florestais (lenhosos e não lenhosos)

Os recursos florestais ocupam cerca de 122.000 ha do território algarvio (IFN5, 2010) e abrangem três essências florestais - sobreiro, pinheiro-manso e eucalipto. Enquanto ativo importante para a estratégia de desenvolvimento regional integrado, a componente florestal tem sido potenciada pelas características edafo-climáticas da

Região, seja para a produção lenhosa (cortiça e madeira para fins industriais), seja para a produção diversificada de produtos não lenhosos (frutos, cogumelos silvestres, plantas medicinais e condimentares, ...), sem descurar a atividade cinegética que constitui uma das principais valências dos espaços florestais no Algarve.

Espécie	Área (ha)
Sobreiro: produção de cortiça e mel	33.250
Eucalipto: madeira para trituração	25.049
Pinheiro-manso: proteção do solo	30.044
Azinheira: uso múltiplos (pastoreio)	13.215
Outras folhosas, onde predominam os medronheiros	12.922

Tabela 4. Principais Povoamentos do coberto florestal do Algarve
Fonte: 5.º Inventário Florestal Nacional, 2010.

A floresta algarvia caracteriza-se por apresentar uma especificidade própria no contexto nacional, decorrente da ampla diversidade de sistemas que reúne: sistemas florestais de produção lenhosa (pinheiro bravo e eucalipto) no Barlavento e sistemas florestais de uso múltiplo - cortiça, fruto, mel, caça, cogumelos silvestres no Sotavento.

As plantações industriais de eucalipto assumem relevância no noroeste da serra algarvia (concelhos de Monchique e Silves, na serra de Monchique), onde a influência atlântica beneficia a cultura desta espécie que é conduzida em grandes manchas de povoamentos puros em sistemas intensivos de produção lenhosa de madeira de eucalipto para trituração explorados pelas empresas da indústria papelreira³⁵ (Grupo Portucel-Soporcel, Altri e ENCE). Estes sistemas florestais têm revelado um bom dinamismo, apesar de não terem contribuído para uma estruturação do segmento da silvicultura e exploração florestal no Barlavento algarvio que permanece na esfera de intervenção de um conjunto de microempresas de exploração florestal, pouco estruturadas do ponto de vista da capacitação profissional.

O aproveitamento energético da biomassa florestal constitui uma outra valência suscetível de valorização em torno dos povoamentos de produção lenhosa de eucalipto e pinheiro bravo do Barlavento algarvio³⁶. De acordo com um estudo realizado em 2006³⁷, é estimado um potencial global de produção de biomassa florestal no Algarve de 45.611 tep/ano. Os concelhos de Monchique, Loulé e Silves apresentam o maior potencial regional para a produção de biomassa florestal (a que se somam Aljezur e S. Brás de Alportel). Este conjunto de concelhos, representam cerca de 83% do total de sobrantes de biomassa florestal proveniente de povoamentos florestais, na Região do Algarve. A construção prevista de uma Central Termoelétrica a biomassa florestal no Barlavento algarvio, sedeadada em Monchique, com 14,65 MWe de potência, encontra-se adiada sine die³⁸.

Os concelhos de Loulé, Tavira e São Brás de Alportel, apresentam a principal mancha dos sistemas de produção de cortiça existentes na serra do Caldeirão, cuja sustentabilidade tem sido afetada pela incidência de incêndios florestais de grandes dimensões e pela mortalidade continuada dos sobreirais.

³⁵ Um volume significativo da madeira de eucalipto explorada na Serra de Monchique tem como destino a indústria papelreira instalada em Huelva, no sul de Espanha.

³⁶ Na última reunião do projeto Proforbiomed "Promotion of residual forestry biomass in the Mediterranean basin", que decorreu no Instituto Superior Dom Afonso III (INUAF), em Loulé (26 de Março 2014), foi evidenciado o interesse das entidades regionais algarvias em constituir um Cluster regional para o desenvolvimento do mercado de biomassa florestal no Algarve. (<http://www.sulinformacao.pt/2014/04/esta-para-breve-criacao-de-Cluster-da-biomassa-no-algarve/>).

³⁷ AREAL-INETI. 2006. Avaliação do Potencial de Biomassa da Região do Algarve. (http://www.prot.ccdr-alg.pt/Storage/pdfs/Volume_II_ANEXO_K4.pdf).

³⁸ O projeto inicial previa um investimento na ordem dos 75 milhões de euros e representaria 20 novos postos de trabalho direto e 150 empregos indiretos para recolha, processamento e transporte da biomassa. A estrutura iria consumir 189.800 ton/ano de biomassa florestal residual e produzir energia para um consumo médio anual de cerca de 100 mil habitantes.

Os grandes incêndios ocorridos em 2004 (São Barnabé - 28.260 hectares) e 2012 (Catraia - 24.800 hectares) causaram importantes danos nos sistemas florestais de uso múltiplo da Serra do Caldeirão. De acordo com o Relatório técnico elaborado pelo ICNF, o incêndio florestal de 2012, que percorreu 5.800 ha de povoamentos florestais de sobreiro e pinheiro manso nos concelhos de São Brás de Alportel e Tavira, afetou fortemente a atividade apícola e cinegética. De acordo com o ICNF, estimava-se que os trabalhos de recuperação de povoamentos florestais, bem como a proteção e reabilitação das principais linhas de água e vertentes mais afetadas, possam envolver nos próximos anos um esforço financeiro na ordem dos 10

milhões de euros. O ProDeR, através da Medida 2.3 SubAção 2.3.2.1 Recuperação do Potencial Produtivo, abriu um Concurso específico (9.º Concurso), com uma dotação orçamental de 4 milhões de euros.

De acordo com o Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Algarve do ICNF, o sistema florestal de produção tradicional da Serra Algarvia tem a sua sustentabilidade cada vez mais dependente da existência dos fundos comunitários, p.ex., por via do pagamento dos serviços silvo-ambientais.

A silvicultura tradicional extensiva da Serra do Caldeirão

A Serra do Caldeirão consiste quase integralmente num maciço florestal dominado por sobreiro e representa talvez um dos melhores exemplos em Portugal desta formação vegetal, pelo menos antes dos inúmeros incêndios que sofreu durante a última década.

A vasta riqueza que representa não é desperdiçada, sendo quase impossível encontrar na Serra um sobreiro que não seja descortiçado com regularidade, mesmo nos locais mais inacessíveis.

A Serra do Caldeirão constitui um dos locais onde o conceito de floresta mediterrânica de uso múltiplo encontra o expoente máximo: para além da produção de cortiça (o principal produto deste sistema florestal extensivo), também é possível explorar o mel, o medronho, os cogumelos silvestres, as plantas aromáticas, a caça e a lande (atualmente utilizada na produção de farinhas para animais, em Almodôvar).

A vegetação da Serra do Caldeirão, onde predomina o esteval e as formações de sobreiro com sob coberto desenvolvido (nomeadamente, matagais arborescentes, com presença de medronheiro) serve de suporte para a conservação dos habitats e da biodiversidade. Na Serra do Caldeirão existe um Sítio Classificado da Rede Natura (PTCON0057) com 47.280ha, que tem no Algarve 90% da área classificada.

O coberto vegetal presente na Serra do Caldeirão desempenha um papel fundamental para a conservação do solo e, sobretudo, da água no solo que proporciona a recarga dos aquíferos no Barrocal, essenciais para fornecer a água consumida no litoral, quer para consumo humano quer para a agricultura de regadio. Além disso, o coberto arbóreo desempenha um papel relevante na fixação de carbono, dado que se trata de espécies de crescimento lento, com longa longevidade.

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve) estabelece a seguinte hierarquização funcional para esta sub-região homogénea, : 1ª função - Produção (cortiça); 2ª função - Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores; 3ª função - Conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos.

Esta especialização funcional, expressa bem a importância da multifuncionalidade de bens e serviços que são proporcionados pelos sistemas florestais extensivos presentes na Serra do Caldeirão e que importa valorizar, nomeadamente através do pagamento dos serviços silvo-ambientais aos produtores florestais da serra.

No Nordeste algarvio, nas serranias dos concelhos de Tavira, Castro Marim e Alcoutim, regista-se uma importante ocupação florestal recente em resultados da florestação de terras agrícolas marginais (sobretudo, com recurso a arborização com o pinheiro manso estreme, para fins de conservação do solo) impulsionada pela política comunitária de *set-aside*, concretizada no Reg. (CEE) n.º 2080/92 e prosseguida no Programa RURIS do QCA III. O azinhal, que constituía a base dos sistemas florestais nesta zona, encontra-se em declínio, sobretudo em consequência dos processos de abandono rural e desertificação.

A constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) conheceu especial dinamismo no Algarve; atualmente, encontram-se em funcionamento 17 ZIF³⁹ que têm como entidades gestoras Organizações de Produtores Florestais. A intervenção das ZIF abrange 68.931 ha, que correspondem a cerca de 14% da Região algarvia e tem desempenhado um papel relevante em matéria de Defesa da Floresta Contra Incêndios (através da instalação e manutenção da rede de faixas de gestão combustível), de valorização das galerias ripícolas e de controlo do declínio dos povoamentos de quercíneas.

Entidade Gestora	nº ZIF	Área (ha)
CUMEADAS - Associação de Produtores Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana	6	30.534
Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão	4	11.344
VIVER SERRA - Associação a Proteção e Desenvolvimento das Serras do Barlavento Algarvio	3	16.545
Associação IN-LOCO	2	4.596
ASPAFLOBAL – Associação Prod. Flor. Barlavento Algarvio	1	3.615
VIVER SERRA - Associação a Proteção e Desenvolvimento das Serras do Barlavento Algarvio	1	2.203

Tabela 5. ZIF constituídas no Algarve

Fonte: ICNF, *Caracterização das Zonas de Intervenção Florestal/3.º Relatório de Progresso, 2012*).

A contribuição dos espaços florestais para a proteção da biodiversidade é relevada pelo fato de cerca de 65% da área florestal da Região se encontrar inserida em áreas com estatuto de conservação, sob tutela do ICNF (Rede Nacional de Áreas Protegidas e Sítios Classificados da Rede Natura).

Não obstante a importância estratégica da valorização dos recursos florestais algarvios, os grandes incêndios florestais e o declínio dos sistemas florestais extensivos tradicionais são ameaças reais que importa mitigar. Os grandes incêndios florestais ocorridos em 2003, 2004 e 2012 afetaram áreas significativas da Serra Algarvia. Os incêndios de 2003 e 2004 estiveram na base da constituição do Conselho Regional de Reflorestação do Algarve, que teve como objetivo estabelecer o planeamento de uma estrutura regional de defesa da floresta contra incêndios (incorporada no PROF Algarve, a rede de gestão de combustível compreende 1.376 km de extensão – 16.987 ha) e a elaboração de orientações para a recuperação da extensa área ardida.

A concentração da precipitação e o agravamento das condições meteorológicas de risco de incêndio em resultado das alterações climáticas, conjugado com o continuado processo de abandono rural e desertificação do interior, são fatores que potenciam estas ameaças e geram incertezas nos investidores privados. Nessa perspetiva, justifica-se plenamente o desenvolvimento das linhas orientadoras inscritas no PROF Algarve, no sentido da valorização dos recursos florestais quer na ótica da sua proteção em que as ZIF podem continuar a desempenhar um papel relevante, quer para a produção de bens transacionáveis que podem encontrar na estruturação do setor madeireiro na Serra de Monchique e no desenvolvimento de um *cluster* do setor corticeiro ancorado na Serra do Caldeirão, uma alavanca para a dinamização do setor florestal na Serra Algarvia.

³⁹ As ZIF foram constituídas entre 2007 e 2011 e permitiram dotar a Serra Algarvia de uma perspetiva de gestão integrada indispensável a territórios florestais onde predomina a pequena propriedade fragmentada e dispersa. No entanto, têm-se registado dificuldades na intervenção

das entidades gestoras das ZIF na promoção da gestão ativa dos recursos florestais, devido ao individualismo dos proprietários florestais e à incerteza no retorno do investimento florestal em resultado dos grandes incêndios florestais que têm assolado a Serra Algarvia.

• **A atividade Cinegética**

A Região do Algarve pode ser caracterizada, em termos gerais, como um território de elevada aptidão cinegética, dada a fisiografia do terreno, a ocupação humana e a diversidade de características ecológicas presentes. A atividade cinegética é apontada como um setor importante para a animação dos Territórios de Baixa Densidade do

Algarve, tendo registado nos últimos 15 anos um intenso processo de ordenamento do território cinegético dinamizado pela Federação de Caçadores do Algarve⁴⁰, como se evidencia nas figuras seguintes e que atualmente compreende 77 por cento da Região algarvia.

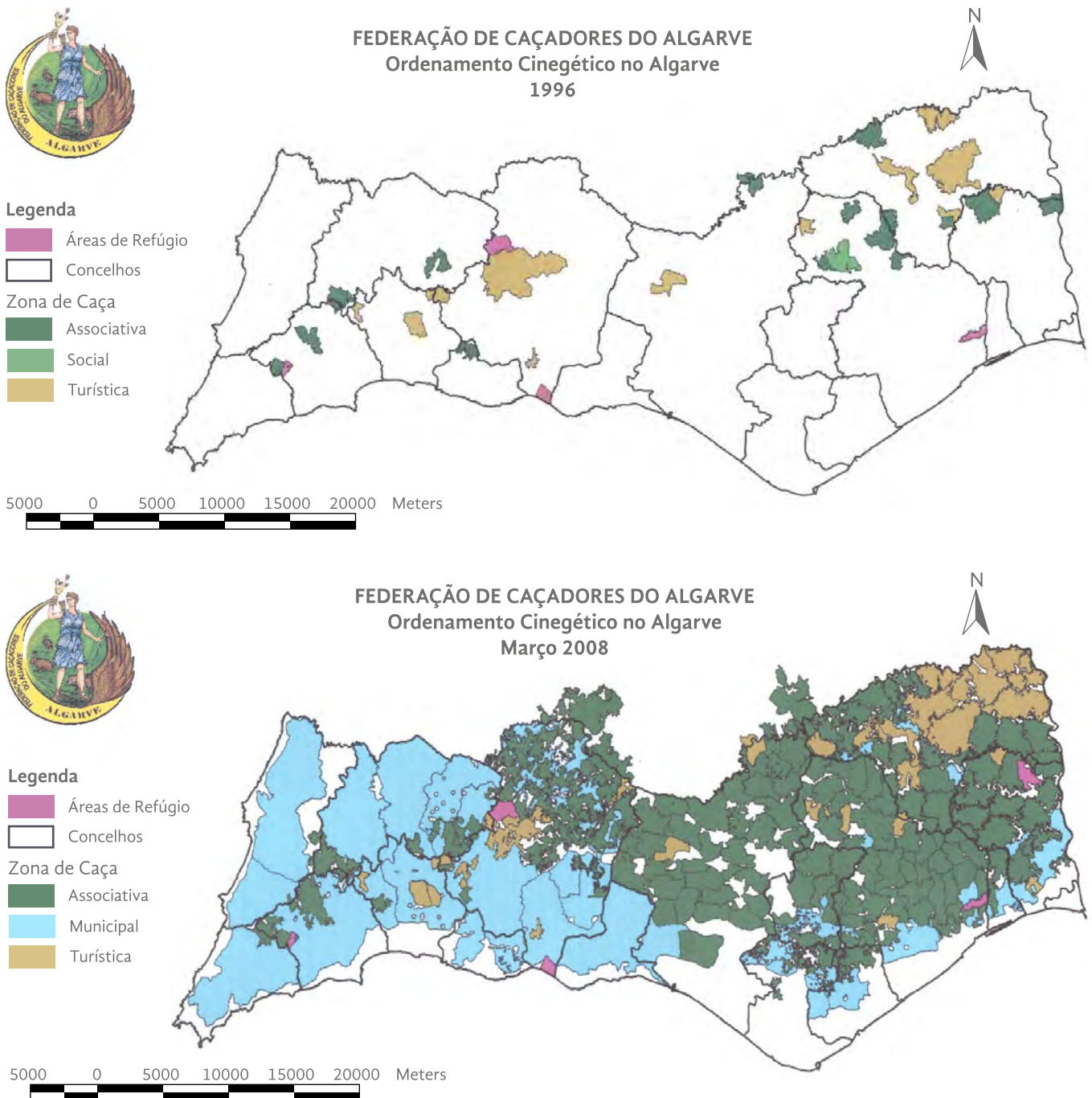


Figura 6. Ordenamento cinegético do Algarve (1996 - 2008)
Fonte: Federação de Caçadores do Algarve.

⁴⁰ A FCA reúne 244 Associações e Clubes de Caçadores (cerca de 15.000 caçadores ativos) e 6 empresas ligadas ao turismo cinegético. Esta entidade presta assistência técnica às entidades gestoras de zonas de caça, nomeadamente, ao nível da sustentabilidade da gestão cinegética. No decurso do QCA III, a Federação de Caçadores do Algarve desenvolveu o “Plano de Dinamização do Setor da Caça no Algarve” (Medida AGRIS -

Ação 8), tendo promovido entre Janeiro de 2005 e Dezembro de 2006 a realização de um estudo da aptidão cinegética da Região, o apoio técnico aos clubes e associações de caçadores, a divulgação de medidas de apoio do QCAIII, a definição de modelos de gestão cinegética e a elaboração de cadernos técnicos.

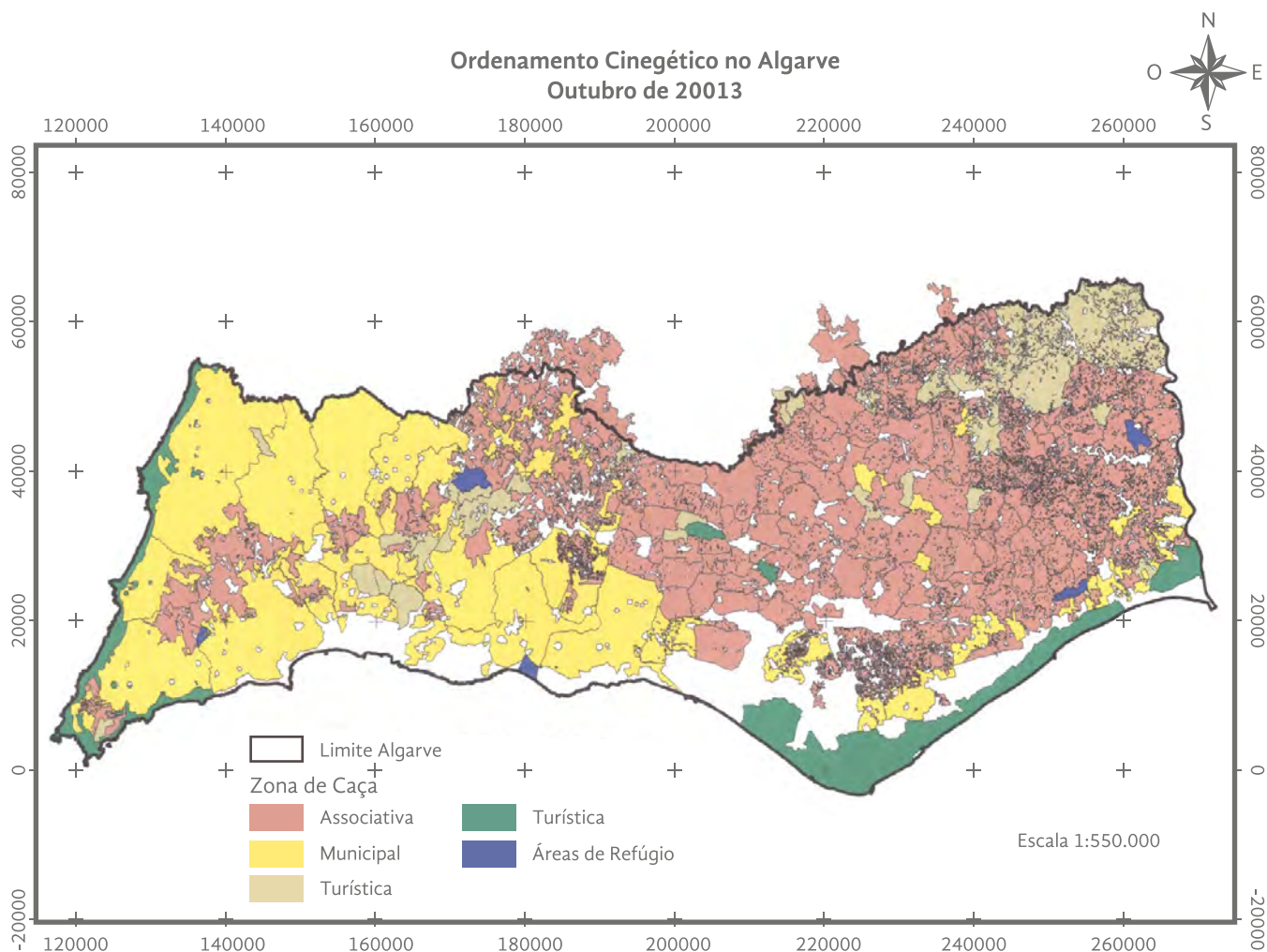


Figura 7. Ordenamento cinegético do Algarve (Outubro de 2013)

Fonte: Federação de Caçadores do Algarve.

As zonas de caça municipais localizam-se, sobretudo, no Barlavento, sendo que no Sotavento, o ordenamento cinegético foi desenvolvido com base no movimento associativo cinegético. As 37 zonas de caça turísticas existentes compreendem 38.265 ha (9,8% do terreno ordenado), com maior expressão nos concelhos de Silves e, sobretudo, de Alcoutim (25.789 ha, 52% do terreno ordenado).

A atividade cinegética constitui um setor com intervenção ativa nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve, quer em termos da gestão cinegética (desmatização - abertura de clareiras e estabelecimento de campos de alimentação), quer em termos da proteção da floresta contra os incêndios florestais, na manutenção dos caminhos florestais e dos aceiros e faixas de gestão de combustíveis.

No final de 2013, o Algarve era a Região mais dinâmica na procura dos apoios comunitários disponibilizados na Ação 1.3.2 Gestão Multifuncional do ProDeR, contabilizando um total de 58 Pedidos de Apoio (PA) contratados, abrangendo um montante total de 870 mil euros de Despesa Pública que alavancou um investimento total de 1.632 mil euros, em projetos que contribuíram para intervir em mais de 1.170 ha (desmatização, abertura de clareiras e instalação de campos de alimentação).

A sustentabilidade dos recursos cinegéticos constituiu um vetor importante para o desenvolvimento da Região, nomeadamente, na Serra Algarvia. Nessa perspetiva, a Federação de Caçadores do Algarve promoveu a elaboração de um documento orientador para a estruturação do contributo do setor cinegético para o desenvolvimento rural do Algarve.

Plano Regional para o Desenvolvimento do Setor Cinegético

A Federação de Caçadores do Algarve preparou um documento de reflexão que estabelece um conjunto de linhas de orientadoras para a estruturação do contributo do setor cinegético para o desenvolvimento rural e que se concretizam nos seguintes eixos de intervenção:

- Criação de um sistema regional de vigilância sanitária para a fauna cinegética;
- Gestão dos recursos cinegéticos (inclui o melhoramento dos habitats e o fomento das populações cinegéticas, a monitorização e avaliação da dinâmica de populações cinegéticas e a avaliação da capacidade de suporte);
- Introdução de novas tecnologias (inclui a introdução dos SIG na gestão cinegética e o seguimento das espécies via GPS, vídeo/fotografia, ...);
- Turismo cinegético (inclui a criação de “Parques Cinegéticos”);
- Promoção da gastronomia cinegética;
- Dinamização do Associativismo cinegético e das infraestruturas de apoio;
- Assistência técnica (inclui a capacitação técnica dos caçadores (divulgação de boas práticas de conduta do caçador) e das entidades gestoras de Zonas de Caça (administração e gestão cinegética);
- Avaliação socioeconómica e ambiental da atividade cinegética no Algarve, nomeadamente em termos dos impactos reais na economia rural.

No panorama cinegético do Algarve, destaca-se o “*nicho*” de Zonas de Caça Turísticas no Nordeste algarvio, que conjugado com as Zonas de Caça Turísticas do concelho de Mértola poderiam constituir um *cluster* do turismo cinegético nesse território desertificado e assegurar emprego e um conjunto de valências associadas de suporte (serviços de gestão cinegética, restauração e alojamento - TER), nomeadamente na exploração do mercado potencial existente do outro lado da fronteira e da

marca “*a melhor perdiz do mundo*”, dada a elevada aptidão cinegética do território de Alcoutim para esta espécie de caça menor, decorrente da fisiografia e do mosaico da ocupação do solo. No entanto, no Algarve (RTA) não se regista qualquer iniciativa de promoção do turismo cinegético⁴¹; na última edição da BTL, apenas o concelho de Alcoutim apresentava alguma promoção deste novo produto turístico, através da divulgação da realização da “*Feira da Perdiz*”.

⁴¹ O Turismo do Alentejo está a desenvolver desde Setembro de 2013 um estudo conducente ao desenvolvimento do Turismo cinegético na Região. (<http://www.publico.pt/economia/noticia/alentejo-prepara-projecto-de-desenvolvimento-do-turismo-de-caca-1605885>)

1.1.3.3. Turismo de Natureza

A Região algarvia, que constitui o principal destino turístico em Portugal, encerra um importante potencial de aproveitamento turístico da paisagem, dos valores naturais e do património histórico-cultural (onde se inclui a gastronomia/produtos tradicionais), cuja exploração integrada que pode potenciar o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade, nomeadamente enquanto fator gerador de postos de trabalho e de animação económica e sociocultural das aldeias e vilas desses territórios. Nessa perspetiva, o PROT Algarve considera que nos territórios do interior, o Turismo em Espaço Rural, o Turismo de Natureza (associado especialmente às áreas naturais classificadas), o turismo científico e o turismo cinegético surgem como opções alternativas/complementares à oferta turística do litoral⁴².

O turismo nos Territórios de Baixa Densidade constitui, ainda, uma atividade incipiente e, conseqüentemente, o seu contributo para a base económica dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve continua a ser modesto,

apesar do aumento significativo de estabelecimentos de turismo em espaço rural no Algarve, cifrado em 46,4 por cento entre 2008 e 2012 (Proactivetur, 2014) e que contabilizava nesse ano 77.000 dormidas/22.000 hóspedes. A tabela seguinte evidencia a evolução da oferta de alojamento de Turismo em Espaço Rural no Algarve entre 2003 e 2012.

A amenidade do clima do Algarve e a grande extensão de áreas protegidas e classificadas (ricas em biodiversidade) permitem a prática do turismo e dos desportos de natureza durante todo o ano. A Região de Turismo do Algarve, ciente desse potencial, inscreveu o Turismo de Natureza como um produto estratégico para o desenvolvimento do mercado turístico do Algarve, nomeadamente, no quadro da mitigação da sazonalidade do turismo algarvio, tendo presente os vários nichos que são abrangidos por este segmento turístico, tais como a observação de aves, o surf, o pedestrianismo ou os passeios a cavalo.

Ano	Agroturismo	Casas de campo	Hotel Rural	Outros
2012	7	20	5	9
2009	3	6	1	18
2006	3	6	0	17
2003	4	3	0	14

Tabela 6. Evolução da oferta de alojamento de Turismo em Espaço Rural no Algarve (2003-2012)

Fonte: Capacidade de alojamento do turismo de habitação e do turismo no espaço rural, INE.

⁴² O surf tem-se vindo a afirmar como um segmento turístico com potencial de crescimento na Costa Vicentina. A título exemplificativo, refira-se a iniciativa “Aljezur Surf Week” organizada pela Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste no âmbito do projeto

de cooperação “Um Outro Algarve”, em colaboração com o Município e que juntou sete escolas de surf da Região e 21 alojamentos em Abril de 2014.

Caraterização dos operadores de Turismo de Natureza

As empresas que operam no Turismo de Natureza sediadas no Algarve tem em média 8 anos de atividade no ramo, sendo que metade das empresas foram criadas após 2009, numa demonstração do reconhecimento por parte dos empresários do turismo algarvio do potencial existente na Região para o desenvolvimento deste produto.

Os operadores do segmento do Turismo de Natureza sediados no Algarve têm no Turismo Náutico – Mergulho, observação de golfinhos/cetáceos e passeios de barco, a atividade predominante. O cicloturismo/BTT e as caminhadas/*trekking* assumem um patamar intermédio na oferta de produtos turísticos; o turismo ornitológico/*birdwatching*, o turismo equestre e a canoagem ainda representam uma componente marginal na paleta de oferta de atividades das empresas de animação turística. Importa salientar que as empresas apostam no estabelecimento de parcerias, com predomínio nos segmentos do alojamento e restauração.

Estão registadas 70 empresas no Algarve, um quarto das quais sediada nos Territórios de Baixa Densidade. A concentração de empresas no concelho de Vila do Bispo (12 empresas, a que somam 3 empresas em Aljezur) destaca-se na oferta de serviços deste produto, aspeto valorizado pelo enquadramento deste território no Parque Natural da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano.

As empresas, em média, têm três funcionários permanentes (um dos quais com escolaridade superior), a que acrescem cinco funcionários de ocupação sazonal.

De acordo com a perspetiva das empresas do setor, as caminhadas, a observação de cetáceos e o *birdwatching*, a par do turismo ativo/desportos de natureza, correspondem aos nichos com maior potencial de crescimento da procura.




A qualidade dos serviços das empresas que operam no Turismo de Natureza é um aspeto crítico para a consolidação deste produto na Região algarvia. Nessa perspetiva, a certificação de empresas e técnicos, o desenvolvimento de um selo de qualidade para o Turismo de Natureza e a formação especializada para os diferentes profissionais do setor (p.ex., capacitação dos guias com conhecimento da fauna e flora da Região, assim como dos recursos subaquáticos), foram identificadas como algumas das principais necessidades sentidas pelas empresas de animação turística para a evolução deste segmento no Algarve.

[Extraído de *Turismo de Natureza no Algarve - Estudo de Caracterização da Atividade*, Proactivetur, 2014].

As Áreas Protegidas

De acordo com o PROT Algarve, a conservação da natureza e da biodiversidade constitui um desafio relevante para o desenvolvimento territorial, assegurando a articulação recíproca com as atividades socioeconómicas,

em particular pela contenção da pressão construtiva e pela articulação da conservação da natureza com as políticas de desenvolvimento rural.

-  Área Protegida
-  Sítio da Rede Natura 2000
-  Corredor Ecológico



Fonte: PROT Algarve, 2007.

As áreas protegidas compreendem uma porção importante do território do Algarve (47.110 ha), sendo que uma parte significativa se localiza nos Territórios de Baixa Densidade (Tabela 6).

Rede Nacional de Áreas Protegidas	Concelho	Área (ha)
Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	Aljezur e Vila do Bispo	25.326
Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e VRSA	Castro Marim e VRSA	2.307
Paisagem Protegida Local da Rocha da Pena	Loulé	672
Paisagem Protegida Local da Fonte Benémola		406
Parque Natural da Ria Formosa (*)	Faro, Loulé, Olhão, Tavira e VRSA	18.400

(*) Esta Área Protegida está parcialmente inserida nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve (VRSA).

Tabela 7. Áreas protegidas no Algarve

Fonte: ICNF, 2014.

Além das áreas inscritas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, importa ainda ter presente 178.279 ha inscritos como Sítios Classificados da Rede Natura (Diretiva Habitats) e 137.630 ha classificados como Zonas de Proteção Especial (Diretiva Aves).

Apesar da riqueza cultural e ambiental presente nas Áreas Protegidas e Classificadas do Algarve, existe uma clara perceção que “*ecoturismo*” encontra-se subaproveitado face ao potencial existente dada a importância que se reveste este produto turístico para a sustentabilidade económica e ambiental das áreas protegidas, sobretudo, na ótica do envolvimento das comunidades locais.

O “Memorando Turístico do Algarve - Propostas para uma região sustentável”⁴³, considera que o Turismo de Natureza contempla dois segmentos principais na Região: (1) As experiências baseadas na interação com o meio ambiente e no exercício de atividades de ar livre de baixa intensidade - excursões, observação de fauna e flora, passeios pedestres); (2) a prática de desportos de natureza - BTT, escalada - ou de atividades singulares que exigem conhecimento especializado, caso do *birdwatching*.

Nessa perspectiva, a Região de Turismo do Algarve encomendou um conjunto de estudos sobre o Turismo de Natureza e publicou em 2012 o “Guia do Turismo de Natureza do Algarve”⁴⁴ em edição bilingue (português e inglês) e que faz a ligação entre as áreas classificadas para a proteção da natureza com as principais rotas de percursos pedestres⁴⁵ - Via Algarviana, Rota Vicentina e Ecovia do litoral.

De acordo com as conclusões do Relatório “Turismo de Natureza no Algarve - Estudo de Caracterização da Atividade” (Proactivetur, 2014), as rotas pedestres têm contribuído de forma relevante para o crescimento deste produto turístico que registou nos últimos anos um aumento da procura⁴⁶. Ainda de acordo com este Relatório, as unidades de alojamento que oferecem atividades de Turismo de Natureza no Algarve têm registado um aumento da procura por este tipo de atividade cifrado em 50 por cento nos últimos cinco anos.



⁴³ O Memorando apresentado em Maio de 2013 pela RTA ao Turismo de Portugal tem como ambição promover o crescimento sustentado do turismo no Algarve, agregando um conjunto de propostas assente em cinco pilares: acessibilidades aéreas, promoção turística, competitividade fiscal, produtos turísticos e modernização e eficácia do destino.

⁴⁴ Região de Turismo do Algarve. 2012. *Guia de Turismo de Natureza do Algarve* (publicado com o apoio do PO Algarve 21).

⁴⁵ Os *hikers* e os *bikers* realizam mais gastos do que a média do turista comum e, prioritariamente, a atenção dos praticantes destas modalidades está focada na natureza e cultura da Região (*Turismo de Natureza no Algarve - Estudo de Caracterização da Atividade*).

⁴⁶ Também existe um roteiro de rotas pedestres no Baixo Guadiana, dinamizado pela Odiana. A Região de Turismo do Algarve publicou em 2012 um guia de percursos pedestres (edição bilingue), com mais de 30 percursos identificados. Este Guia foi publicado com o apoio do PO Algarve 21.

Via Algarviana, a grande rota pedestre do interior do Algarve

O Turismo de Natureza pode constituir uma base para a dinamização do turismo nos Territórios da Baixa Densidade e tem nas Áreas Classificadas um importante suporte

para o seu desenvolvimento, conforme sucede na Via Algarviana.



Figura 8. Inserção do percurso da Via Algarviana nas Áreas Classificadas do Algarve

Fonte: Proactivetur, 2014.

A Via Algarviana consiste num percurso pedestre com 300 km, que atravessa o interior do Algarve entre Alcoutim e o Cabo de São Vicente (Vila do Bispo) e visa fomentar a prática do pedestrianismo na Região, como componente do ecoturismo, contribuindo para diversificar a oferta turística.

Segundo o estudo “Turismo de Natureza no Algarve - Estudo de Caracterização da Atividade” (Proactivetur, 2014), a Via Algarviana despertou o interesse de vários operadores turísticos que passaram a comercializar programas turísticos em torno da rota. Os alojamentos e restaurantes existentes ao longo do percurso viram aumentar as suas receitas, devido a uma maior afluência de visitantes (caminhantes e cicloturistas), com um impacto, sobretudo, na “época baixa”.

O estudo citado também concluiu que a Via Algarviana está a contribuir para a promoção internacional do Algarve enquanto destino turístico no segmento de natureza, facto que é evidenciado pela existência de operadores turísticos internacionais (de origem alemã, holandesa, francesa e inglesa), a comercializar programas na Via Algarviana, utilizando os alojamentos e outros serviços locais.

Ao longo desta rota pedestre, ainda de acordo com o estudo citado, contam-se mais de duas dezenas de unidades de alojamento (TER, pequenos hotéis e espaços de alojamento local), 10 restaurantes e vários serviços de táxi que prestam serviços diretos aos frequentadores da Via Algarviana.

O Projeto da Via Algarviana surgiu em 2006, por iniciativa da Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve - no âmbito de uma candidatura ao PROAlgarve (2000-2006), tendo sido concluída em 2009. A 2.ª fase de desenvolvimento da Via Algarviana teve início em 2010 e foi objeto de enquadramento no PROVERE “Algarve Sustentável”, enquanto projeto-âncora para o estabelecimento de uma rede articulada de iniciativas capazes de gerar produtos e serviços diferenciados e vários atrativos turísticos no interior do Algarve.

No domínio da promoção do Turismo de Natureza no Algarve, importa ainda sinalizar o Projeto “*Um Outro Algarve*”. Da responsabilidade de três Associações de Desenvolvimento Local⁴⁷, o objetivo primordial reside na promoção a nível regional, nacional e internacional da oferta deste produto turístico (e dos territórios onde se insere), procurando viabilizar iniciativas já existentes: Via Algarviana e demais percursos pedestres complementares;

Rota da Cortiça; observação de aves; surf, na Costa Vicentina. Este Projeto também prevê a criação de atividades e serviços relacionados com o Turismo de Natureza que ainda não existam, em resposta das necessidades deste segmento do mercado turístico.

O Projeto “*Um Outro Algarve*” tem como objetivo estratégico tornar o Turismo de Natureza num fator de integração e desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve e assegurar a “*promoção dos pequenos prestadores turísticos e produtores artesanais*” numa lógica de trabalho em rede estruturada em duas fases: (1) cooperação para a criação do produto; (2) cooperação para a promoção do Turismo de Natureza e dos produtos locais junto dos agentes económicos.

Entre várias iniciativas a desenvolver está prevista a criação de rotas temáticas: a Rota das Paisagens, a Rota das Aventuras, a Rota dos Aromas & Sabores e a Rota das Memórias, pretendendo também criar-se outros circuitos

das exigências da procura. Estas rotas temáticas procuram fazer a integração com as múltiplas vertentes do património ambiental e histórico-cultural dos Territórios de Baixa Densidade – paisagem, produtos locais, etnografia, gastronomia e alojamento.

Tendo presente o objetivo central do Projeto “*Um Outro Algarve*” de contribuir para tornar o setor do Turismo de Natureza mais estruturado e com uma oferta mais qualificada, foi criada a marca “*Puro Algarve*”, que pretende afirmar-se como a “*marca regional de referência para o Turismo de Natureza*”. A marca que constitui um “*conceito-chave*” para afirmação da Região no exterior, foi apresentada na Bolsa de Turismo de Lisboa 2013. Esta marca visa certificar a qualidade e sustentabilidade ambiental dos múltiplos produtos e serviços perante os compromissos da Carta de Qualidade.

O turismo ornitológico é uma das valências desenvolvidas no âmbito do Projeto “*Um Outro Algarve*”⁴⁸ e que também está inscrita na estratégia de desenvolvimento do produto “*Turismo de Natureza*” em curso na Região de Turismo⁴⁹. Trata-se de uma atividade em grande ascensão e impulsivadora de uma série de produtos e serviços relacionados, desde os serviços especializados dos operadores turísticos (em 2009 estavam registadas 28 empresas/operadoras com tours de birdwatching no Algarve⁵⁰) ao alojamento em TER e que pode tirar partido das boas condições naturais (e infraestruturais – Áreas Protegidas e percursos pedestres) existentes para o seu desenvolvimento.

⁴⁷ O projeto de cooperação interterritorial “Um Outro Algarve” está a ser desenvolvido com base numa parceria entre as Associações de Desenvolvimento Local da Região: VICENTINA (coordenador), INLOCO e Terras do Baixo Guadiana. Trata-se de um projeto de cooperação financiado pelo PRODER – SP3 (LEADER) e que terá a sua conclusão com a realização da “Bienal de Turismo de Natureza” em Aljezur, em Outubro de 2014. (Silva, A. P. e Chaves, Luís, 2013. Cooperação LEADER - Avaliação, Monitorização e Repertório de projetos. Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local).

⁴⁸ A última edição de Festival de Observação de Aves de Sagres (Outubro 2013) foi apoiada pelo Projeto “Um Outro Algarve”, tendo registado cerca 900 participantes. Além de residentes no Algarve, e oriundos de vários pontos de país, o Festival recebeu participantes da Alemanha, Argentina, Brasil, Dinamarca, Reino Unido, Espanha, França, Holanda, Japão, Nova Zelândia, Suécia e Estados Unidos da América, que aproveitaram a sua estada no Algarve para se deslocar a Sagres ou, noutros casos, vieram propositadamente para participar no evento.

⁴⁹ A observação de aves tem como época alta a Primavera e o Outono, o que pode contribuir para atenuar a sazonalidade do Algarve e, simultaneamente, promover este destino turístico junto de outros públicos.

⁵⁰ De acordo com o estudo “Birdwatching no Algarve – Propostas de Estruturação e Promoção” (ATA, 2009), existiam 12 empresas nacionais a operar na Região algarvia, que ajustam os programas aos desejos dos clientes, enquanto que as empresas estrangeiras (16), na sua maioria sedeadas no Reino Unido, comercializam packs com tudo incluído, com uma duração média de 7/8 dias para grupos pequenos (até 16 pax). Estas empresas normalmente trazem o guia do seu país, mas também podem recorrer a guias locais.

Birdwatching Algarve

Em Novembro de 2009 foi apresentado o estudo “Birdwatching no Algarve”, promovido pela Região de Turismo do Algarve e desenvolvido pela Associação Almargem, em conjunto com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA). Este estudo constituiu o marco fundador no processo de desenvolvimento estruturado deste nicho turístico especializado na Região algarvia e teve como objetivos identificar os locais mais relevantes para a prática da observação de aves, as intervenções necessárias para que cada local reúna condições para a realização da atividade e articular as várias iniciativas regionais numa única estratégia de promoção. Em Fevereiro de 2013, foi dado mais um passo importante, com a apresentação pelo Turismo do Algarve dos novos painéis informativos de *birdwatching* que irão ser implantados no terreno pelas autarquias locais e entidades que gerem as áreas protegidas, no âmbito de um projeto financiado com verbas do PO Algarve 21.

O Turismo ornitológico é um segmento do Turismo de Natureza que também pode constituir um produto turístico interessante no contexto dos Territórios da Baixa Densidade. O “Guia de Observação de Aves no Algarve”,

editado em 2012 pelo Turismo do Algarve, estabelece quatro roteiros com incidência nestes Territórios: (1) Baixo Guadiana; (2) Serra do Caldeirão; (3) Serra de Monchique; (4) Península de Sagres, que constitui o local mais emblemático em Portugal para observar a migração outonal de aves planadoras, passeriformes e aves marinhas na viagem entre os territórios de nidificação europeus e as áreas de invernada na África subsariana.

As Áreas Classificadas na Rede Natura constituem uma importante base de enquadramento – com exceção do roteiro do Baixo Guadiana, os demais roteiros inserem-se em Áreas Classificadas como Zonas de Proteção Especial ao abrigo da Diretiva Aves. Não obstante, o Baixo Guadiana é uma das zonas mais percorrida por tours ornitológicos, tendo sido objeto de um “Roteiro de Ornitologia, Natureza e Paisagens do Baixo Guadiana”, da responsabilidade da ODIANA, que estabelece 50 pontos de observação de aves identificando, em simultâneo, locais e sítios a visitar nos quatro concelhos que compõem o território do Baixo Guadiana (VRSA, Castro Marim, Alcoutim e Mértola), numa perspetiva de valorização integrada do território.

No Algarve ocorrem mais de 300 espécies de avifauna ao longo do ano, algumas das quais são raridades no território europeu. A Região beneficia de uma grande diversidade paisagística, da existência de ONG especializadas em ornitologia (algumas com parcerias nacionais (p.ex SPEA) e internacionais) encontrando-se classificadas 10 IBA – *Important Bird Area*, áreas de elevada importância ornitológica na Europa, algumas das quais são localizadas nos Territórios de Baixa Densidade: Costa Vicentina, Serras de Monchique e do Caldeirão e Sapal de Castro Marim. Por exemplo, os densos sobreirais da Serra do Caldeirão, constituem um ecossistema único da Região Mediterrânica, onde ocorrem diversas espécies de aves, algumas raras e com distribuição muito restrita no espaço europeu, como é o caso da Águia-perdigueira (*Hieraetus fuscatus*).

Não obstante o reconhecido potencial da Região para o Turismo ornitológico, o Algarve ainda está a dar os primeiros passos na estruturação da oferta deste produto, sendo necessário investir na melhoria das condições de visita (nomeadamente ao nível da sinalização e das infraestruturas de apoio para a observação das aves⁵¹), na formação dos recursos humanos no atendimento dos postos de turismo e nas unidades de alojamento e, mais especificamente, dos guias turísticos.

A reduzida oferta especializada de empresas de turismo ornitológico sedeadas no Algarve, de alojamentos que ofereçam serviços adequados para os observadores de aves (p.ex., compatibilização dos horários dos pequenos almoços e transporte) e a falta de gestão específica nas áreas mais importantes a observação de aves, nomeadamente ao nível do ordenamento, estacionamento, recolha de lixo e na gestão dos *habitats*/perturbação humana, constituem outros constrangimentos que importa mitigar na perspetiva da estruturação da sustentabilidade das condições de suporte.

O fomento da cooperação entre os vários atores que contribuem para o desenvolvimento do turismo ornitológico (operadores turísticos, autarquias, ONGA, unidades de alojamento e Turismo do Algarve), a análise e monitorização do mercado e o desenvolvimento de uma estratégia única de promoção e divulgação do produto em termos regionais, nacionais e internacionais, constituem outros aspetos a desenvolver para a diferenciação deste produto no contexto nacional e, sobretudo, internacional. A proximidade ao Baixo Alentejo (nomeadamente, as estepes cerealíferas de Castro Verde e os Parques Naturais do Vale do Guadiana e do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina) e ao Sul de Espanha são vantagens adicionais que facilitam a criação de circuitos ornitológicos que permitem afirmar o Algarve como um destino de Turismo de Natureza e fomentar o interesse turístico na Região.

⁵¹ “Novas perspetivas para o Algarve: Turismo de nichos”, promovido pelo Turismo do Algarve em Maio de 2011.

Nas últimas duas décadas foram criados diversos instrumentos de política, com financiamento comunitário, destinados aos Territórios de Baixa Densidade, que procuraram promover o desenvolvimento destes e concretizar os potenciais competitivos aí presentes.

Nesse percurso, iniciado com o PIDR do Nordeste Algarvio⁵² (1986-1990), destacam-se o Programa Operacional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR – QCAII 1994/99), as Ações Integradas de Base Territorial (AIBT – QCAIII 2000/06) e, mais recentemente, o PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos, que vigorou no ciclo de políticas comunitárias que terminou em 2013.

Nos pontos seguintes procede-se a uma apreciação sucinta dos impactos destes instrumentos nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve, a partir da informação empírica recolhida no trabalho de campo e na pesquisa bibliográfica efetuada para o efeito. Neste Ponto é, ainda, incluída uma referência ao “Projeto Querença”, dinamizado a partir da Universidade do Algarve, que constitui uma proposta inovadora para estimular a fixação de jovens qualificados nos Territórios de Baixa Densidade.

1.2.1. Programa de Recuperação dos Centros Rurais (“Viver melhor no Algarve Rural”)

O **Programa de Recuperação dos Centros Rurais**, inscrito no Subprograma 1 “Iniciativas de Desenvolvimento Local” do primeiro período de programação dos Fundos Estruturais (1990-1994), foi citado pelas Associações de Desenvolvimento Local (ADL) entrevistadas durante a recolha de informação empírica⁵³ como um instrumento de política regional bem sucedido na intervenção nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve.

O PPDR apresentou-se como um programa singular no contexto do QCA II 1994/99 (Eixo 4 - Fortalecer a Base Económica Regional), com características inovadoras que resultavam do seu objetivo primordial: *Valorizar as potencialidades locais de desenvolvimento, através do envolvimento da sociedade civil organizada e do reforço de mecanismos e formas de cooperação entre a Administração Central, as Autarquias Locais e as Organizações Locais de Desenvolvimento.*

Outro aspeto singular deste Programa residiu no estabelecimento de complementaridades entre Intervenções

Operacionais, nomeadamente, nos PO Regionais (fundos comunitários FEDER e FEOGA), no PIC INTERREG II e no LEADER II, numa lógica de intervenção integrada plurifundos.

O Programa de Recuperação dos Centros Rurais no Algarve (“Viver melhor no Algarve Rural”) decorreu entre 1997 e 2001 e teve como objetivo criar condições de atração e fixação das populações no interior do Algarve, através da melhoria das condições de vida locais e da dinamização da atividade agrícola, potenciando o surgimento de novas atividades complementares no meio rural. Com um envelope financeiro de cerca de 7,5 milhões de euros no Algarve, as intervenções incidiram num conjunto de cinco núcleos rurais selecionados pela então Comissão de Coordenação Regional do Algarve (CCR Algarve) – Salir, Terras de Santa Maria, Noroeste Vicentina, Nordeste do Guadiana e Nordeste Interior. As ADL foram mobilizadas para cada um dos territórios intervencionados, onde assumiram um papel decisivo na dinamização do Programa dos Centros Rurais.

⁵² No âmbito do Plano Integrado de Desenvolvimento Regional do Nordeste Algarvio foi apoiada a construção de vários aproveitamentos hidroagrícolas de pequena dimensão (barragens e respetivas redes de

rega) nas freguesias de Cachopo, Castro Marim, Vaqueiros e Odeleite que cobrem 133 hectares de regadio.

⁵³ Associações IN-LOCO, VICENTINA e ODIANA.

Centro Rural	ADL	Concelho	Investimento Executado (mil euros)
Salir	IN-LOCO	Loulé – Salir	1.189
Terras de Santa Maria		Silves – São Marcos da Serra Monchique – Alferce	1.522
Nordeste Interior		Alcoutim – Martinlongo e Vaqueiros Tavira – Cachopo	1.678
Noroeste Vicentina	VICENTINA	Lagos – Bensafrim e Barão de S. João Aljezur – Bordeira	1.316
Nordeste do Guadiana	ALCANCE	Alcoutim – Alcoutim, Giões e Pereiro C. Marim – Azinhal e Odeleite	1.462

Tabela 8. Quadro resumo do Programa de Recuperação dos Centros Rurais do Algarve

Fonte: CCR Algarve (2001), Programa de Recuperação dos Centros Rurais do Algarve.

As ADL estavam mandatadas pela CCR Algarve para a elaboração dos Planos Globais de Intervenção dos Centros Rurais (PGI), os quais caracterizavam as áreas de intervenção, elencavam as necessidades e potencialidades específicas de cada Centro Rural e identificavam os projetos que deveriam ser preferencialmente apoiados, no âmbito das duas componentes de intervenção do Programa⁵⁴: (1) imperativa e (2) indicativa (projetos complementares).

Ao abrigo deste Programa foi realizado um conjunto significativo de operações nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve, nomeadamente, nas infraestruturas coletivas, tais como a melhoria das acessibilidades e abastecimento de água nos núcleos urbanos dos territórios rurais, eletrificação rural [p.ex. nas freguesias de Alferce (Monchique) e S. Marcos da Serra (Silves)] ou a construção de novos mercados diários [p.ex. Bensafrim

(Lagos)]. A valorização do turismo foi outra das valências desenvolvidas, sendo disso exemplos a refuncionalização operada em três escolas primárias encerradas na Serra Algarvia (Centros de Descoberta do Mundo Rural) e o estabelecimento de um conjunto de pequenos núcleos museológicos nas aldeias (Azinhal, Giões, Pereiro e Vaqueiros), criando uma rede de novas atrações turísticas de valorização do património cultural do Nordeste algarvio.

As operações realizadas visaram melhorar as condições de vida das populações em pequenos núcleos rurais, tendo sido apoiada, em complementaridade, a melhoria das condições de habitabilidade e funcionalidade das explorações agrícolas e a instalação de atividades complementares à agricultura, baseadas na transformação de produtos tradicionais, numa perspetiva do fomento da diversificação da atividade agrícola.

⁵⁴ A “Componente imperativa” compreendeu as intervenções nas infraestruturas públicas e equipamentos coletivos; a recuperação do património edificado; o ordenamento, gestão e exploração sustentável dos recursos endógenos; a melhoria do bem-estar dos agricultores

e a dinamização socioeconómica e promoção. Na “Componente indicativa” inscreviam-se os apoios para pequenos projetos agrícolas em explorações localizadas na área de intervenção dos Centros Rurais (SIPIA).

A importância da melhoria das condições de bem-estar dos agricultores

O Subprograma de apoio à Melhoria do bem-estar dos agricultores, embora tendo mobilizado uma verba relativamente diminuta do investimento executado – 222.546 euros (3% do investimento total), permitiu a realização de pequenas obras nas habitações dos agricultores ou de instalações relacionadas com a atividade agrícola, contribuindo para a melhoria das condições de vida e para a manutenção das famílias agrícolas no espaço rural. Esta linha de incentivos teve maior expressão no Centro Rural Noroeste Vicentina, que absorveu 86% do montante executado.

Estes apoios foram bastante relevados nas entrevistas realizadas (Administração Regional – CCDR Algarve, DRAP Algarve e ADL), na perspetiva do contributo positivo da melhoria do bem-estar para a fixação de pessoas nos Territórios de Baixa Densidade, sendo o Subprograma apontado como um instrumento de apoio à melhoria das condições de suporte das populações dos territórios rurais que deveria ser recuperado para enquadramento na programação do futuro PO Regional.

No cômputo global, o Programa registou uma elevada taxa de eficiência interna, cifrada na execução de 95% da dotação aprovada que resultou em larga medida do modelo de governação e de financiamento adotado, recurso a uma lógica de intervenção “bottom-up”, a intervenções estruturadas pelos agentes do território e a um financiamento de base plurifundos previamente acordado. O modelo adotado para o financiamento do Programa foi identificado pelas ADL entrevistadas como um dos fatores que mais contribuiu para o sucesso obtido.

O modelo de governação assentou numa gestão descentralizada das medidas de incidência regional, foi concretizado através da criação das Unidades de Gestão Regional e de Estruturas de Apoio Técnico a nível regional, cuja arquitetura de funcionamento constituiu um outro aspeto positivo sublinhado na apreciação deste Programa, quer pela CCDR Algarve, quer pelas ADL com intervenção direta na gestão dos Centros Rurais.

A Administração Local foi a principal beneficiária do Programa de Recuperação dos Centros Rurais, tendo mobilizado 71% do investimento total para a intervenção em infraestruturas públicas e equipamentos coletivos. Este aspeto mereceu uma reflexão bastante crítica no Estudo de “Avaliação do impacto dos investimentos públicos, na Região do Algarve, nas Áreas de Baixa

Densidade, de 1994 a 1999”⁵⁵ (CCR Algarve, 2003), que apontou a excessiva municipalização dos programas como um erro estratégico grave, “como se o desenvolvimento da economia regional decorresse linearmente do somatório das iniciativas municipais”. Ou seja, o acesso facilitado ao investimento público promoveu o investimento “sem se cuidar, com rigor, das condições ou requisitos de sustentabilidade dos projetos aprovados e executados, tendo em vista o seu financiamento futuro e a base económica em se integram e desenvolvem”.

Ainda segundo aquele Estudo, os Centros Rurais desenvolveram trabalho meritório mas, devido à exiguidade da sua base territorial de aplicação, não reproduziram, de forma multiplicada, os recursos de financiamento que utilizaram. Pelo contrário, em alguns casos, criaram custos de operação e manutenção que se revelaram pesados para as Autarquias - o encerramento a que se encontram votados os núcleos museológicos no Centro Rural do Nordeste Algarvio são disso um bom exemplo.

⁵⁵ Covas, António (coord.). 2003. Região do Algarve : *Avaliação do impacto dos investimentos públicos nas Áreas de Baixa Densidade, de 1994*

a 1999. Comissão de Coordenação da Região do Algarve. 93 p.

1.2.2. Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade (PROAlgarve, 2000-2006)

O Programa Operacional Regional do Algarve no QCAIII – PROAlgarve 2000-2006, inscreveu no Eixo 2 - Ações Integradas de Base Territorial⁵⁶, uma Medida destinada à intervenção nos Territórios de Baixa Densidade. **A Medida 2.1 – Ação Integrada de Revitalização das Áreas de Baixa Densidade** assumiu uma importante dimensão territorial, tendo como objetivo proceder ao apoio a intervenções complementares ao investimento municipal e setorial consagrado no PROAlgarve, com o propósito de assegurar a convergência e coerência a múltiplas iniciativas com incidência nesses Territórios.

Esta Medida foi materializada num **Plano Global de Intervenção**⁵⁷, cuja arquitetura operativa assentava em três Programas⁵⁸: PROLOCAL (Intervenção Integrada para o Desenvolvimento e Diversificação Económica no Interior do Algarve), PRESTÍGIO (Projetos Estruturantes de Valorização do Interior do Algarve) e SOFIA (Redes de Inovação e Conhecimento). No total, a Medida recebeu um envelope financeiro de 36.834 mil euros de fundos comunitários (FEDER, FSE e FEOGA-O), que visava alavancar 59.333 mil euros de investimento total.

Programas	Medidas
Programa PROLOCAL Intervenção Integrada para o Desenvolvimento e Diversificação Económica no Interior do Algarve (20.479 Mil euros Fundos Estruturais)	Medida 1 - Aldeias do Algarve Medida 2 - Redes Temáticas Medida 3 - Renovação Urbana Medida 4 - Valorização do Potencial Endógeno / Projetos-piloto
Programa PRESTÍGIO Projetos Estruturantes de Valorização do Interior do Algarve (10.150 Mil euros Fundos Estruturais)	Medida 5 - Promoção do Mundo Rural Medida 6 - Apoio à Comercialização de Produtos Locais Medida 7 - Centro Oceanográfico de Sagres Medida 8 - Bioparque da Serra de Monchique Medida 9 - Animação do Algarve Rural
Programa SOFIA Redes de Inovação e Conhecimento (6.205 Mil euros Fundos Estruturais)	Medida 10 - Centros de Conhecimento Medida 11 - Planos de Formação

Arquitetura do Plano Global de Intervenção

⁵⁶ As Ações Integradas de Base Territorial foram concebidas com o objetivo de superar dificuldades de desenvolvimento especialmente acentuadas e de aproveitar oportunidades insuficientemente exploradas, as quais constituem especificidades próprias de cada território de intervenção (IESE, 2008).

⁵⁷ Freitas, M.(coord.). 2002. Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve – Volume 1. CCR Algarve.

⁵⁸ Os Programas PROLOCAL e PRESTÍGIO foram financiados pelo FEDER e pelo FEOGA-Orientação e o Programa SOFIA obteve financiamento do FEDER e do Fundo Social Europeu.

Desenvolvida sob a égide da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, foi preparada uma “**Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade da Região do Algarve**” que envolveu a Direção Regional de Agricultura do Algarve, a Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território, a Direção Regional de Economia, a Coordenação da Medida Emprego e Desenvolvimento Social do PROAlgarve, a Associação de Municípios do Algarve e Associações de Desenvolvimento Local – Alcance, In Loco, Odiana e Vicentina e a Agência Regional de Desenvolvimento Globalgarve, SA.

A Estratégia proposta para o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve no QCA III elencava os seguintes objetivos gerais:

- Dinamizar a estrutura socioeconómica, atraindo investimentos e gerando riqueza e valor acrescentado em atividades tradicionais e em atividades que ampliem, diversifiquem e modernizem a base económica;
- Atenuar a tendência de desertificação e de abandono das zonas de baixa densidade e contrariar a tendência de envelhecimento da população;
- Promover a utilização sustentável dos recursos naturais e o equilíbrio do mundo rural, como garantia de conservação da paisagem e da natureza;
- Executar infraestruturas de apoio ao desenvolvimento, completando acessibilidades e promovendo a implantação de áreas de localização e apoio à atividade produtiva;
- Estruturar e desenvolver o sistema urbano, reforçando a atratividade dos núcleos urbanos de pequena dimensão;
- Qualificar os recursos humanos, nas atividades tradicionais e nos serviços de proximidade e promover a formação de ativos e de agentes de desenvolvimento.

Da informação empírica recolhida e Avaliação desenvolvida pela CCDR Algarve⁵⁹ (Sousa, 2010), concluiu-se que a implementação deste instrumento de política regional contribuiu, sobretudo, para a melhoria da qualidade de vida da população residente e das condições de visita das 11 aldeias intervencionadas⁶⁰ e para o reforço da integração social das populações dessas aldeias.

Os investimentos realizados também contribuíram para a dinamização dos serviços de proximidade e das tecnologias de informação, ainda que de forma mitigada, e para o aumento da competitividade do complexo de atividades em torno do turismo e do lazer, se bem que esta última valência tenha perdido expressão com a descontinuidade dos projetos e ações de animação territorial que decorreram na vigência do PROAlgarve (projetos IPMRA – Iniciativas de Promoção do Mundo Rural Algarvio), sobretudo, porque a “Rede de Aldeias do Algarve”⁶¹ não chegou a ser criada.

Tendo presente o objetivo estratégico da integração dos territórios rurais no complexo turismo/lazer, era prevista a criação de uma imagem (“marca”⁶²) e de um programa de animação para a “Rede de Aldeias do Algarve”, o que viria a ser concretizado com os projetos **IPMRA – Iniciativas de Promoção do Mundo Rural Algarvio**, os quais visaram estabelecer um programa de intervenções muito centradas na promoção turística do interior algarvio, articulando iniciativas numa ótica do reforço do contributo para o desenvolvimento do turismo em espaço rural.

⁵⁹ Sousa, V.D. (coord.). 2010. Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve – Relatório Final. CCDR Algarve. 226 p.

⁶⁰ A CCDR Algarve selecionou para intervenção os núcleos rurais de Budens, Cacela Velha, Cachopo, Caldas de Monchique, Carrapateira, Estói, Odeleite, Paderne, Querença, S. Marcos da Serra e Vaqueiros.

⁶¹ A “Rede de Aldeias do Algarve”, prevista na Estratégia Regional, visava promover a realização de projetos de animação territorial e sociocultural

coordenados nas 11 aldeias envolvidas no Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve.

⁶² A marca “Algarve Rural” – um selo de qualidade para empresas e produtos das áreas de baixa densidade, foi criada. No entanto, esta marca revelou-se difícil de “vender” aos operadores turísticos, segundo apurou o Estudo de Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve, CCDR/IESE.

Projeto IPMRA – Iniciativas de Promoção do Mundo Rural Algarvio

O Projeto visou contribuir para o desenvolvimento sustentável do Algarve rural, através da promoção turística e da valorização e proteção dos recursos ambientais, culturais e sociais locais. O primeiro projeto de **Iniciativas de Promoção do Mundo Rural Algarvio** teve como promotores três ADL – Alcance, Vicentina e Associação IN-LOCO, a Agência de Desenvolvimento Regional Globalgarve, SA e a parceria da Região de Turismo do Algarve.

No âmbito deste projeto de animação territorial do interior algarvio foi preparado um Plano de Marketing do Mundo rural algarvio, foi criado um selo de recomendação para a restauração e foram editados roteiros e percursos temáticos de descoberta e foi realizada uma campanha de educação e sensibilização ambiental, histórica e etnográfica, para além da participação em eventos nacionais e internacionais visando a promoção do mundo rural (cinco feiras regionais e três nacionais).

Este Projeto constituiu um marco na colaboração intrarregional das ADL do Algarve, que viria a ter sequência no ProDeR “Ação 3.4 Cooperação LEADER para o Desenvolvimento” através do projeto “Um Outro Algarve”, que envolve as ADL Vicentina, Associação IN-LOCO e Associa-

ção Terras dos Baixo Guadiana, que lideram os três GAL do Algarve.

O Projeto IPMRA II teve como promotor a Agência de Desenvolvimento Regional Globalgarve, SA e a RTA, a AMAL e a CCDR Algarve como parceiros. Em Novembro de 2008, foi lançado o novo sítio de internet Algarve Rural (www.algarverural.globalgarve.pt), que tem como objetivo promover a restauração e alojamento do mundo rural algarvio. Através deste novo *site*, são identificados os restaurantes classificados com o selo de recomendação, é possível consultar a ementa e reservar mesa. De igual modo, o site permite efetuar a reserva de alojamento em espaço rural.

No decurso deste projeto também foi publicado o livro “Dieta Mediterrânica Algarvia”, o Guia Metodológico de Boas Práticas em Alojamentos Rurais e o Manual de Boas Práticas em Segurança Alimentar.

O Projeto IPMRA foi selecionado para apresentação como um estudo de caso inserido na brochura da Comissão Europeia destinada a destacar o apoio financeiro às PME em iniciativas nos setores do comércio e do turismo.

De acordo com o Estudo de Avaliação promovido pela CCDR Algarve, a implementação da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade produziu um conjunto de impactos positivos nas comunidades intervencionadas. A valorização e revitalização do património edificado e dos espaços urbanos no seu conjunto (quer da envolvente, quer na melhoria dos serviços básicos às populações⁶³), proporcionou um aumento da atratividade e contribuiu, ainda, para o aumento da autoestima e valorização da identidade das populações locais. A renovação urbana e o núcleo museológico de Odeleite, a nova rotunda de Cachopo, a Escola de Santa Rita em Cacela, a requalificação dos largos em Estói, o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural de Bensafrim, a requalificação das Caldas de Monchique e do Largo da Igreja Matriz em Querença, o Centro de Artes e Ofícios de São Brás de Alportel ou a construção do Museu da Terra e do Mar e de um Polidesportivo na Carrapateira, são exemplos de intervenções apoiadas pelo PROAlgarve que contribuíram para valorizar os Territórios de Baixa Densidade do Algarve.

Das ações de renovação urbana/salvaguarda do património e de animação sociocultural das aldeias resultaram efeitos positivos na dinamização das economias locais, com a criação de emprego nas aldeias, apesar de não ser suficiente para suprir as necessidades de ocupação da população local.

A animação socioeconómica e cultural das aldeias foi considerada como uma das principais mais-valias do “Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve”, dada a divulgação/valorização do património natural, histórico e cultural, a recriação dos valores tradicionais⁶⁴ (p.ex., artesanato e gastronomia tradicionais) e o reforço dos laços nas comunidades e, sobretudo, pela captação de novos visitantes das aldeias, na perspetiva da diversificação da base da atividade económica, através da dinamização das atividades de turismo e lazer.

⁶³ As intervenções de revitalização do espaço urbano compreenderam a reformulação da iluminação pública, da rede de baixa tensão e de saneamento básico e obras de pavimentação nos núcleos urbanos.

⁶⁴ Os Centros de Artes e Ofícios detêm um papel central na manutenção e desenvolvimento das tradições culturais em meio rural, na recuperação de arte.

A abordagem inscrita na “Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade”, desenvolvida a partir de uma plataforma de “abordagem integrada de base territorial” no PROAlgarve 2000-2006, constituiu uma focalização objetiva na qualificação de recursos endógenos estruturantes (sobretudo, patrimoniais), recursos humanos, tecido económico e empresarial e contribuiu para proporcionar a participação social das comunidades locais nos projetos de animação sociocultural. A adoção de um Plano Estratégico de Intervenção permitiu obter uma maior clareza, focagem e seletividade nas intervenções apoiadas.

Conforme sublinhou o Estudo de Avaliação de Impactos das Intervenções do QCA III com incidência específica em Territórios de Baixa Densidade realizado pelo IESE para a CCDR Algarve (2008), as AIBT constituíram um novo formato de atuação das políticas públicas nas regiões e inscreveram-se numa lógica sinérgica que apelava complementaridade entre projetos de investimento, desejavelmente apoiados em parcerias entre os agentes públicos e privados.

Estas parcerias deveriam funcionar como instrumentos de suporte à viabilização e sustentabilidade das iniciativas. As ADL e os Municípios foram parceiros importantes para a realização deste Programa nos Territórios de Baixa Densidade, que registou uma taxa de execução elevada, cifrada em 79,3% (47 milhões de euros). Apesar do aumento da atratividade das aldeias intervencionadas, registou-se dificuldade na captação de projetos e candidaturas de promotores privados, o que constituiu um dos principais obstáculos à concretização do objetivo da dinamização económica dos Territórios de Baixa Densidade⁶⁵.

A terminar esta análise aos impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade, importa ainda assinalar a criação da Rede Temática dos **Centros de Apoio ao Desenvolvimento**⁶⁶, que constituiu um dos legados mais importantes para o apoio ao desenvolvimento local. Os CAD constituíram-se como um centro de recursos técnico e de conhecimento, reuniram um conjunto multifacetado de valências e continuam a desempenhar um papel-chave nas estratégias de intervenção desenvolvidas pelas ADL nos Territórios de Baixa Densidade, nomeadamente, em termos da divulgação e de aconselhamento técnico dos programas ligados à agricultura e ao desenvolvimento rural, na consultadoria aos agricultores e agentes económicos (preparação e acompanhamento de candidaturas),

na formação profissional e na promoção turística e divulgação destes territórios.

As intervenções apoiadas contribuíram para valorizar e promover os Territórios de Baixa Densidade do Algarve e respetivos recursos, permitiram a renovação urbana e o investimento em Equipamentos coletivos (e de lazer) melhorando a qualidade de vida das populações, recuperar património material e imaterial das 11 aldeias selecionadas e promover a dinamização socioeconómica e cultural das aldeias, ainda que forma mitigada, na ótica do desenvolvimento do turismo no interior algarvio. Os grandes projetos-estruturantes inscritos na Estratégia para a Revitalização dos Territórios de Baixa Densidade, materializados no Centro Oceanográfico de Sagres e no Bioparque de Monchique, não chegaram a ser concretizados.

Em suma, apesar dos impactos positivos induzidos pelo Programa, as fragilidades estruturais que afetam e condicionam o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade permaneceram, ou seja, os problemas de falta de emprego, de dificuldade de acesso à habitação, de mobilidade e de falta de equipamentos coletivos/serviços de suporte (nomeadamente, Saúde e Educação) que condicionaram o cumprimento do objetivo estratégico de contribuir para atenuar a tendência de esvaziamento demográfico e de abandono empresarial que caracterizam esse território.

As Autarquias realizaram um elevado esforço financeiro, criando as condições necessárias ao desenvolvimento local, mas as iniciativas de aproveitamento económico empresarial, necessárias para “rentabilizar” de forma efetiva as condições criadas, não surgiram com a dinâmica necessária, restringindo-se a investimentos nas áreas da restauração e do alojamento. De facto, as Autarquias Locais assumiram o papel de principais agentes promotores do desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade. Todavia, conforme concluiu o “Estudo de Avaliação de Impactos das Intervenções do QCA III com incidência específica em Territórios de Baixa Densidade, na Dinamização Empresarial”, a persistência de um modelo de desenvolvimento público-dependente não se revela sustentável, nem desejável no médio/longo prazo, havendo necessidade de fazer uma refocalização da lógica de atuação da Administração Pública, enquanto agente promotor de condições para o desenvolvimento.

⁶⁵ A Estratégia previa a abertura de uma linha de apoio específica para a concessão de apoios financeiros destinados a pequenas iniciativas privadas no âmbito das áreas prioritárias da zona de baixa densidade e referentes a atividades de pequena transformação, hotelaria e restauração, cultura e lazer, património, serviços, animação e promoção. Contudo, apesar de se terem realizado os estudos prévios, esta linha de apoio não chegou a ser implementada. es artesanais e na valorização económica dos produtos locais.

⁶⁶ Foram criados 5 CAD ao abrigo do PROAlgarve, que cobrem os Territórios de Baixa Densidade do Algarve: 3 centros nucleares em São Brás de Alportel (Associação IN-LOCO), Castro Marim (ODIANA) e Bensafim/Lagos (VICENTINA), complementados por dois polos em Alcoutim (ALCANCE) e Aljezur (Câmara Municipal de Aljezur, com o apoio da VICENTINA).

1.2.3. PROVERE - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos

No período de vigência do QREN 2007-2013 foi estabelecido o Programa PROVERE, que representou uma tentativa de alteração do paradigma nas políticas de desenvolvimento regional e local, propondo diversas mudanças, nomeadamente ao nível do modelo de governação e do desenho das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC).

O PROVERE teve como objeto estimular iniciativas dos agentes económicos privados orientadas para a melhoria da competitividade territorial de Áreas de Baixa Densidade através da valorização económica dos recursos endógenos - recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais, etc. - e pressupunha a credenciação como EEC de cada um dos projetos reconhecidos e aprovados, o que permitia aos respetivos membros ter prioridade de financiamento nos vários instrumentos do QREN⁶⁷ e concretizar programas de ação, construídos em parceria e enquadrados em estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo, que contribuíssem para o reforço da base económica e para o aumento da atratividade dos territórios-alvo.

No Algarve foram aprovados 2 projetos: Algarve Sustentável – Desenvolvimento Sustentável das Áreas de Baixa Densidade do Algarve, coliderado pela Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve/Associação In Loco e Âncoras do Guadiana, sob coordenação da ODIANA - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana. Estes projetos PROVERE correspondiam a uma programação financeira num montante superior a 100 Milhões de euros, cifrada em 48.300 Mil euros e 60.500 Mil euros, respetivamente.

⁶⁷ O acesso facilitado a medidas específicas no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN (SI), de outras tipologias de apoio previstas no COMPETE, nos PO Regionais e nos PO Temáticos do Potencial Humano (POPH) e no Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR).



O PROVERE Algarve Sustentável foi estruturado segundo dois eixos principais:

“Ecoturismo” (Turismo de Natureza e Turismo Rural) e “Produtos Locais”, numa ótica de estímulo ao desenvolvimento de novos produtos turísticos no interior do Algarve, em plena articulação com as atividades rurais, florestais e culturais da Região.

Este PROVERE tinha inscrito os seguintes objetivos estratégicos:

- Contribuir para a revitalização do Algarve Interior e para a valorização dos recursos endógenos da Região, especialmente os associados ao património natural e cultural;
- Fomentar o Ecoturismo no Algarve Interior e Costa Vicentina, como um dos motores do desenvolvimento sustentado desse território, instrumento de valorização dos recursos e estímulo à criação de atividades comerciais diferenciadas;
- Contribuir para a valorização dos produtos locais, através de iniciativas de experimentação e demonstração, informação e formação dos atores locais, nomeadamente dos agentes económicos. Dinamizar a atividade empresarial e promover o empreendedorismo;

- Munir a Região de um conjunto de polos de grande atração ecoturística, onde a Via Algarviana funcione como projeto-âncora transversal, em complementaridade com outros projetos estruturantes;
- Criação de estruturas de transferência de conhecimento para as zonas de baixa densidade, no sentido de fornecer “empowerment” aos atores locais;
- Criação de uma parceria público-privada duradoura, que potencie o ecoturismo e os produtos locais, como instrumento de desenvolvimento, com forte aposta na autenticidade do território e na diferenciação turística do Algarve, e garanta a sustentabilidade do projeto.

A Via Algarviana, a Grande Rota Pedestre que atravessa o interior da Região e que constituiu o fio condutor da estratégia para o fomento do turismo sustentável, foi o único “projeto-âncora” aprovado. Esta EEC também procurou recuperar alguns projetos anteriormente inscritos no PROAlgarve e que não haviam sido concluídos, nomeadamente o projeto do Bioparque de Monchique, do qual apenas o projeto complementar do Parque Aventura de Monchique (Alternative Tours) viria a ser concretizado, com financiamento do ProDeR/SP3 (LEADER).

[Fonte: Candidatura PROVERE da Via Algarviana (2), 2009].

De acordo com o estudo de avaliação desenvolvido para o Observatório do QREN⁶⁸, na Região algarvia as expectativas iniciais foram goradas, dadas as dificuldades com que os promotores privados se depararam para a aprovação dos projetos de investimento em resultado da “desarticulação institucional” entre ministérios e também entre os organismos regionais de gestão dos Programas Regionais e Setoriais. Ou seja, apesar dos promotores terem reconhecido as mais-valias da integração dos seus projetos em Estratégias de Eficiência Coletiva, os constrangimentos e obstáculos com que se depararam na aprovação dos projetos motivaram o defraudar das expectativas - a “Via Verde” dos projetos de investimento no acesso aos fundos não funcionou - e o PROVERE foi sendo progressivamente abandonado. Em resultado disso, no final de 2012 a taxa de aprovação cifrava-se em apenas 11,4 por cento, correspondente a 12.300 mil euros de um total de 107.500 mil euros inscritos nas intenções de investimento das EEC aprovadas.

Apesar de a estratégia de envolvimento dos atores privados ter sido bem conseguida, a operacionalização do PROVERE não conseguiu responder à ambição inicial, tendo acabado por resultar apenas num espaço de enquadramento estratégico para a apresentação de projetos/intenções de investimento. De acordo com as entidades entrevistadas (ODIANA e Associação IN-LOCO), a falta de um envelope financeiro adstrito ao PROVERE constituiu um constrangimento importante para o bom desempenho deste instrumento de intervenção nos Territórios de Baixa Densidade e contribuiu para que o resultado final tenha ficado bastante aquém das expectativas iniciais.

A construção de identidades coletivas, com uma forte participação dos agentes económicos privados em torno de focos temáticos e de estratégias para o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade constituiu, apesar de tudo, um retorno importante da experiência PROVERE e que poderá dar frutos na estruturação da intervenção nos Territórios de Baixa Densidade no ciclo de políticas públicas 2014-2020.

⁶⁸ SPI (2013). Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) – Tipologia PRO

VERE/Algarve Sustentável e Âncoras do Guadiana. Relatório Workshop (5 Julho 2013, Castro Marim). 10 p.

1.2.4. Intervenções no âmbito do ProDeR (2007-2013)

(a) A incidência dos apoios comunitários ProDeR

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve preparou um conjunto de documentos estratégicos de orientação para o desenvolvimento do complexo agro-florestal regional, nomeadamente das principais fileiras do segmento agroalimentar, e dos territórios rurais, tendo presente os objetivos estratégicos definidos em sede do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR) 2007-2013.

De acordo com o documento estratégico preparado pela DRAP Algarve⁶⁹, a estratégia regional a adotar no Algarve, deveria nortear-se segundo uma visão holística dos objetivos principais: a promoção da competitividade orientada para o *agri-business* em aliança com o desenvolvimento rural sustentável, com enfoque particular na qualificação de recursos, na promoção da inovação (produção e transferência de conhecimento e tecnologia via atividades IED) e do empreendedorismo, sem descuidar a valorização da multifuncionalidade das explorações agrícolas e dos territórios da Região.

Os Territórios de Baixa Densidade do Algarve⁷⁰ concentraram dois em cada três dos 1.241 Pedidos de Apoio aprovados na Região nos Eixos 1 (Promoção da Competitividade) e 2 (Gestão Sustentável do Espaço Rural) do ProDeR, que representavam um compromisso de 49.924 mil euros FEADER (64,5 por cento do montante total comprometido de FEADER nestes eixos Algarve), de acordo com a análise dos dados extraídos do SiRURAL (ProDeR, final de 2013). Do total de 841 PA aprovados com incidência nos TBD, no Eixo 1 foram aprovados 727 (PA 62,5 por cento dos PA aprovados no Algarve; 61,3 por cento da verba FEADER aprovada no Eixo 1) e no Eixo 2 contabilizou-se a aprovação de 114 PA (90,5 por cento dos PA aprovados na Região; 92,7 por cento do montante FEADER aprovado neste Eixo). No âmbito do Eixo 4 foram aprovados 6 PA com um montante de 1.665 mil euros de investimento proposto, sendo de destacar os projetos nas áreas da formação especializada e dos serviços de apoio às empresas.



⁶⁹ DRAP Algarve, 2007. Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 – Estratégia da Região Algarve (Documento de trabalho). Faro. 86 p. (<http://www.drapalg.min-agricultura.pt/downloads/pdralgarve/PDR-DocPrinc.pdf>)

⁷⁰ A Equipa do Estudo considerou como Territórios de Baixa Densidade, as Zonas desfavorecidas identificadas no Algarve – Zonas de Montanha

e Outras Zonas Desfavorecidas (cf. Delimitação ProDeR). O território abrangido por esta tipologia tem uma cobertura superior à delimitação dos TBD no Algarve (em vigor, desde a publicação da Estratégia Regional para o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade), esta solução poderá levar uma sobrestimação dos impactos do ProDeR nos TBD do Algarve.

ProDeR – Medidas de Investimento		PA	Inv. Proposto (Mil euros)
SP1	Promoção da Competitividade	727	96.582
111	Modernização e capacitação das empresas	143	33.939
112	Investimentos de pequena dimensão	84	1.953
113	Instalação de jovens agricultores	292	32.202
12	Redimensionamento e cooperação empresarial		
131	Melhoria produtiva dos povoamentos	69	5.500
132	Gestão multifuncional	52	1.561
133	Modernização e capacitação das empresas	4	1.262
142	Informação e promoção dos produtos de qualidade		
15	Restabelecimento do potencial produtivo	60	1.460
161	Desenvolvimento do regadio		
163	Sustentabilidade dos regadios públicos	7	16.468
164	Modernização dos regadios coletivos tradicionais		
165	Projetos estruturantes	16	2.237
SP2	Gestão Sustentável do Espaço Rural	114	17.505
223	Conservação e melhoramento dos recursos genéticos	2	460
231	Minimização dos riscos	27	2.930
232	Ordenamento e recuperação dos espaços florestais ⁷¹	47	11.013
233	Valorização ambiental dos espaços florestais	17	2.498
24	Intervenções Territoriais Integradas	21	604
SP4	Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências	6	1.665
41	Cooperação para a inovação	1	14
421	Formação especializada	1	941
422	Redes temáticas de informação e divulgação	1	13
432	Serviços de apoio às empresas	3	697

Tabela 9. ProDeR: síntese dos PA aprovados nos TBD

Fonte: ProDeR (Dados reportados ao final de 2013). Elaboração IESE.

Da análise dos dados apurados, destaca-se a procura dos apoios comunitários para a instalação de jovens agricultores (292 Pedidos de Apoio), que representou 40 por cento do total dos Pedidos de Apoio aprovados no Eixo 1. Os concelhos de Loulé (25 por cento), Tavira e Silves concentravam mais de 60 por cento dos jovens agricultores instalados no Territórios de Baixa Densidade durante a vi-

gência do ProDeR. Os concelhos de Alcoutim e de Castro Marim, territórios bastante despovoados e que enfrentam um problema estrutural de perda de jovens ativos, registaram uma dinâmica também assinalável neste domínio, com a aprovação da instalação de 64 jovens agricultores, que representam 21,8 por cento dos projetos de instalação de jovens agricultores aprovados nos TBD.

⁷¹ O valor apresentado inclui os prémios por perda de rendimento e de manutenção dos projetos de florestação.

Jovens agricultores no Nordeste Algarvio

Os 64 projetos de instalação de jovens agricultores nos concelhos do Nordeste Algarvio (Alcoutim e Castro Marim) incidiram sobretudo em duas atividades: apicultura e fruticultura.

Apicultura. Atividade fortemente enraizada na cultura das “gentes serrenhas” do Nordeste Algarvio. A instalação de jovens agricultores na apicultura (29 em Alcoutim e 15 em Castro Marim) constitui um importante sinal do rejuvenescimento desta atividade nesta sub-região que produz um mel de excelente qualidade e com grande procura internacional - Mel de Rosmaninho. Os novos apicultores do Nordeste Algarvio irão permitir um aumento da produção de mel estimado em 4.000 kg, a que acresce 520 kg de pólen (7 produtores) e 40 kg de própolis (1 produtor). Treze jovens agricultores preveem desenvolver a atividade apícola em complementaridade com a fruticultura (instalação de pomares de alfarrobeira e de medronheiro).

Fruticultura. A fruticultura constitui uma atividade recente no Nordeste Algarvio, onde tem prevalecido a agricultura tradicional de sequeiro. No âmbito do ProDeR foram instalados por jovens agricultores 87,07 ha de novos pomares, sobretudo de alfarrobeira (10 jovens agricultores, 37,38 ha) e de medronheiro (22 jovens agricultores, 35,62 ha). Salienta-se o fato de 16,25 ha dos novos pomares de alfarrobeira serem instalados de forma mono-varietal e em regadio, o que constitui um fator de inovação face ao modo de produção tradicional desta cultura; segundo as orientações técnicas da DRAP Algarve, esta solução pode produzir 9-10 ton/ha, ou seja, corresponde à triplicação da produção normal da alfarroba no pomar tradicional misto de sequeiro.

Ainda no Eixo da Promoção da Competitividade do complexo agro-florestal regional, destaca-se a procura registada dos apoios para a modernização das explorações agrícola (143 PA; 33.939 mil euros de investimento proposto) e para a realização de pequenos investimentos nas explorações agrícolas (84 PA; 1.953 mil euros de

investimento proposto). No que respeita aos investimentos para a modernização das explorações agrícolas, a fruticultura assumiu a maior capacidade de absorção dos fundos disponibilizados, com um volume de investimento proposto correspondente a cerca de um terço do total de investimento proposto na Ação 1.1.1.

Atividades	Investimento proposto (mil euros)
Fruticultura (transformação frutos)	13.639
	3.328
Floricultura	8.389
Horticultura	3.295
Apicultura	2.106
Vinho	1.353

Tabela 10. ProDeR (Medida 1.1.1): Principais atividades de investimento nos TBD
Fonte: ProDeR (Dados reportados ao final de 2013). Elaboração IESE.

A floricultura (ao ar livre e em estufa), a horticultura (sobretudo, em estufa) e a apicultura são outras atividades agrícolas algarvias que também evidenciaram uma boa capacidade de mobilização dos recursos financeiros do ProDeR com incidência nos TBD. No concelho de Loulé regista-se investimentos com alguma expressão ao nível da olivicultura e da caprinicultura.

Numa análise regional das dinâmicas de procura dos apoios disponibilizados no ProDeR, verifica-se que os concelhos de Silves, Loulé e Tavira consolidaram o papel de “motores” da agricultura algarvia, quer na instalação de jovens agricultores, quer na capacidade de mobilização dos recursos financeiros comunitários FEADER (cf. Tabela seguinte).

Subregião	Concelho	FEADER (mil euros)	Principais Actividades de Investimento
Terras do Infante	Aljezur	6,847	Floricultura
	Vila do Bispo	1.825	Apicultura
	Lagos	720	Apicultura
Serra de Monchique (inclui Barrocal)	Monique	1.143	Suicultura Fruticultura
	Portimão	993	Apicultura
	Silves	12.794	Fruticultura
			Floricultura
			Vinho
Algarve Central (inclui Barrocal)	Faro	1.543	Horticultura (estufas)
	Loulé	7.079	Fruticultura
			Apicultura
			Floricultura (ar livre)
			Horticultura (estufas)
	São Brás de Alportel	1.915	Transformação de Frutos
	Tavira	9.246	Fruticultura
Transformação de Frutos			
Apicultura			
Baixo Guadiana	Alcoutim	2.879	Apicultura Fruticultura
	Castro Marim	3.939	Fruticultura

Tabela 11. ProDeR (Medida 1.1.1): Principais atividades de investimento (distribuição municipal)

Fonte: ProDeR (Dados reportados ao final de 2013). Elaboração IESE.

A análise da Tabela anterior, regista-se também a afirmação da especialização territorial da agricultura regional nos setores da fruticultura, horticultura e apicultura, mas, também, da floricultura. Importa ainda particularizar a especialização do Concelho de Monchique no domínio da suicultura, no contexto regional, um aspeto que encontra expressão a jusante na tradição local dos enchidos.

Os apoios aprovados para a sustentabilidade dos regadios públicos (Ação 1.6.3) contemplaram investimentos públicos orçados em cerca de 16.470 mil euros, destinados à modernização dos regadios existentes; destacam-se os investimentos realizados nos concelhos de Silves e de Aljezur, que absorveram, respetivamente, 46,3 e 38,6 por cento do montante aprovado.

Os projetos estruturantes (Ação 1.6.5) apresentam um campo de intervenção relativamente limitado, tendo-se contabilizado a aprovação de 16 PA, que mobilizaram um total de 2.237 mil euros de investimento destinados para a construção/beneficiação de 19,5 km de caminhos agrícolas para a melhoria da acessibilidade às explorações agrícolas e para a instalação 45 km de redes de distribuição elétrica. Os Pedidos de Apoio aprovados concentraram-se no concelho de Vila do Bispo (também foram aprovados dois projetos no concelho de Monchique e

um no concelho de Tavira). No setor florestal, os fundos inscritos na Medida 1.3 Promoção da Competitividade Florestal registaram uma procura significativa dos apoios para a melhoria dos povoamentos florestais (Ação 1.3.1) e para a gestão multifuncional (Ação 1.3.2). No âmbito regional, destaca-se o Concelho de Alcoutim que contabilizou mais de metade dos Pedidos de Apoio na Ação 1.3.1, destinados a intervenção nos pinhais mansos instalados em terrenos de agricultura marginal com o apoio dos fundos comunitários dos anteriores QCA.

Nos apoios aprovados na Ação 1.3.2, foram os concelhos de Alcoutim e Tavira registaram maior dinamismo na procura, com apoios se destinaram à intervenção na gestão cinegética. No que concerne aos apoios para a modernização das empresas florestais, os apoios aprovados foram destinados, sobretudo, ao investimento no segmento preparador da indústria corticeira; as empresas ligadas ao subsetor da silvicultura e exploração florestal, com expressão no Barlavento algarvio, não demonstraram capacidade de aproveitamento dos fundos disponibilizados para a modernização, capacitação e apetrechamento.

Ao nível da instalação de novos povoamentos florestais, o ProDeR aprovou apoios para a florestação de 119 ha, dos quais 56 ha se destinam à arborização de terras agrícolas (50 ha, compreendem novos povoamentos de sobreiro) e 63 ha para a florestação de terras agrícolas abandonadas (46 ha de pinheiro manso e 17 ha de sobreiro); contabiliza-se ainda a aprovação de projetos de florestação de 137 ha de terras florestais.

No setor florestal, importa ainda sinalizar os apoios concedidos para a recuperação dos povoamentos de sobreiro em 906 ha na Serra do Caldeirão (Loulé e São Brás de Al-

portel), a reconversão de 85 ha de povoamentos florestais para fins ambientais em Lagos e Aljezur e a manutenção/beneficiação de galerias ripícolas 159 ha. No domínio da Defesa da Floresta Contra Incêndios, regista-se a aprovação de apoios para a realização/manutenção de 2.196 ha da rede primária de faixas de gestão de combustível, a que somam 1.030 ha de mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis. As Entidades Gestoras das Zonas de Intervenção Florestais desempenharam um papel relevante enquanto promotores destas candidaturas para a proteção dos recursos florestais.

Concelhos	Pontos de água (Manutenção)	Pontos de água (Construção)	Mosaicos PGC (ha)	Rede primária FGC (ha)
Alcoutim	-	1	-	4
Aljezur	-	-	128	575
Castro Marim	-	-	67	19
Lagos	-	-	104	107
Loulé	-	-	203	486
Monchique	3 (envolvente 14 ha)	-	-	-
São Brás De Alportel	-	-	196	232
Silves	-	-	121	239
Tavira	-	-	177	300
Vila do Bispo	-	-	39	233
DFCI Algarve	3	1	1.030	2.196

Tabela 12. Apoios aprovados para a Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)

Fonte: ProDeR (Dados reportados ao final de 2013). Elaboração IESE.

Importa ainda assinalar os apoios que foram concedidos para a recuperação do potencial produtivo, quer no setor agrícola (Ação 1.5.2 – 60 PA; 2.930 mil euros investimento proposto), quer no setor florestal (Ação 2.3.2 – 18 PA; 6.253 mil euros investimento proposto) e que têm maior incidência no concelho de Tavira, em resultado do grande incêndio florestal ocorrido em 2012.

Os apoios concedidos para a Proteção da Biodiversidade Doméstica (Ação 2.2.3) possibilitaram a intervenção da ANCCRAL na proteção da Cabra Algarvia, nomeadamente, na promoção da raça e na gestão do livro genealógico e ainda na realização da avaliação genética e de estudos de avaliação da carcaça e da qualidade da carne.

Os apoios concedidos para a Proteção da Biodiversidade Doméstica (Ação 2.2.3), que visam contribuir para a conservação e desenvolvimento do património genético, possibilitaram a intervenção da ANCCRAL na proteção do efetivo da Cabra Algarvia, uma raça autóctone regional. As verbas concedidas foram determinantes para a manutenção do Livro Genealógico, bem como para a promoção do conhecimento e divulgação desta raça

e ainda para a realização da avaliação genética e dos contrastes leiteiros. O Livro Genealógico é fundamental para o acesso dos produtores pecuários ao pagamento complementar à manutenção de raças autóctones, que é efetuado com base no registo da fêmeas exploradas em linha pura e inscritas no Livro de Adultos (LA).

No domínio da promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências (SP4), destaca-se a aprovação de três candidaturas de serviços de apoio às empresas (Ação 4.3.2) com incidência específica nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve, todas dinamizadas por organizações de produtores florestais: ASPAFLOBAL – Associação de Produtores Florestais do Barlavento Algarvio (Portimão/Monchique, Núcleo de apoio à floresta privada), Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão (Tavira – Expansão e Melhoria dos Serviços de Aconselhamento Técnico) e CUMEADAS - Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana (Alcoutim) e que visam colmatar as insuficiências técnicas que persistem ao nível do desenvolvimento florestal da Região.

(b) A abordagem LEADER nos territórios rurais do Algarve

O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR 2007-2013) incluiu a abordagem LEADER no Subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais, através das Medidas de Apoio à diversificação da economia e criação de emprego (Medida 3.1) e da Melhoria da qualidade de vida (Medida 3.2), a executar de acordo com as estratégias definidas para os territórios alvo de abordagem LEADER – Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD)⁷².

A Medida de Apoio à diversificação da economia e criação de emprego foi concretizada através de três ações: (1) Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola⁷³; (2) Criação e Desenvolvimento de Microempresas; (3) Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer. A Medida para a Melhoria da qualidade de vida foi operacionalizada em dois domínios de intervenção: (1) a conservação e valorização do património rural (preservação e refuncionalização do património edificado e valorização da cultura local); (2) os serviços básicos para a população rural, designadamente os serviços de apoio à infância, o acompanhamento domiciliário a idosos e deficientes, serviços itinerantes de apoio social e serviços de animação cultural e recreativa de base local. Os apoios foram concedidos sob a forma de incentivo não reembolsável até uma des-

pesa elegível de 200.000 euros (por projeto). O nível de apoio aos projetos de investimento no quadro da Medida 3.1 variou entre 30 a 60%, de acordo com o montante do investimento total e a criação de postos de trabalho; no âmbito da Medida 3.2 foi balizado entre 60% e 70% do montante de despesa elegível.

No Algarve foram reconhecidos três Grupos de Ação Local (GAL): ADERE, Interior Algarve Central e Terras do Baixo Guadiana, liderados, respetivamente, pelas seguintes ADL: VICENTINA, Associação IN-LOCO e Associação Terras do Baixo Guadiana. No final de 2013, os GAL do Algarve tinham aprovado 193 projetos, que previam a realização de 25.281 mil euros de investimento nos Territórios de Baixa Densidade algarvios.

De acordo com a informação de balanço anual do ProDeR, os GAL do Algarve apresentavam as seguintes taxas de execução no final de 2013: Terras de Baixo Guadiana (53%); Interior Algarve Central (37%); ADERE (33%) - cf. tabela seguinte. O GAL Terras do Baixo Guadiana beneficiou do reforço da dotação da ELD por via da distribuição da reserva de eficiência⁷⁴.

GAL	Programação financeira (10 ³ €)	Compromisso Assumidos			Taxa comp. (%)	Taxa exec. (%)
		N.º PA	Investimento	Despesa Pública (10 ³ €)		
T.B. Guadiana	6.386	94	11.287	5.974	94	53
Int. Algarve Central	6.055	60	6.306	3.699	61	37
ADERE	5.015	39	7.688	3.725	74	33

Tabela 13. Execução Financeira dos GAL no Algarve

Fonte: ProDeR, 2014 – dados reportados a 31.12.2013.

⁷² O acesso facilitado a medidas específicas no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN (SI), de outras tipologias de apoio previstas no COMPETE, nos PO Regionais e nos PO Temáticos do Potencial Humano (POPH) e no Programa de Desenvolvimento Rural (ProDeR).

⁷³ A diversificação de atividades na exploração agrícola previa o apoio ao desenvolvimento de atividades económicas de natureza não agrícola em áreas como o turismo em espaço rural, o turismo de natureza, atividades associadas à caça e pesca em águas interiores, bem como a transformação de produtos agrícolas.

⁷⁴ Em 2012, o GAL Terras do Baixo Guadiana recebeu da Autoridade de Gestão do ProDeR uma tranche suplementar de verbas no montante de 1.407.018,67 euros da distribuição da reserva de eficiência (15% da despesa pública do programa PRODER), em virtude de apresentar um bom desempenho nos indicadores de implementação da sua Estratégia Local de Desenvolvimento.

No cômputo global, as linhas de apoio ao desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer⁷⁵ (Ação 3.1.3) e de serviços básicos para a população (Ação 3.2.2) registaram a maior capacidade de absorção dos fundos disponibilizados, contabilizando um investimento total de 7.326 mil euros e 4.067 mil euros de investimento aprovado, respetivamente, ou seja, 53,4 por cento do investimento total aprovado. A procura de apoios para a criação de alojamento em turismo rural concentrou-se nos GAL ADERE e Terras do Baixo Guadiana e confirma a tendência crescente de procura do Turismo em Espaço Rural e do Turismo de Natureza na Região algarvia. Ao nível dos serviços básicos para a população⁷⁶, destacam-se os apoios concedidos para os serviços de apoio à infância e para o acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência, sendo que o território do GAL Terras do Baixo Guadiana concentra metade dos Pedidos de Apoio aprovados.

A Criação e Desenvolvimento de microempresas (Ação 3.1.2) também apresentou uma boa dinâmica na procura dos apoios (44 PA aprovados) e capacidade de mobilização dos fundos disponibilizados (4.071 mil euros). A criação de empresas de restauração⁷⁷ (Terras do Baixo Guadiana) e de empresas de serviços de apoio ao tecido empresarial/consultadoria (Interior Algarve Central), foram os domínios que revelaram maior dinamismo; a criação de empresas para o comércio também revelou

alguma procura. De acordo com a informação obtida junto do GAL ADERE, a limitação imposta para a transformação e comercialização de produtos agrícolas no setor agroalimentar a um máximo de 25.000 euros de investimento elegível, constituiu um importante constrangimento para a procura destes apoios para a instalação de pequenas unidades de transformação agroalimentar no Barlavento algarvio.

A Ação 3.2.1 (Conservação e valorização do património rural), registou uma procura satisfatória, concentrada nos GAL Terras do Baixo Guadiana e Interior Algarve Central. A preservação e recuperação de práticas e tradições culturais foi o domínio que registou maior procura. Ainda a assinalar, 7 Pedidos de Apoio aprovados para projetos de refuncionalização de edifício de traça tradicional, na sua maioria da responsabilidade do setor público.

A Ação 3.1.1 (Apoio à diversificação de atividades na Exploração Agrícola) registou uma adesão inferior face às expectativas inscritas nas ELD dos três GAL do Algarve. Os projetos aprovados destinaram-se, sobretudo, a empreendimentos de agroturismo (81 por cento dos Pedidos de Apoio aprovados); apenas foram aprovados três Pedidos de Apoio destinados a investimentos na transformação agroalimentar⁷⁸.

Ação	ADERE	Interior Algarve Central	Terras Baixo Guadiana
3.1.1	Fraca	Muito Fraca	Fraca
3.1.2	Muito Fraca	Fraca	Forte
3.1.3	Muito Forte	Forte	Muito Forte
3.2.1	Média	Forte	Forte
3.2.2	Média	Fraca	Muito Forte

Tabela 14. Avaliação qualitativa do desempenho das ELD

Fonte: Avaliação Contínua do ProDeR - Inquéritos aos GAL, IESE, 2012.

⁷⁵ Esta linha apoiava o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer nas componentes de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, enoturismo, turismo associado a atividades de caça e pesca, turismo equestre, turismo religioso, turismo de saúde, turismo cultural; alojamento turístico de pequena escala nas modalidades de turismo em espaço rural e turismo de natureza; infraestruturas de pequena escala (p.ex. centros de observação da paisagem), rotas/percursos, animação turística. No Algarve foram apoiados, sobretudo, os projetos de instalação de casas de campo (62 por cento dos PA).

⁷⁶ Na categoria de “outros serviços básicos” destinados a IPSS, associações e fundações privadas e entidades do sector público (normalmente, Juntas de Freguesia), contabilizam-se, ainda, 16 PA.

⁷⁷ Os projetos de investimento aprovados para a criação e desenvolvimento de microempresas estimavam a criação de 75 novos empregos, sobretudo na restauração (42 por cento).

⁷⁸ As limitações impostas aos montantes máximos elegíveis previstos na Portaria n.º 520/2009, de 14 de Maio, para os produtos constantes no Anexo I do Tratado da União Europeia conduziu a uma fraca procura desta Ação, nomeadamente por parte dos projetos de transformação de produtos locais, tendo sido os promotores encaminhados para a Medida 1.1 do ProDeR.

A execução do Subprograma3 do ProDeR no Algarve registou ainda a aprovação de 18 Pedidos de Apoio no âmbito da medida de Cooperação LEADER para o Desenvolvimento (3.4), que mobilizavam um investimento total de 1.377 mil euros (1.214 mil euros de Despesa Pública), com um registo de execução financeira cifrado em 52,4 por cento.

Neste eixo da Cooperação LEADER, importa destacar os projetos com incidência no domínio do Turismo de Natureza na Região algarvia. O projeto de cooperação interterritorial “Um Outro Algarve”, da responsabilidade dos três GAL do Algarve, visa realizar diversos eventos relacionados com o turismo de natureza e com a organização dos territórios parceiros em rotas temáticas e, ao mesmo tempo, adotar de critérios de qualidade e sustentabilidade ambiental em torno de quatro rotas “Puro Algarve”. No domínio da cooperação transnacional, merece destaque o projeto de realização da “Bienal de Turismo de Natureza”,

inscrita no contexto temático do projeto “Um Outro Algarve” e que envolve três GAL do Algarve (Portugal), um GAL da Grécia e um GAL da Andaluzia (Espanha).

A Medida 3.7 “Centros Educativos Rurais do Algarve” foi inscrita no ProDeR apenas em 2011, com a publicação da Portaria n.º 231/2011, de 11 de Junho, em resultado da negociação da AMAL com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) devido aos constrangimentos financeiros existentes no Programa Operacional Regional Algarve 21, que impossibilitaram o enquadramento dos investimentos previstos pelos Municípios em centros educativos do Algarve no Eixo “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar” (PO Algarve 21). No final de 2013, esta Medida contabilizava quatro projetos aprovados, correspondentes a um investimento global de 3.206 mil euros, dos quais, àquela data, haviam sido executados 54 por cento.

Apoio ProDeR aos Centros Educativos Rurais do Algarve

Esta Medida de apoio a Centros Educativos Comunitários localizados em freguesias rurais da Região do Algarve, visou apoiar o reordenamento da rede escolar regional, através da requalificação de equipamentos escolares já existentes ou da criação de centros educativos rurais, que assegurem espaços complementares e multifuncionais para a comunidade educativa e, adicionalmente, contribuam para combater o abandono dos Territórios de Baixa Densidade.

Durante 2012, foram aprovados 10 projetos de investimento em sete municípios do Algarve, que totalizavam um investimento global de cerca de 8.550 mil euros (6.705 mil euros de investimento elegível, que correspondia uma verba de cofinanciamento FEADER de 5.029 mil euros). No entanto, devido às dificuldades dos Municípios no acesso ao crédito, acrescido dos condicionalismos ao

investimento impostos pela “Lei dos compromissos” (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro), os Municípios acabaram por ter de desistir de um volume significativo dos projetos aprovados.

O Centro Educativo Comunitário Multisserviços de Budens (Aljezur) exemplifica o tipo de equipamentos escolares apoiados na Medida 3.7. Este Centro Escolar Rural irá ser dotado de 6 salas de aula destinadas ao Ensino Básico (1º ciclo), 2 salas destinadas a Jardim de Infância e uma sala polivalente/refeitório com versatilidade para funcionar autonomamente aberta à comunidade.

O Centro Rural destina-se a receber os alunos do Ensino Básico e Pré-escolar de Barão de São Miguel, Budens, Salema e Burgau.

Conforme foi referenciado no Estudo de Avaliação de impactos das intervenções do QCALL com incidência específica em Territórios de Baixa Densidade na Dinamização Empresarial (IESE, 2008), o PIC LEADER configurou uma nova forma de encarar/promover o desenvolvimento regional: partindo do nível territorial, segundo uma abordagem ascendente; concebendo estratégias territoriais de desenvolvimento integradas e de carácter piloto, centradas em temas prioritários (Planos de Desenvolvimento Local); criando instâncias locais de promoção e gestão (os Grupos de Ação Local), estimulando o aparecimento/constituição de Associações de Desenvolvimento Local, com a responsabilidade de dinamizar o Programa em Zonas de Intervenção específicas e contribuindo de forma decisiva para a diversificação das atividades económicas nos territórios rurais, que constitui o principal fator crítico para o desenvolvimento destes territórios na perspetiva dos três GAL do Algarve, dado o crescente aumento do desemprego e despovoamento das aldeias, sobretudo, dos mais jovens⁷⁹.

Esta avaliação mantém-se válida durante a vigência do ProDeR, apesar do registo de alguns constrangimentos, nomeadamente, o atraso verificado nos reembolsos dos pedidos de pagamento apresentados, dificuldade de acesso ao crédito por parte dos promotores privados e a fraca dinâmica do território, fruto da desertificação física e humana, que condiciona uma maior procura dos apoios disponibilizados.

De acordo com o Inquérito realizado pelo IESE junto dos GAL em 2012, a abordagem LEADER no Algarve contribuiu, sobretudo, para a recuperação/valorização dos valores patrimoniais e culturais (tradições e costumes). A diversificação das atividades económicas em meio rural (cf. Estudo de Caso – Pastelaria “A Prova”, Azinhal/Castro Marim), associada à valorização económica dos recursos endógenos e à criação de emprego, constituem outros impactos positivos sublinhados pelos GAL numa avaliação do valor acrescentado da abordagem LEADER para o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade. A Implantação dos GAL também contribui de forma relevante para a incorporação de massa crítica local nos Territórios de Baixa Densidade e para a transferência de conhecimento e inovação junto dos agentes dos sistemas socioeconómicos agro-rurais.

Pastelaria “A Prova” (Azinhal)

A Pastelaria “A Prova”, localizada no centro do Azinhal (Castro Marim), constitui um exemplo da aplicação da abordagem LEADER (e da intervenção das ADL) na diversificação de atividades económicas em meio rural e criação de emprego, na valorização económica dos recursos endógenos e, concomitantemente, para o desenvolvimento local.

A povoação do Azinhal tem uma profunda tradição doceira na região do Baixo Guadiana. Em 1989, a Associação IN-LOCO promoveu um curso de formação profissional em doçaria tradicional, cujo objetivo consistia na fixação da população através da criação do autoemprego. Este foi o ponto de partida das três sócias-promotoras, residentes na zona, que viriam a constituir a empresa “A Prova”.

1.ª fase de investimento – LEADERII. Os apoios concedidos (Eixo Inovação Rural – Apoio às pequenas empresas) contribuíram para a instalação da pastelaria, tendo

financiado em 60% as obras de reconstrução do edifício e a aquisição de equipamentos de apoio (vitruínas, bancadas,...) e de uma viatura. Este investimento permitiu instalar um pequeno café para a venda direta dos produtos (doçaria regional) e, deste modo, ampliar a atividade.

2.ª fase de investimento- ProDeR. No âmbito da Ação 3.1.2, a empresa foi apoiada em 40% a fundo perdido para a reconstrução da casa adquirida (ampliação do espaço), tendo também adquirido uma viatura para a distribuição, o que possibilitou para além da participação em feiras de artesanato e produtos regionais, alargar o circuito de venda a Alcoutim (Lar de idosos e Centro de dia), Vila Real de Santo António e Montegordo. A disponibilidade da viatura permitiu introduzir de um aspeto inovador na comercialização, com a venda direta “porta-a-porta” da doçaria nos montes e pequenos aglomerados rurais do Nordeste algarvio.

⁷⁹ A este propósito, refira-se que os projetos de investimento apoiados nas Medidas 3.1 e 3.2 no Algarve estimavam a criação de 273 empregos.

Da análise dos projetos encerrados, constatou-se que, de um total de 53 postos de trabalho previstos, foram efetivamente criados 43.

1.2.5. Projeto Querença



O “Projeto Querença” posicionou-se como um projeto-piloto inovador na experimentação de novas soluções para dinamizar os Territórios de Baixa Densidade⁸⁰. Sob o mote “Da teoria à ação – Empreender o Mundo Rural”, o Projeto teve por finalidade atrair jovens qualificados e investimentos para o interior rural do Algarve e decorreu na aldeia de Querença (Loulé) promovido pela Fundação Manuel Viegas Guerreiro, em parceria com a Universidade do Algarve⁸¹ e a Câmara Municipal de Loulé. O Projeto beneficiou de apoio financeiro do IEFP através do Programa de Estágios Profissionais e, ainda, do apoio da Junta de Freguesia de Querença, da Caixa Geral de Depósitos, da Honda e da Fundação Calouste Gulbenkian.

Os estágios profissionais decorreram entre Setembro 2011 e Junho 2012, abrangendo uma equipa de 9 jovens recém-licenciados na Universidade do Algarve, orientada por um coordenador-operacional e um coordenador científico. As ações foram desenvolvidas em torno de cinco áreas temáticas – Agricultura, Engenharia biológica/alimentar, Arquitetura paisagística, Ecoturismo e educação ambiental e Design, marketing e organização de eventos.

A equipa residiu em Querença durante os nove meses do estágio profissional, com o propósito de desenvolver um conjunto de projetos e de ideias de negócio, articulados entre si e orientados para a dinamização territorial da freguesia, na lógica de uma “pequena incubadora local”.

O Relatório Final da 1ª fase do “Projeto Querença”⁸² salienta a experimentação, em contexto real, de uma inovadora abordagem de intervenção territorial em espaço rural, com resultados diretos na comunidade local, tanto ao nível económico e social, como a nível ambiental.

O Projeto também permitiu demonstrar a importância do aprofundamento da ligação do meio qualificado/académico aos Territórios de Baixa Densidade, dado o impacto criado pela atividade de uma equipa multidisciplinar de jovens licenciados, dinâmicos e criativos no aproveitamento dos recursos endógenos de uma freguesia rural, numa perspetiva de valorização do potencial comercial e de dinamização dos recursos locais, assente em princípios de sustentabilidade⁸³.

Principais resultados do “Projeto Querença” (1.ª fase)

- Constituição de um “banco de terras” com mais de 20 ha, tendo sido iniciada a exploração em modo de produção biológico e a criação de uma bolsa local de produtores – o “Clube de Agricultores Locais” para concentrar e aumentar a oferta de produtos agrícolas, o que alavancou o regresso à terra de alguns agricultores locais.
- Novas utilizações de produtos locais, tendo sido criado um protótipo de barra energética à base de figo, amêndoa, mel e alfarroba com o apoio do Centro de Inovação e Tecnologia de Alimentos da Universidade do Algarve. Trata-se de um produto inovador que faz aproveitamento dos recursos endógenos e que motivou a apresentação de uma candidatura ao PO Algarve 21 para o desenvolvimento industrial.
- Utilização de plantas autóctones em jardinagem, com a recolha de sementes que permitiu construir um viveiro de plantas autóctones e criar um jardim no espaço da Fundação Manuel Viegas Guerreiro. Foi criada uma empresa de prestação serviços em Querença na área da jardinagem sustentável e da valorização paisagística.
- Programa de atividades e produtos turísticos – rota de observação de libelinhas e libélulas da Paisagem Protegida local da Fonte da Benémola, rede de percursos de interpretação da paisagem e experiências de proximidade com a comunidade. Foi produzido um catálogo bimensal (“Querer”) de divulgação de eventos/atividades, para atrair visitantes.
- Criação de uma marca distintiva para produtos e serviços, associada a um caderno de normas, entretanto, definido. O “Mercado de Querença”, realizado com periodicidade mensal no renovado largo da igreja matriz, permitiu a venda dos produtos agrícolas de pequenos produtores locais. Em 9 edições gerou mais de 19.000 euros de receitas e deu a conhecer mais de 50 produtos agrícolas, gastronómicos e de artesanato.
- Atividades pedagógicas com escolas, implementação de hortas pedagógicas com Instituições de Solidariedade Social e apoio a empresas locais.

⁸⁰ Para conhecer mais sobre o “Projeto Querença”: www.projectoquerenca.com

⁸¹ A Universidade do Algarve acompanhou, aconselhou e disponibilizou os seus laboratórios ao serviço do Projeto, em especial na área da engenharia alimentar. O Prof. António Covas (coordenador científico – Universidade do Algarve), foi o principal mentor do Projeto Querença,

tendo sublinhado a oportunidade que surgiu em Querença de “ensaiar uma pequena incubadora de microempresas em meio rural” e ainda de tentar contrariar o envelhecimento do território com a deslocação de jovens universitários” (Jornal Expresso, 3 de Maio de 2014).

⁸² Fundação Manuel Viegas Guerreiro. 2012. Projeto Querença - Balanço da 1ª fase.

Apesar dos objetivos inicialmente propostos não terem sido alcançados - a criação de novas empresas para desenvolver as ideias de negócio e fixação de jovens na freguesia⁸⁴ -, o resultado foi considerado globalmente positivo pela coordenação operacional do Projeto.

O desafio para a 2ª Fase do “Projeto Querença”, a desenvolver em 2014, assenta no aprofundamento desta iniciativa de desenvolvimento local, com a consolidação do trabalho de cooperação em rede⁸⁵. Nessa perspetiva, está prevista a criação de uma Cooperativa de Serviços e Produtores, que permita aos participantes na iniciativa e aos pequenos empresários e agricultores locais adquirir escala e ter uma forma legal de escoar os bens que produzem, uma ideia que os promotores do “Projeto Querença” querem concretizar até final do ano ou em 2015⁸⁶.

As parcerias com a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve e com a Universidade do Algarve, que passa a ter como interlocutor principal o CRIA - Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia, serão aprofundadas nesta 2.ª fase de desenvolvimento do “Projeto Querença”. De igual modo, a Junta da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim irá desempenhar um papel de maior destaque nesta fase, acompanhando a iniciativa sediada na Casa do Povo de Querença.

O “Projeto Querença” constitui uma referência nacional, fundamentalmente pela metodologia ensaiada, com replicação em vários pontos do País. Dos vários projetos que integram a Rede Nacional de Territórios “Com Querença”, um decorreu em Alcoutim (cf. caixa seguinte).

O “Projeto Alcoutim”

A Associação Alcance - Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio, a Câmara Municipal de Alcoutim e a Universidade do Algarve foram os promotores do Projeto Alcoutim, que decorreu em 2013 com uma “equipa de missão” de 5 jovens licenciados.

O Projeto teve dois objetivos principais: (i) dinamizar territórios rurais de forma efetiva e sustentável, valorizando os seus ativos endógenos e a cultura local, permitindo-lhes alcançar níveis mais elevados de qualidade de vida e de competitividade; (ii) proporcionar aos jovens qualificados, atualmente desempregados ou à procura de 1º emprego, uma experiência profissional e de vida que contribua para o desenvolvimento das suas capacidades empreendedoras e aumente a sua empregabilidade.

Dos resultados obtidos, destacam-se a redescoberta das tradicionais Bonecas de Juta e a revitalização sociocultural do Núcleo Museológico de Santa Justa “A Escola Primária”. O Projeto Alcoutim promoveu também um concurso para eleger o “Doce típico d’Alcoutim” e levou a cabo o respetivo estudo de mercado. Apesar dos resultados positivos obtidos na experiência profissional dos jovens recém-licenciados, a entidade promotora não prevê a realização de uma 2ª edição, no curto prazo.

Nenhum dos jovens se fixou em Alcoutim após a conclusão do estágio. Na perspetiva da ALCANCE, para fixar os jovens no território, será necessário assegurar a existência de algumas condições prévias de empregabilidade aos estagiários, para além de que consideram que o contexto territorial não é propício ao empreendedorismo e à criação de novas empresas no âmbito desta iniciativa.

O projeto desenvolvido em Querença foi referenciado no Guia de Boas Práticas de Revitalização das Aldeias⁸⁷, tendo presente o modelo proposto para a revitalização da aldeia

de Querença, assente numa ótica de participação da comunidade e de promoção do desenvolvimento integrado sustentável.

⁸³ Aos elementos de balanço já mencionados, importa adicionar o facto de terem sido criadas oportunidades de emprego aos jovens da equipa, dos quais dois continuam ligados ao Projeto: um jovem criou um projeto empresarial próprio sediada em Querença e o outro uma empresa na área do design e comunicação.

⁸⁴ De acordo com a atual Presidente da Junta da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, o encerramento dos serviços básicos de proximidade (educação, saúde, etc.), a par da dificuldade do acesso à habitação, constituem os principais obstáculos para a fixação dos jovens no interior do Algarve.

⁸⁵ Na 2ª Fase do “Projeto Querença” foi adotada uma nova metodologia

de seleção dos candidatos, mais orientada para as ideias/projetos, com uma clara preocupação com a vertente empreendedora.

⁸⁶ «Gostaríamos de criar uma figura jurídica que juntasse as várias iniciativas e que, ao mesmo tempo, ajudasse as pessoas de Querença a legalizar e a organizar as suas atividades. Nomeadamente, ao nível do Mercado de Querença, pois há pequenos produtores que não vão abrir atividade para vender 50 quilos de tomate ao longo de um ano» - João Ministro, coordenador operacional in «Projeto Querença» quer criar cooperativa de serviços e produtores (Sulinformação, 1.2.2014).

⁸⁷ ANIMAR (2013), Projeto ASAS – Aldeias Sustentáveis e Ativas”, Rede ANIMAR- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

O “Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve” (CCRA, 2002) integrou uma análise SWOT resultante do exercício de programação das intervenções e do levantamento das necessidades com vista à mobilização do potencial de desenvolvimento local na perspetiva da dinamização socioeconómica e do aumento da atratividade desses territórios.

Numa análise evolutiva, passados 10 anos sobre esse exercício de intervenção nos Territórios de Baixa Densidade, é possível identificar alguns elementos de mudança os quais refletem a dinâmica ocorrida. Em síntese, conclui-se por:

- Manutenção dos Pontos Fortes, destacando-se a valorização crescente da amenidade do clima e da grande diversidade da paisagem enquanto fatores internos de competitividade internacional para o desenvolvimento do Turismo de Natureza. As boas condições para a valorização dos produtos de origem biológica constituem um ponto forte dos Territórios de Baixa Densidade, mas essa valorização continua por concretizar. Também importa sinalizar a relevância crescente das ADL e das Autarquias enquanto agentes dinamizadores do desenvolvimento local, num contexto em que as agências de desenvolvimento regional perderam capacidade de intervenção nos últimos anos⁸⁸. Neste domínio, convirá sinalizar um aspeto contraditório que radica da existência dos instrumentos de ordenamento do território, importantes para a estruturação das intervenções, mas que, sem a necessária flexibilidade adaptativa ao nível da gestão, podem resultar na obstaculização ao desenvolvimento, como sucede nas restrições impostas à atividade agrícola e florestal nas Áreas Classificadas.
- Agravamento dos Pontos Fracos associados ao continuado processo de despovoamento do interior algarvio, do envelhecimento da população e do encerramento dos serviços públicos de proximidade que se traduz na marginalização crescente da Serra Algarvia. Esta marginalidade foi atenuada com a construção do IC 27 entre Castro Marim e Alcoutim, ainda que incompleto na ligação a Beja, a qual contribuiu para melhorar a mobilidade rodoviária no Baixo Guadiana. A cobertura territorial e horária do Transporte Coletivo tida como insuficiente, bem como a integração e complementaridade de serviços públicos é reduzida ou inexistente. Na falta de um sistema que responda às necessidades de mobilidade da população (p.ex., escolar e idosa, nos acessos aos cuidados de saúde), os Municípios têm promovido soluções de transporte para os seus munícipes, do que tem resultado custos significativos para as autarquias mais afastadas do centro do Algarve. Nesta leitura evolutiva, também, importa sinalizar a promoção do ordenamento cinegético desenvolvida pela Federação de Caçadores do Algarve permitiu a evolução de um ponto fraco para uma das forças relevantes no contexto atual do desenvolvimento dos TBD; o mesmo sucede, ainda que de forma mitigada, com as ZIF no ordenamento agro-florestal dos territórios da Serra Algarvia.
- Permanência das Oportunidades identificadas, de um modo geral e com uma forte ancoragem na valorização do Capital Natural. No entanto, importa assinalar o crescente potencial de aproveitamento dos recursos endógenos, nomeadamente, a partir da instalação de jovens agricultores, da dinamização do Turismo de Natureza e do desenvolvimento de soluções associadas à economia de baixo carbono (p.ex., pagamento dos serviços dos ecossistemas e desenvolvimento do aproveitamento das energias renováveis), que não haviam sido sinalizadas na Matriz SWOT do “Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve”. O aprofundamento das relações históricas de cooperação com o Alentejo e com Espanha, nomeadamente a Região de Huelva, constitui mais uma oportunidade para o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade.
- Agravamento das Ameaças relativas às condições propícias à ocorrência dos grandes incêndios florestais, conforme foi evidenciado nos grandes incêndios que devastaram a Serra Algarvia⁸⁹ em 2003, 2004 e 2012, bem como o declínio progressivo dos sistemas agrários tradicionais, nomeadamente o pomar tradicional de sequeiro. Neste capítulo, importa sinalizar que a Barragem do Alqueva, então considerada como uma ameaça ao desenvolvimento dos territórios do Baixo Guadiana, tem revelado um efeito neutro. De igual modo, a fraca dinâmica demográfica assinalada em torno das cidades de Silves, Loulé e Vila Real de Santo António não veio a constituir uma ameaça ao desenvolvimento; pelo contrário, estes centros urbanos têm revelado dinamismo e capacidade de atração de novos habitantes e de investimento empresarial. A diminuição demográfica reforça a procura insuficiente por parte da população residente para garantir a viabilidade económica e financeira de serviços, de que é exemplo o transporte coletivo.

A Matriz SWOT seguinte resulta de uma análise conjugada de pesquisa bibliográfica, recolha empírica de informação em trabalho de campo e da reflexão evolutiva da matriz que integra o Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve, datado de 2002. Esta reflexão procura sintetizar a situação atual, numa visão multidimensional – socio-demografia, integração territorial, dinâmicas económico-produtivas, património natural e cultural e das condições de suporte.

Numa visão de conjunto, o Algarve detém know-how produtivo (nomeadamente, na indústria do turismo e restauração, mas também no segmento agroalimentar), uma identidade própria bem vincada no seu património paisagístico, histórico e cultural, dispõe de recursos endógenos suscetíveis de valorização económica, de um centro de conhecimento/inação (Universidade do Algarve) e de bons acessos nos principais eixos rodoviários de ligação com Lisboa, com o Baixo Alentejo e com Espanha/Andaluzia, para além de um Aeroporto e portos comerciais. Em suma, um conjunto de fatores de competitividade regional relevantes para alavancar o desenvolvimento económico e para valorizar os seus recursos endógenos, em especial dos TBD, na perspetiva da coesão territorial.

Aos fatores de competitividade supramencionados, acresce a particularidade dos Territórios de Baixa Densidade coexistirem, lado a lado, com territórios de maior densidade demográfica e dinâmica económica e social significativa, “o que constitui uma potencialidade a ser explorada do ponto de vista da proximidade a um amplo mercado já existente e consolidado” conforme foi oportunamente sinalizado no “Estudo de Avaliação de Impactos das Intervenções do QCA III com incidência específica em Territórios de Baixa Densidade, na Dinamização Empresarial90” (IESE, 2008).

A Matriz procura situar níveis de combinação entre Capital Natural e Capital Social, variáveis-chave para a revitalização dos Territórios de Baixa Densidade, no horizonte de 2030. No domínio do Capital Social, releve-se o rejuvenescimento do tecido autárquico resultante das eleições de Setembro 2013, nomeadamente nas Juntas de Freguesia. Esse rejuvenescimento encerra uma oportunidade para incutir uma nova dinâmica para desenvolver projetos inovadores e de animação sociocultural com vista à dinamização e atração destes territórios. No entanto, será importante ter presente os riscos decorrentes das dificuldades de financiamento público e privado, tanto na disponibilização da contrapartida nacional pública nos projetos aprovados, como na dimensão da gestão financeira das Instituições de Ensino Superior e outras instituições de suporte à atividade empresarial com participação pública e, ainda, nas dificuldades do acesso ao crédito por parte do tecido empresarial.



• **Matriz SWOT dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve**

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Amenidade do clima; • Forte identidade territorial; Capital endógeno de elevado valor (Património histórico e cultural, Capital Natural diverso,...); • Existência de fatores de competitividade económica (eixos rodoviários e ferroviários para o transporte de pessoas e bens, Aeroporto e portos/Boa Acessibilidade Regional); • Existência de um centro de recursos para a inovação (Universidade do Algarve/CRIA); • Recursos naturais (ambiente/paisagem, agricultura e floresta) e produtos tradicionais (agroalimentar); • Grande diversidade de artesanato regional e de gastronomia tradicional; • Presença significativa de áreas classificadas para a proteção da natureza e biodiversidade; • Ordenamento cinegético do território; • Forte presença no território e com vasto capital de experiência por parte das ADL; • Intervenção crescente da AMAL nos TBD. 	<ul style="list-style-type: none"> • Declínio sociodemográfico/marginalização crescente da Serra Algarvia; • Baixo nível de qualificação da população residente e do tecido empresarial; • Carências de infraestruturas básicas (Saneamento e água canalizada); • Debilidades crescentes nas condições de mobilidade intrarregional e nos serviços de proximidade; • Escassez de condições de suporte para atrair novos habitantes (nomeadamente, para jovens casais - emprego, habitação e serviços de básicos - educação e saúde); • Tecido produtivo pouco diferenciado, assente em atividades de reduzido valor acrescentado local (produção primária); • Reduzida cultura de cooperação entre os vários agentes económicos que operam nos TBD; • Ausência de “atividades-âncora”/agregação.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização da produção agroalimentar, associada à inovação e à produção regional/local de qualidade (p.ex., marca “Puro Algarve”); • Existência de recursos naturais potenciadores do desenvolvimento das atividades da agricultura, floresta e pequena pesca costeira; • Diversificação da oferta turística, com crescente procura de nichos emergentes (desporto de natureza, autocaravanismo,...); • Oferta de alojamento turístico em espaço rural; • Aposta em novas formas organizativas dos negócios (produção, comercialização, promoção e divulgação) centradas em Organizações de Produtores e redes colaborativas; • Novo enquadramento das políticas de sustentabilidade ambiental e de economia de baixo carbono (mercado voluntário de carbono, pagamento dos serviços do ecossistema, aproveitamento das energias renováveis,...); • Desenvolvimento de modelos flexíveis de mobilidade; • Refuncionalização de infraestruturas obsoletas ou com uso mitigado para espaços de acolhimento e/ou incubação empresarial; • Rejuvenescimento do sector agrário e diversificação da atividade económica através da instalação de jovens agricultores; • Valorização da produção local, nomeadamente, via cadeias curtas de comercialização; • Ligação da investigação/inovação às empresas; • Aprofundamento da cooperação regional (Alentejo Litoral/Baixo Alentejo) e com Espanha/Andalucia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de conter o abandono rural; • Continuação da tendência de redução da população, e conseqüente menor massa crítica para serviços públicos; • Dificuldade de atração de investimento privado para a criação de emprego; • Dificuldades de financiamento público e privado; Incapacidade de proteger os recursos naturais, p.ex., face aos grandes incêndios florestais; • Degradação continuada da paisagem (p.ex., pomar tradicional de sequeiro) e dos ecossistemas florestais (nomeadamente, os sobreirais); • Agravamento do risco de ocorrência de grandes incêndios florestais; • Inexistência de cultura inovadora e de trabalho em rede por parte da maioria das empresas dos TBD; • Incapacidade de estruturar as principais fileiras produtivas das TBD (Turismo de Natureza, produção agrícola, transformação agroalimentar, pecuária e florestal, etc.); • Ausência de uma política regional que operacionalize o PROF Algarve e valorize o potencial da multiplicidade dos recursos florestais da Região; • Ausência de uma política regional de desenvolvimento agrário orientada para o ciclo de financiamento das políticas públicas 2014-2020; • Ausência de uma política regional de combate à desertificação que mitigue a degradação do solo e dos ecossistemas naturais, nomeadamente nos territórios da Serra Algarvia.

02

Modelo territorial
de intervenção



Quadro prospetivo - Cenários contrastados

O exercício de Cenarização simples dos Territórios de Baixa Densidade no horizonte 2030 é organizado em torno de variáveis sociais (sobretudo, a valência demográfica e o capital social), económicas (recursos endógenos e estrutura económico-empresarial) e territoriais (património, integração, infraestruturas e equipamentos).

O contraste na construção dos Cenários é organizado em torno de:

- (1) uma perspetiva indesejável, que aprofunda o declínio das últimas décadas;
- (2) uma perspetiva de evolução que vai no sentido de estancar esse ciclo negativo e de declínio;
- (3) uma perspetiva de sustentabilidade em que os Territórios de Baixa Densidade possam ser parte de processos mais vastos de relançamento económico, com base em territorialidades mais dinâmicas e articuladas com as envolventes de proximidade (Litoral e Centros Urbanos) da Região mas também externas à Região, nas relações com o Baixo Alentejo (Sudoeste Alentejano e Baixo Guadiana) e com Andaluzia.



Cenários Dimensões-chave	A. Despovoamento e Declínio socio económico	B. Sustentação do Modelo de Povoamento e de atividades	C. Ruralidade sustentada e competitiva
Demografia e Povoamento	Agravamento do envelhecimento da população; Limiar de subsistência problemático da maior parte das localidades.	Atenuação da tendência de envelhecimento; Renovação limitada da população; Tendência de concentração da população nos maiores aglomerados urbanos do Barrocal e da Serra Algarvia.	Envelhecimento da população estancado e uma nova geração de jovens instala-se nos TBD, com qualificações académicas e iniciativa empresarial, permitindo a renovação da população e contribuindo para estabilizar o volume de residentes em idade ativa.
Integração Territorial	Aprofundamento da situação de periferia, com degradação das ligações viárias aos principais Eixos de articulação regional.	Melhoria das acessibilidades a Lagos, Portimão, Loulé, Faro, Tavira, Mértola, Beja e à fronteira.	Criação de complementaridades com o Baixo Alentejo (nomeadamente, com o Sudoeste Alentejano e o Vale do Guadiana) e com a Raia espanhola.
Dinâmicas económico produtivas	Atividade agrícola e silvicultura de subsistência; Escassez de explorações com significado económico e comercial; Declínio do tecido agro-transformador e perda de competitividade; Inovação residual baseada em produtos e serviços indiferenciados, competindo na base do preço e sem acesso a mercados mais exigentes.	Renovação lenta da agricultura e da silvicultura; Instalação de jovens agricultores ainda em número insuficiente; Novas produções agrícolas com introdução de novos métodos de produção e certificação de produtos; Captação de novos investidores para atividades de Turismo Rural e Turismo de Natureza; Inovação num número limitado de explorações agrícolas e pecuárias de pequenos ruminantes.	Instalação de jovens em atividades de produção de bens e serviços; Atração de investimentos com dimensão económica em centros de recolha, unidades de 1ª e 2ª transformação agrícola e silvícola; Turismo Rural e de Natureza, qualidade como marca dos TBD (Puro Algarve); Negócios inovadores ligados à floresta (produção de cogumelos, pastorícia,...) desenvolvem-se e prosperam; as indústrias introduzem inovações nos processos, tecnologias e produtos; criação de novos serviços e microempresas de turismo de conhecimento, de criatividade e design, com ligações internacionais.
Património natural e cultural	Abandono do território e desvalorização do seu património natural e identitário, agravado pela ocorrência mais frequente de grandes incêndios florestais, fruto do sub-investimento na prevenção e na gestão florestal; Perda de reconhecimento dos valores tradicionais e incapacidade de diferenciação.	Ativos patrimoniais dos TBD são preservados com base em investimentos e melhoramentos pontuais, combinando conservação com geração de riqueza; Valorização e divulgação do património rural; Afirmação de uma identidade própria, p.ex., em torno de mensagens como Puro Algarve/Outro Algarve.	Recursos naturais valorizados e ao serviço da atração de investimentos turísticos com elevado impacto e valor acrescentado local; Património rural serrano demonstra a sua identidade em termos nacionais e internacionais e organiza um forte programa de divulgação e animação turística e de atração de investimento.

Tabela 15. Cenários Contrastados de Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade no Algarve, no horizonte 2030

Fonte: Avaliação Contínua do ProDeR - Inquéritos aos GAL, IESE, 2012.

Cenários Dimensões-chave	A. Despovoamento e Declínio socio económico	B. Sustentação do Modelo de Povoamento e de atividades	C. Ruralidade sustentada e competitiva
Estruturas de suporte (infraestruturas, equipamentos, mobilidade, ...)	Declínio da oferta de serviços básicos; Limitação da oferta de serviços nos principais aglomerados; Encerramento das infraestruturas e dos Equipamentos das localidades de menor dimensão; Manutenção reduzida dos equipamentos, com perda de qualidade dos serviços prestados; Degradação das redes viárias municipais e nacionais.	Funções sociais do Estado mantêm-se em alguns aglomerados do Barrocal; Requalificação de alguns serviços; Criação de um sistema itinerante de cuidados de saúde; Manutenção das infraestruturas fundamentais; Conservação e melhoramento de equipamentos-chave; Investimento na qualificação dos espaços de atividade de unidades empresariais.	Requalificação dos sistemas públicos de assistência social de saúde e de educação; Alargamento da oferta de serviços técnicos, culturais e de lazer; Melhoria das infraestruturas básicas em aldeias com maior sustentabilidade, acompanhadas pelo investimento na recuperação e refuncionalização de infraestruturas e melhoria dos equipamentos coletivos; Melhoria dos níveis de mobilidade para residentes e visitantes também através de transporte flexível.
Capital Social e Densidade Relacional	Acentuada redução da população ativa, nomeadamente, de população jovem; Aumento do número de pessoas que se desloca para trabalhar e estudar fora dos TBD; Perda de competências e saberes tradicionais; Redução da capacidade de inovação e de diferenciação da estrutura produtiva, económica e cultural; Individualismo e ausência de relações de cooperação; Dispersão de recursos, sem estruturação de massa crítica territorial; Reduzida integração territorial com comunidades vizinhas.	Melhoria do rácio entre ativos e inativos; Perda de competências e tradições estancada, sendo algumas retomadas pelos jovens agricultores e pela dinâmica associada aos seus empreendimentos; Renovada dinâmica social nos principais aglomerados do Barrocal; Criação de Redes de cooperação entre produtores para acesso ao mercado externo; Estabelecimento de redes de natureza temática no quadro da AMAL.	Fixação de novos residentes dotados de novas qualificações e competências; Dinamização bem sucedida do empreendedorismo de base empresarial, com criação de emprego qualificado; Atração de novas atividades empresariais, nomeadamente ligadas ao setor do turismo e lazer; Criação de redes de cooperação e de internacionalização; Densidade de ligações ao Litoral, ao Baixo Alentejo e à Andaluzia.

Tabela 15. Cenários Contrastados de Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade no Algarve, no horizonte 2030
 Fonte: Avaliação Contínua do ProDeR - Inquéritos aos GAL, IESE, 2012.

No tocante à concretização das respostas aos desafios estruturantes da Região no horizonte 2020, a Estratégia de Desenvolvimento Regional para o Algarve combina as seguintes cinco Linhas Estratégicas de Intervenção: Inovação e Diversificação; Competitividade Internacional; Valorização Territorial; Coesão e Inclusão; Capacitação para a Empregabilidade.

O conhecimento existente quer das dimensões-problema da Região e dos seus constrangimentos estruturais marcantes, quer das necessidades de intervenção recorrentemente identificadas, encontra-se significativamente plasmado nos documentos de planeamento e programação do Desenvolvimento Regional que têm vindo a ser preparado sob iniciativa e coordenação da CCDR Algarve, sendo de destacar:

- Diagnóstico prospetivo Regional/Plano de Ação Regional;
- Estratégia de Especialização Inteligente;
- CRESC Algarve 2020, Programa Operacional Regional.

Plano de Ação Regional

O PAR estabelece como visão partilhada para a Região: “Transformar o Algarve em 2020, numa região dinâmica, inclusiva e sustentável, capaz de gerar mais e melhores empregos, produzir bens e serviços com alto valor acrescentado, através da inovação e do conhecimento científico, do potencial socioeconómico regional, assegurando com base numa governança partilhada o reforço da competitividade regional, e a coesão económica, social e territorial.”

Este quadro de referência para o Desenvolvimento Regional afigura-se virtuoso para a abordagem da problemática dos Territórios de Baixa Densidade, no contexto da 2ª Linha Estratégica de Intervenção (Valorização Territorial). Desde logo, ao identificar o recurso território como “fator competitivo e diferenciador” e ao apostar na valorização dos “recursos naturais de excelência”, em grande parte deles património do Barrocal e da Serra Algarvia. Em segundo lugar, ao fixar como Objetivo da 3ª Linha Estratégica de Intervenção (Coesão e Inclusão) reduzir as disparidades e assimetrias territoriais existentes e conferir coerência às infraestruturas de suporte e à integração e coesão territoriais.

Em terceiro lugar, ao orientar a capacitação regional para os desafios da empregabilidade estimulando respostas criativas e inovadoras quer no âmbito social e de proximidade, quer nas ofertas especializadas ou avançadas. Finalmente, a Região definiu, entre 8 Objetivos Mobilizadores para 2014-2020 (capazes de agregar os atores e as vontades regionais), o Objetivo “Reduzir as assimetrias entre litoral e interior, aumentando em 5% o volume de emprego nos territórios mais desfavorecidos/ de baixa densidade.”

Programa Operacional Regional - CRESC Algarve 2020

O CRESC Algarve 2020, enquadra as opções e as prioridades de investimento para Região no horizonte 2020 tendo em consideração os Regulamentos e as orientações comunitários e o definido a nível nacional, nomeadamente no Acordo de Parceria. O CRESC define como principal desígnio transformar o Algarve numa “Região Competitiva, Resiliente, Empreendedora e Sustentável com base na valorização do Conhecimento”, no horizonte 2020.

No enquadramento do financiamento comunitário para a Região, no horizonte 2014-2020, destaca-se a conjugação de Fundos FEDER e FSE, sendo que todas as intervenções financiadas por estes dois Fundos a nível regional estão abrangidas pelo CRESC Algarve 2020, com exceção das intervenções no âmbito da Iniciativa Emprego Jovem, que serão veiculadas através do PO Temático Inclusão Social e Emprego.

A abordagem da problemática dos Territórios de Baixa Densidade, ainda que possa beneficiar dos apoios concedidos em outros Eixos Prioritários, terá como principais Eixos de enquadramento os seguintes:

- Eixo Prioritário 6. Afirmar a coesão social e territorial, abrangendo o apoio a: Desenvolvimento Local de Base Comunitária; Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades; Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais e melhoria do acesso a serviços sustentáveis.

- Eixo Prioritário 5. Investir no Emprego, o qual inclui apoios para: revitalização das comunidades rurais, assim como para a integração no mercado de trabalho de desempregados, candidatos a emprego e inativos; melhoria das condições de empregabilidade e de adaptação à mudança; promoção do empreendedorismo e estímulo à criação de atividade por conta própria e apoio às microempresas.
- Eixo Prioritário 7. Reforçar as Competências, intervindo em domínios como: a Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade; a Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida; a Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho; a Melhoria da rede de equipamentos de ensino e formação
- Eixo Prioritário 4. Reforçar a competitividade do Território, nomeadamente os apoios para a promoção e a valorização do património cultural e natural, afirmando o Algarve como destino turístico de excelência.

As abordagens integradas de desenvolvimento, preconizadas pelos documentos comunitários para este período de programação, com elevado potencial para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, assumem uma elevada importância no CRESC Algarve 2020, o qual propõe uma abordagem global para a operacionalização da estratégia de desenvolvimento regional e a utilização integrada dos instrumentos ao dispor do Algarve. Neste contexto, o Programa propõe a constituição de **uma Plataforma para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Algarve**, assente num modelo de articulação, concertação e responsabilização mútua entre agentes de desenvolvimento regionais relativamente à implementação da estratégia regional e dos instrumentos operacionais disponibilizados pelo Programa Operacional (p.ex., DLBC, estratégias urbanas de desenvolvimento sustentável e de regeneração física, económica e social das comunidades em territórios desfavorecidas (urbanas e rurais).

O Programa define um conjunto de intervenções integradas a implementar no território mais abrangente do que o definido no Acordo de Parceria, considerando-se que, de forma articulada, estes instrumentos podem promover o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade. As intervenções integradas previstas no CRESC Algarve com potencial de dinamização dos Territórios de Baixa Densidade incluem as vertentes seguintes:

- Desenvolvimento Local de Base Comunitária, visando promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada na dinamização e diversificação das economias de base rural e das zonas piscatórias e costeiras.
- Intervenções integradas para a revitalização das comunidades rurais, nomeadamente na área de valorização do património natural e cultural e do potencial endógeno.
- Pacto Territorial para a Empregabilidade (PTE), instrumento territorializado e integrado de combate ao desemprego e de promoção da empregabilidade, tendo em vista uma melhor adequação das respostas ao nível das medidas ativas de emprego e formação profissional.
- Pacto Territorial para a Inclusão Social, com o qual se se pretende criar respostas integradas e completas para diferentes necessidades de grupos sociais em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, apoiando de forma articulada os processos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento de pessoas e das famílias em situação de risco e vulnerabilidade, passando de uma abordagem assistencialista para um modelo de intervenção social mais flexível, assente numa lógica de prevenção e de promoção da cidadania ativa.

Adicionalmente, o Programa prevê a criação de um Sistema de incentivos de base local, para apoio a micro e pequenas empresas localizadas nas áreas de baixa densidade, destinadas a atividades de pequena transformação, artesanato, pequena hotelaria e restauração, cultura e lazer, património, serviços, animação e promoção. Este financiamento deverá ser operacionalizado com recurso ao FEDER, em articulação com o FSE e o FEADER.

Neste enquadramento estratégico e de objetivos de intervenção, importará ter presente algumas lições de experiências anteriores de atuação das políticas públicas para os territórios e para o Desenvolvimento rural-local, em particular lições que se afiguram relevantes, sobretudo num contexto de afirmação problemática dos instrumentos do Desenvolvimento Local de Base Comunitária:

- a natureza das oportunidades de investimento nos meios rurais devem ser encarados na dupla ótica da ocupação e da iniciativa económica dadas as condições de medeação de mercado e de retorno do investimento não se subordinarem de modo linear à valorização económica de carácter imediato;
- insuficiência das políticas de desenvolvimento rural na criação de condições para o desenvolvimento das áreas rurais, inferindo a necessidade de assegurar complementaridades atuantes com outras políticas com incidência no território;
- necessidade de mobilizar recursos (nomeadamente, de iniciativa e liderança) para organizar a participação ativa dos atores públicos, associativos, comunitários e privados nos processos de desenvolvimento rural, segundo lógicas de proximidade e “empowerment”;
- necessidade de dotar as intervenções integradas de base territorial de referenciais estratégicos de base regional e de mecanismos de governação que assegurem a coordenação de longo prazo das intervenções de promoção do desenvolvimento regional e local.



Estratégia Regional de Especialização Inteligente

No âmbito da Estratégia Europa 2020 e da preparação do quadro estratégico para o período de programação 2014-2020 as regiões delimitaram a sua Estratégia de Especialização Inteligente, baseadas nas mais-valias, nas vantagens competitivas e no potencial de excelência de cada região, identificando os setores de afirmação regionais, no cruzamento entre o conhecimento e o mercado.

O Algarve elaborou a sua Estratégia de Especialização Inteligente com base na criação de uma visão partilhada do Algarve que consiste em: “Transformar o Algarve em 2020, numa região dinâmica, inclusiva, sustentável e atrativa para pessoas, talentos e atividades, capaz de gerar mais e melhores empregos e competitiva em bens e serviços com alto valor acrescentado, através da inovação e do conhecimento científico, da excelência do quadro de vida e de instrumentos de governança partilhada, com uma economia qualificada centrada nos domínios do turismo e do mar, apostando ainda em segmentos emergentes no agroalimentar, nas TIC, nas indústrias culturais e criativas, nas energias renováveis e na saúde”.

A definição dos seus setores de especialização procurou reforçar a captura de valor centrada nos recursos endógenos e a dimensão internacional das produções regionais. Desta forma, tendo em consideração, a existência de ativos-chave, as capacidades de cada área e o potencial para a “variedade relacionada” dentro dos cruzamentos dos diferentes setores; o potencial para a diversificação regional; a massa crítica existente ou o potencial crítico, e a posição relativa do Algarve como um nó em redes globais, foram identificados os seguintes setores de especialização inteligente da Região:

- **Setores consolidados: Turismo e o Mar.** Estes são setores reconhecidos pela sua importância económica, pela capacidade de criar e manter postos de trabalho e por serem setores em que a região possui uma base sólida de I&D e outros recursos importantes (p.ex., de recursos naturais).
- **Setores emergentes: Agroalimentar/Agroindustrial, TIC e Atividades Criativas, Energias Renováveis/Economia Verde e Atividades de Saúde e Ciências da Vida.** Estes são os setores com potencial a nível regional, exibindo, no entanto, falhas sistémicas que não permitem a prestação de uma forte base económica para o desenvolvimento, e que ainda não têm, por si próprios, capacidade para conduzir uma estratégia de especialização inteligente. Além disso, esses setores são os fornecedores de tecnologias de base (p.ex., para a “Blue Biotech” ou para apoio ao Turismo), e outros recursos para os setores consolidados e, portanto, devem ligar-se e apoiar-se, uma vez que eles têm também uma natureza transversal, com potencial transformador dos setores consolidados da economia regional.

De destacar que entre os setores de especialização inteligente definidos para a Região se encontram setores estruturantes das economias dos territórios de baixa densidade, nomeadamente o Agroalimentar/Agroindustrial, o turismo, as energias renováveis/economia verde.

Os apoios a conceder no âmbito do CRESC 2020, nomeadamente em termos de competitividade empresarial, inovação, I&D e emprego deverão orientar-se prioritariamente para estes setores, contribuindo para a efetiva especialização da Região em áreas-chave.

Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2014-2020 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (AMAL)

A elaboração do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2014-2020 inseriu-se no âmbito da conceção e preparação do período de programação 2014-2020 para a Região, constituindo um contributo dos Municípios da Região para a preparação do CRESC Algarve 2020. Na sequência do Convite para a submissão do reconhecimento de uma Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) existiu uma adaptação do Plano, constitui-se a EIDT como um instrumento complementar da Estratégia Regional.

O Plano está organizado em torno de seis Prioridades Estratégicas, as quais estabelecem eixos de conexão com os Objetivos Temáticos e Áreas de Intervenção do CRESC Algarve 2020. Para cada uma destas Prioridades Estratégicas o Plano identifica, Objetivos de desenvolvimento específicos, áreas de intervenção relevantes, prioridades de investimento a mobilizar, assim como algumas intenções de investimento e de projetos. A Tabela seguinte apresenta uma síntese das Prioridades de investimento definidas no Plano mais relevantes na ótica dos Territórios de Baixa Densidade..

Prioridade Estratégica	Objetivos específicos mais relevantes	PI	Áreas de intervenção
A. Diversificação da base económica da Região	A1. Promover a disseminação de conhecimento científico e tecnológico e a inovação empresarial em territórios demograficamente mais rarefeitos	1.a 1.b	Protocolo entre a AMAL não e as infraestruturas e instituições de I&D para a conceção de projetos para a disseminação de conhecimento.
	A2. Criar condições infraestruturais e logísticas locais favoráveis à emergência e acolhimento de novas atividades de valorização económica de recursos marinhos e da economia do mar em geral	1.b 8.a	Promoção da articulação e interação entre as infraestruturas de I&D com as áreas de localização empresarial; Unidades de apoio à incubação de iniciativas empresariais de pequena escala de natureza inovadora.
	A3. Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural	8.a 8.b 9.vi 9.d	Unidades de apoio à incubação de iniciativas empresariais de pequena escala de natureza inovadora, incluindo as start up's de base social; Reabilitação da figura dos Centros de Apoio à Criação de Empresas (CACE) para incubação de ideias de negócio; Empreendedorismo local inovador associado a atividades tradicionais, artesanato e outros recursos endógenos; Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assente numa lógica de "recriação" de produtos endógenos, conceção de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais; Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos, incluindo a certificação e denominação de origem e a aposta em novos canais de distribuição; Requalificação de espaços comunitários com o objetivo de ancorar o desenvolvimento da economia dos recursos endógenos; Estratégias de turismo rural; Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego para desempregados e jovens à procura do primeiro emprego; Apoios integrados à capacitação, formação desenvolvimento de planos de negócios; Promoção do artesanato e ofícios tradicionais e apoio ao empreendedorismo cooperativo; Desenvolvimento de novos produtos no âmbito das EDL que potenciem um maior conhecimento e valorização económica dos recursos endógenos do território; consolidação e revitalização do tecido económico local através do apoio ao empreendedorismo.
	A4. Dotar os municípios e os territórios de mais baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos	8.i 8.v	Apoios à transição para a vida ativa de jovens, por via de estágios neste tipo de territórios; Ações de formação abrangentes; Inserção de mão de obra altamente qualificada nestes projetos; Ações de formação.

Tabela 16. Síntese do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve

Fonte: AMAL, Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2020 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, abril de 2015.

Prioridade Estratégica	Objetivos específicos mais relevantes	PI	Áreas de intervenção
B. Alargamento da base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B2. Qualificar os sistemas ambiental e paisagístico, assegurando a reposição de áreas ambientalmente degradadas ou em risco e a gestão sustentável dos recursos naturais e ambientais específicos – rias, estuários, áreas protegidas e ecossistemas específicos	6.c	Qualificação e divulgação de áreas naturais com relevância turística; Promoção turística dos “sítios” de elevado valor natural, cultural e paisagístico através de suportes documentais ou digitais; Intervenções de conservação, de reforço, de valorização e aumento de atratividade dos recursos naturais e da sua biodiversidade (em complementaridade às áreas de intervenção da marca “Parques de Portugal”); Intervenção nas infra estruturas verdes: Intervenções dos percursos de natureza que asseguram a interpretação observação, usufruto e a sensibilização ambiental.
	B3. Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural, que contribuam para favorecer a afirmação de produtos turísticos diferenciadores e um setor emergente na economia da cultura	6.c	Valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico (ex. monumentos, museus, etc.); Intervenção na qualificação, reabilitação, restauro do património cultural com vista à sua sustentabilidade e aumento de visitantes; Desenvolvimento de projetos de animação e programação cultural em rede com potencial de captação de fluxos turísticos e com participação de diferentes equipamentos culturais; Promoção de património cultural marítimo, através de iniciativas ligadas à atividade náutica.
	B4. Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais (artes e ofícios tradicionais), contribuindo para uma oferta integrada de serviços.	8.b 9.b 9.d	Estratégias de marketing territorial; Revitalização de equipamentos de valorização dos recursos naturais; Valorização dos espaços de distribuição; Desenvolvimento de novos produtos; Campanhas de promoção de produtos locais e recursos endógenos.

Tabela 16. Síntese do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve

Fonte: AMAL, Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2020 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, abril de 2015.

Prioridade Estratégica	Objetivos específicos mais relevantes	PI	Áreas de intervenção
C. Promoção do desenvolvimento socio económico de base local como instrumento- chave da coesão social e territorial	C1. Criar condições de sustentabilidade e de ocupação do território rural através da promoção de estratégias participativas de desenvolvimento local baseado nos recursos endógenos locais, ...	8.v 9.b 9.d	Qualificação de trabalhadores de setores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais; Formações Modulares Certificadas; Cheque Formação; Medidas de combate à Desertificação; Construção de equipamentos coletivos; Campanhas de promoção de produtos locais e recursos endógenos.
	C2. Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis	8.iii 8.v 9.i 10.i 10.iii 10.iv	Apoios integrados à capacitação, formação, desenvolvimento de plano de negócios, lançamento da iniciativa e acompanhamento de empreendedores; Qualificação de trabalhadores de setores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais: Formação em Competências Básicas e outras Formações Modulares certificadas e apoios específicos ao emprego para grupos vulneráveis; Apoio à qualificação e emprego de pessoas com deficiências ou incapacidade; Programas de aprendizagem da língua portuguesa; Apoio ao acolhimento e integração de imigrantes (Mediação); Apoios específicos ao emprego para pessoas vulneráveis (pessoas com deficiências ou incapacidades); Ações de aumento da empregabilidade de grupos especialmente vulneráveis (ex-toxicodependentes, ex-reclusos, pessoas com deficiências ou incapacidades, pessoas em situação de pobreza severa); Cursos Básicos de Ensino Vocacional; Formação para Adultos, ensino recorrente e ações nos CQEPs; Cursos Profissionais e CETs de acordo com a RIS 3; Medidas de combate ao abandono escolar e ao insucesso.
	C3. Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão e integração social	9.i 9.iv 9.d	Estratégias de marketing territorial; Revitalização de equipamentos de valorização dos recursos naturais; Valorização dos espaços de distribuição; Desenvolvimento de novos produtos; Campanhas de promoção de produtos locais e recursos endógenos.
	C4. Racionalizar a oferta e melhorar a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal e a qualidade no desempenho desses serviços, nas diversas áreas sociais e destinados aos diversos segmentos de população, ...	9.iv	Reorganização dos Cuidados Continuados e de Proximidade e criação de uma rede de cuidados especializados e de cuidadores de proximidade; Criação de uma Rede Local de Intervenção Social RLIS/ Respostas Integradas de Apoio Social; Oferta de serviços dirigidos à comunidade sénior e população com saúde débil.

Tabela 16. Síntese do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve

Fonte: AMAL, Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2020 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, abril de 2015.

Prioridade Estratégica	Objetivos específicos mais relevantes	PI	Áreas de intervenção
D. Valorização da eficiência da economia de baixo carbono ao nível dos sistemas urbanos e territoriais	D2. Valorizar o potencial de sequestro de emissões de carbono dos municípios mais rurais e demograficamente rarefeitos	4.e	Desenvolvimento do Mercado de Carbono, contribuído para o balanço de emissões nulo, particularmente envolvendo os territórios de Baixa Densidade (em articulação com o FEADER) Investimento em transportes coletivos de passageiros e dos modos suaves, nomeadamente reforço da integração da tarifa multimodal, melhoria de redes de interface e sistemas de informação para os utilizadores.
	D3. Promover a utilização racional e eficiente de energia e a difusão de energias renováveis	4.e	Investimentos em operações integradas de eficiência energética e aproveitamento de energias renováveis
	D4. Enriquecer processos de revisão de Planos Diretores Municipais numa lógica de descarbonização	4.e	Apoio à elaboração de planos de mobilidade à escala sub-regional na perspetiva da sustentabilidade e da articulação intermodal e intermunicipal.

Tabela 16. Síntese do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve

Fonte: AMAL, Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2020 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, abril de 2015.

Prioridade Estratégica	Objetivos específicos mais relevantes	PI	Áreas de intervenção
F.Capacitação do tecido institucional e reforço dos modelos de “governance”	F1. Reforçar a capacidade técnica e administrativa da AMAL para coordenação de projetos intermunicipais a submeter ao PO Algarve 2014-2020, envolvendo funções de acompanhamento e animação técnica desses projetos	11.i	Plano de capacitação da própria AMAL, essencialmente materializado num plano de formação-ação dirigido a quadros da AMAL e de municípios que venham a assumir a coordenação de projetos intermunicipais; Formação dos trabalhadores em funções públicas associada a projetos de modernização administrativa.
	F2. Promover soluções intermunicipais de novos serviços em linha, na geometria variável mais pertinente às necessidades das populações	2.c	Apoio à promoção de uma administração e serviços públicos em rede (digitalização e disponibilização de serviços online, desmaterialização e reengenharia de processos de front-office e backoffice, interoperabilidade de plataformas de suporte) com intervenção nos processos de interação entre a Administração e os cidadãos e empresas, criando as condições de acesso através da identificação eletrónica; ações de fomento do uso de novos modelos descentralizados de prestação de serviços públicos em rede de atendimento para disponibilização dos serviços digitalizados aos cidadãos e agentes económicos.
	F3. Promover processos de reciclagem e de desenvolvimento de novas competências para recursos humanos dos municípios, para resposta a novas necessidades de populações e ajustamento às novas tipologias de projetos a promover pelos municípios	11.i	Formação dos trabalhadores em funções públicas associada a projetos de modernização administrativa; Apoio a ações de diagnóstico e planos de ação para efeitos de simplificação legislativa e racionalidade processual.
	F4. Fomentar condições de desenvolvimento de novas competências no tecido institucional de base local, designadamente no quadro da valorização das parcerias protagonizadas pelas DLBC	11.ii	Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais.
	F5. Promover processos de capacitação de redes de parceria regional e local em domínios que proporcionem condições aprofundadas de participação de comunidades e populações locais	11.ii	Apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e setoriais; Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais; ações de capacitação ao nível da monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas.

Tabela 16. Síntese do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve

Fonte: AMAL, Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2020 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, abril de 2015.

No contexto atual de desenvolvimento assimétrico da Região algarvia, a promoção de políticas públicas dirigidas às necessidades específicas de desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade afigura-se decisiva para alcançar o objetivo do desenvolvimento regional integrado do Algarve.

As orientações estratégicas para o desenvolvimento da Região inscritas no PROT Algarve, identificam o “Desenvolvimento sustentável das Áreas de Baixa Densidade” como um dos programas estratégicos para a promoção de um modelo territorial equilibrado e competitivo desígnio, que em idêntica linha de racionalidade, o PO inscreve no Objetivo estratégico relativo à redução de assimetrias Litoral/Interior atrás mencionado.

Sob este enquadramento, importa desenhar uma política de desenvolvimento nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve, que responda aos desafios existentes e assuma como pressupostos-chave de intervenção:

- Melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das comunidades rurais: melhoria das condições de acesso aos serviços básicos (apoio à infância e à terceira idade, saúde, educação, comunicações, água e saneamento); reabilitação do parque habitacional dos aglomerados rurais e habitações inseridas nas explorações agrícolas; animação do território.
- Competitividade do tecido socioeconómico: diversificação da base económica (nomeadamente, do turismo no espaço rural), estabelecimento de redes inovadoras, criação de espaços de acolhimento, estruturação das fileiras agroalimentares, aproveitamento dos recursos endógenos produtos da terra e do mar, recursos florestais, biomassa, etc.
- Sustentabilidade do território: refuncionalização do território, procurando alternativas a um modelo de ocupação agrícola que tem vindo a ser abandonado com o desenvolvimento dos serviços ambientais do ecossistema, proteção dos valores ambientais e culturais do território (biodiversidade e valores naturais, património rural, artesanato, etc.).

Para aprofundamento desta perspetiva que se centra no binómio “manutenção/atração de atividades -fixação de população”, procede-se à identificação de um conjunto coeso de eixos estruturantes para um futuro programa integrado de intervenção nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve, bem como dos instrumentos de programação estratégica, corporizados num conjunto de “Iniciativas-âncora”, que poderão contribuir para dotar estes territórios de condições para o seu desenvolvimento integrado.



03

Prioridades de
intervenção

Os Territórios de Baixa Densidade (TBD) compreendem cerca de 2/3 da Região algarvia, com especificidades próprias e ritmos diferenciados de desenvolvimento. A análise documental, complementada com a recolha de informação empírica durante o trabalho de campo, permitiu aferir que cada uma das unidades sub-regionais que compõe os TBD do Algarve - Costa Vicentina, Serra Algarvia, Barrocal, Baixo Guadiana - apresenta características biofísicas e sociodemográficas distintas, a que estão associadas oportunidades e necessidades de desenvolvimento próprias.

Atualmente, este espaço territorial apresenta dinâmicas de desenvolvimento de amplitude diversa, por um lado, as freguesias mais próximas do litoral e dos principais núcleos urbanos com ganhos de atratividade (melhores condições de bem-estar, oportunidades de emprego, etc.), em resultado das sinergias positivas geradas pela proximidade às economias de aglomeração; por outro lado, nas freguesias mais “serrenhas” do Interior algarvio, um agravamento das assimetrias face ao Litoral⁹¹, num registo preocupante de aprofundamento das condições sociodemográficas e económicas de depressão territorial e que se evidenciam no “duplo envelhecimento” da população.

Capital Natural e Humano dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve

- Diversidade paisagística e presença valores naturais únicos (38,6% do território inscrito em Rede Natura 2000);
- Produtos tradicionais genuínos e de qualidade (mel, doces regionais, figo seco, queijo de cabra, enchidos, ...);
- Diversidade de fileiras agroalimentares (pequenos frutos vermelhos, aguardente de medronho, alfarroba, batata-doce, pesca costeira, ...);
- Múltiplos recursos florestais (material lenhoso – eucalipto, biomassa, cortiça, cogumelos silvestres, medronho, caça, ...);
- Alojamento em espaço rural e infraestruturas de apoio para o turismo de Natureza/turismo ativo (Via Algarviana);
- Forte identidade territorial e competências (saber fazer local) (património natural e histórico-cultural, artesanato).

Perante esta realidade dicotómica, torna-se mais premente a necessidade de diversificar a base da estrutura económica regional, a partir de uma utilização mais eficiente e reprodutiva dos recursos endógenos presentes nos Territórios de Baixa Densidade. Assim, importa estruturar a arquitetura para intervir nestes territórios na vigência do período de programação 2014-2020 e que se pode concretizar em torno dos **Eixos estruturantes** seguintes: *Estímulo ao investimento económico-produtivo; Capacitação dos agentes económicos; Melhoria das condições de suporte para a fixação de pessoas e para o desenvolvimento da atividade económica.*

A organização dos Eixos estruturantes para a intervenção nos Territórios de Baixa Densidade pressupõe o envolvimento dos atores locais relevantes (nomeadamente, as ADL, os Municípios e Organismos desconcentrados da Administração Central) e o fomento das parcerias públicas e privadas para a promoção local de emprego, a equacionar no âmbito a conceção de um “Pacto Territorial” para o desenvolvimento destes territórios que também aprofunde as potencialidades da relação entre os espaços urbanos do Litoral e os aglomerados do Interior algarvio e entre estes e os territórios vizinhos.

⁹¹ Esta situação é particularmente grave no Nordeste algarvio, onde foi delimitada uma área-piloto para o combate à

desertificação no âmbito do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação.

A dinamização socioeconómica proposta pressupõe o reforço e a diversificação da base produtiva, assente na valorização do património natural e na utilização dos recursos endógenos e comporta um esforço adicional em infraestruturas e equipamentos básicos nas zonas do interior, com vista a proporcionar condições que mantenham os ativos nos seus locais de residência, fixem população jovem e atraiam iniciativas empresariais, conforme

era estabelecido na Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade inscrita no PROAlgarve 2000-2006. Nessa perspetiva, a mobilização do potencial de desenvolvimento local também deverá inscrever intervenções no âmbito da qualificação dos recursos humanos e da organização/assistência técnica aos produtores e agentes económicos locais.

3.2

Instrumentos de Programação Estratégica

Na linha de racionalidade descrita, as Iniciativas-âncora adiante apresentadas representam um conjunto de oportunidades para intervir nos Territórios de Baixa Densidade. As propostas inserem-se numa ótica de desenvolvimento territorial integrado e visam combinar contributos para a *Sustentabilidade ambiental* (incluindo a dinamização de uma economia regional de baixo carbono, o aumento da resiliência do território face às alterações climáticas e o combate à desertificação no Interior algarvio) e para a *Revitalização económica e social das zonas rurais*, com valorização de recursos endógenos e saberes territorialmente inscritos e dinamização do emprego que absorva competências escolares e profissionais.

O passado das políticas públicas com incidência nestes territórios releva a complexidade que este desafio encerra, decorrente das condicionantes ao investimento (maior aversão ao risco dos empresários, carácter familiar e informal de um grande número de atividades económicas e elevada estrutura etária dos potenciais investidores) e, sobretudo, do défice de dinamismo económico-empresarial.

Da análise da informação empírica recolhida nas entrevistas realizadas no decurso do trabalho de campo, foi evidenciado que as oportunidades de desenvolvimento nos Territórios de Baixa Densidade devem ser perspetivadas através da diversificação da atividade económica assente nas micro e muito pequenas empresas, uma dimensão que exige uma formulação de políticas públicas de espectro largo, flexíveis e ajustadas à realidade dos territórios de intervenção. Na prática, trata-se de conciliar as atividades agrárias com outras que podem ser desenvolvidas em meio rural (artesanato, pequena indústria, turismo rural, turismo de natureza, ...) por forma a gerar emprego e rendimento e, assim, fixar as populações, diversificando as atividades económicas e preservando valores culturais, sociais e ambientais.

A promoção da melhoria da competitividade territorial, da sustentabilidade ambiental e da coesão territorial constituem objetivos estratégicos que podem ser materializados através de um conjunto de projetos-âncora com capacidade de aglomeração e outras iniciativas e atividades complementares que explorem uma abordagem multifuncional do território e que possibilitem a reindustrialização das fileiras agroalimentares do Algarve ancoradas na produção primária dos TBD (p.ex., fileira da alfarroba, tanto na vertente económica como na vertente da sustentabilidade, enquanto sumidouro de carbono), a valorização turística e económica dos recursos endógenos (património natural, recursos florestais, etc.) e que possam contribuir para aumentar a atratividade dos Territórios de Baixa Densidade, nomeadamente, para a fixação de população.

As propostas constantes das “**Iniciativas-âncora**” podem encontrar apoios financeiros à sua execução nos fundos comunitários - FEADER (apoio à instalação de jovens agricultores e à modernização e competitividade do setor agrário e florestal, pagamento de serviços agro e silvo-ambientais, desenvolvimento rural/LEADER); FEDER e Fundo de Coesão (desenvolvimento e sustentabilidade dos territórios); FSE (Capacitação e qualificação dos agentes e atores locais) - e fundos nacionais (Fundo Florestal Permanente, Fundo Português de Carbono, Fundação para a Ciência e a Tecnologia). No Ponto III.3 procede-se a uma sistematização mais fina destes elementos de financiamento, com a informação disponível à data deste Relatório.

Programas	Medidas
1. Promoção do desenvolvimento sustentável do território	A. Programa de intervenção na área-piloto de combate à desertificação do Nordeste algarvio
2. Estímulo ao investimento económico- produtivo	B. Desenvolvimento da Fileira dos produtos da terra e do mar
	C. Valorização dos Recursos florestais
	D. Estruturação da oferta turística no Algarve natural
	E. Assistência Técnica aos Agentes Económicos e Produtores (Redes de comercialização e Serviços)
3. Estímulo à transição para uma economia de baixo carbono	F. Economia Verde (Algarve Carbono Zero)
4. Melhoria das condições de suporte para a fixação de pessoas e para o desenvolvimento da atividade económica	F. Economia Verde (Algarve Carbono Zero)

- **A. Programa de Intervenção na área-piloto de combate à desertificação do nordeste algarvio**

O Algarve é uma das regiões europeias que apresenta risco elevado de desertificação em termos biofísicos (solo, água, clima e vegetação) e humanos. Os cenários das alterações climáticas antecipam um agravamento do risco de desertificação no território inscrito na “Área-piloto de combate à desertificação no Algarve”⁹², situada no Nordeste algarvio (Serra do Baixo Guadiana) que compreende o Concelho de Alcoutim e as freguesias de Odeleite e Azinhal, no concelho de Castro Marim.

O Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), que se encontra atualmente em fase final de revisão, compreende um conjunto de planos de ação regionais, de cariz mais operacional. No caso concreto do Algarve, foi identificado um conjunto de propostas de atuação que se sintetizam em duas linhas principais de intervenção estratégica, complementares entre si:

- Promoção da melhoria das condições de vida das populações das áreas vulneráveis;
- Promoção da gestão sustentável dos ecossistemas, na perspetiva da adaptação às alterações climáticas e da conservação da biodiversidade.

O Programa de Ação Regional de Combate à Desertificação do Algarve (PARCDA) perspetiva a mobilização de recursos de financiamento de múltiplos fundos (FEDER, FEADER e Fundo Florestal Permanente) para a respetiva implementação com vista à concretização de um conjunto de objetivos estratégicos que compreendem a fixação de população, a conservação do solo e da água e a recuperação das áreas em processo acelerado de degradação.

Das várias intervenções preconizadas, sinaliza-se no 1º Eixo de Intervenção a importância dos incentivos para a diversificação do tecido económico e na melhoria das condições do acesso à saúde e educação.

No 2º Eixo, destaca-se a promoção da gestão sustentável dos ecossistemas das áreas rurais e a recuperação ambiental e paisagística das áreas degradadas (p. ex., recuperação dos montados de sobro e azinho e das áreas de regadio degradadas na serra), assente em modos de produção multifuncionais sustentáveis, de que os sistemas agroflorestais extensivos são um bom exemplo, nomeadamente, na valorização da exploração pecuária em regime extensivo de pequenos ruminantes autóctones (ovelha churra algarvia e a cabra algarvia) e da apicultura (mel de rosmaninho) e que contribuam para a conservação do solo e da água.

⁹² Esta área-piloto foi criada pela Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e pela Subcomissão Regional e teve como objetivo desenvolver projetos de experi-

mentação/ /demonstração e a avaliação das medidas e ações realizadas neste território com o objetivo do combate à desertificação.

Trata-se de um território em que a manutenção de espaços agrícolas é fundamental para o ordenamento do território, criando e mantendo a fragmentação das manchas florestais e preservando a qualidade paisagística e os *habitats* necessários para dinamizar o Turismo de Natureza e as condições de suporte para a atividade cinegética.

A investigação/experimentação destinada à prevenção, adaptação e mitigação dos processos de desertificação em áreas de risco⁹³, o pagamento dos serviços ambientais e o aproveitamento económico dos recursos silvestres⁹⁴ (atividades produtivas agrícolas, pecuárias, florestais e cinegéticas, de base sustentável), assumem linhas importantes de suporte para a intervenção no território.

A resolução dos problemas associados aos processos de desertificação carece de soluções integradas de médio/ longo prazo e apesar dos investimentos que têm sido realizado neste território nas últimas duas décadas com base em fundos públicos (nomeadamente, em infraestruturas e também no âmbito da política agrícola e de desenvolvimento rural), tem-se verificado uma reprodutividade mitigada na inversão do declínio demográfico e económico.

Daqui decorre a necessidade de promover uma maior concertação dos vários programas e recursos de financiamento no período de programação 2014-2020, nomeadamente, através de uma abordagem territorial que contribua para intervir com eficácia numa realidade geográfica e biofísica delimitada, de âmbito supramunicipal e dinamizar uma participação ativa dos atores da sociedade civil, em articulação com a Administração Central e Regional⁹⁵.

O modelo de intervenção a prosseguir deverá nortear-se por uma maior seletividade das linhas de ação a desenvolver baseadas no princípio da discriminação positiva dos projetos de investimento, de modo a contribuir para dinamizar projetos locais e regionais interdependentes e relevantes para a especificidade do território de intervenção. No caso algarvio, esta perspetiva beneficiaria se alarga-se a sua abrangência às freguesias de Cachopo (Tavira) e do Ameixial (Loulé), freguesias limítrofes que apresentam dimensões--problema e elementos de caracterização biofísica, económica e sociodemográficos de natureza semelhante.

⁹³ O PARCD Algarve preconiza a criação de um Centro de Referência para a investigação/boas práticas de demonstração/formação na Mata Nacional das Terras da Ordem (Odeleite).

⁹⁴ A valorização económica da cabra algarvia e dos produtos derivados (p.ex., queijo fresco), uma raça autóctone bem adaptada e identitária deste território, é disso um bom exemplo.

⁹⁵ Em termos práticos, importaria visitar a “Estratégia das Furnazinhas” (Abril 2004 a Novembro 2008) e estruturar uma nova estratégia integrada de intervenção.

- **B. Desenvolvimento da fileira dos produtos da terra e do mar**

O setor agroalimentar é fundamental para a valorização dos recursos endógenos do Algarve, nomeadamente da produção primária e dos produtos regionais de qualidade que detêm fortes raízes identitárias nos Territórios de Baixa Densidade (nomeadamente, no Barrocal e na Serra Algarvia). No que concerne aos produtos do mar com origem nos Territórios de Baixa Densidade, destacam-se a pesca costeira⁹⁶, a transformação de sal marinho e a produção de flor de sal.

Os vários os produtos oriundos da Região com potencial de comercialização são suscetíveis de adição de valor através da inovação tecnológica, produtiva e de mercado, um domínio no qual a certificação dos produtos de qualidade pode dar um contributo relevante⁹⁷.

A intervenção das políticas públicas neste domínio constitui uma prioridade na perspetiva da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, que espera encontrar no PDR Continente 2020 os instrumentos de financiamento necessários para concretizar a estruturação da produção primária das principais fileiras agrárias do Algarve (p.ex., citricultura, alfarroba⁹⁸, apicultura e batata-doce). A criação das Organizações de Produtores (OP) para a concentração da produção e para a criação das necessárias economias de escala na promoção e comercialização, constitui o caminho crítico para a sustentabilidade das centrais de armazenamento e para o acesso ao mercado, nomeadamente, na articulação com a grande distribuição⁹⁹, com vista a uma melhor integração dos produtores na cadeia de valor e, concomitantemente, para a valorização dos produtos de qualidade certificada (DOP e IGP), sobretudo nos mercados da exportação.

A estruturação de um conjunto de planos de ação setoriais de fileira afigura-se decisiva para o sucesso desta âncora de intervenção. Os projetos a desenvolver neste âmbito deverão privilegiar a estruturação das cadeias de valor¹⁰⁰, indutores da concentração da oferta a montante e do desenvolvimento dos segmentos da transformação/ inovação e do embalamento/marketing/comercialização a jusante, numa perspetiva do contributo para a diversificação da base agrotransformadora regional. Adicionalmente, estes projetos de fileira poderão contribuir para a atração de novos agentes económicos, bem como para a fixação de jovens agricultores.

Neste domínio de atuação, a estratégia de (re)industrialização da fileira da alfarroba que a AIDA está a desenvolver, assente na instalação de unidades industriais com capacidade de valorização da polpa (nomeadamente, para a produção de bioetanol para adição ao gasóleo no âmbito das obrigações nacionais, face aos objetivos da política comunitária de ambiente de incorporação de biocombustíveis) e na produção de goma de alfarroba (transformação da semente), surge como uma componente essencial para a estruturação de um *cluster* da alfarroba no Algarve.

⁹⁶ Importa ainda sinalizar as pequenas comunidades piscícolas da Costa Vicentina que têm na pesca costeira (p.ex. sargo da costa, recentemente eleito como um dos sete sabores do Barlavento algarvio) e na apanha de marisco (p.ex., percebes) uma importante fonte de rendimento e de ocupação.

⁹⁷ Cf. Oliveira das Neves, António. 2003. Condicionantes e Potencialidades dos produtos tradicionais na região do Algarve. CCDR Algarve. A DRAP Algarve tem em curso um projeto de identificação das fruteiras regionais com potencial de comercialização, tendo já identificado o “pêro de Monchique”.

⁹⁸ A valorização da produção primária da alfarroba constitui uma oportunidade para a recuperação dos pomares tradicionais de sequeiro que constituem uma imagem de marca do Barrocal algarvio.

⁹⁹ O fato de a grande distribuição efetuar a aquisição dos produtos em centrais de compras de âmbito nacional condiciona fortemente a entrada da produção local (e, mesmo, regional) nas grandes superfícies.

¹⁰⁰ No caso concreto da alfarroba, da amêndoa e do figo, a estabilização da rentabilidade económica destes agro-produtos revela-se crucial para a recuperação do pomar tradicional de sequeiro, o principal suporte da atividade agrícola do Barrocal algarvio e uma das imagens mais fortes de identidade paisagística do Algarve.

O trabalho em rede constitui um outro fator crítico para o sucesso das propostas preconizadas nesta linha de intervenção de valorização dos produtos da terra e do mar¹⁰¹, nomeadamente no que concerne aos produtos tradicionais produzidos em pequenas unidades de transformação (p.ex., enchidos, queijos, artesanato¹⁰², aguardente de medronho e mel). Neste contexto, as redes colaborativas e inovadoras constituem uma dimensão emergente que deve ser equacionada como um modelo de negócio a incentivar no âmbito do desenvolvimento rural sustentável, nomeadamente, para a criação das condições de viabilidade económica dessas pequenas unidades de transformação.

A burocracia associada ao licenciamento e funcionamento das pequenas unidades de transformação agroalimentar e aos custos fiscais da manutenção das empresas, constituem aspetos que condicionam fortemente o empreendedorismo e a dinâmica do tecido empresarial nos Territórios de Baixa Densidade e que acabam por levar à não produção ou ao recurso a formas de economia informal.

O desenvolvimento de um projeto-âncora neste âmbito de intervenção, conforme é identificado no Estudo “Condicionantes e Potencialidades dos Produtos tradicionais na Região do Algarve”, passa pelo estabelecimento de um conjunto de ações e iniciativas com incidência nos seguintes domínios:

- envolvente territorial das produções e dos respetivos produtores;
- condições de produção primária, nomeadamente ao nível das infraestruturas e equipamentos das explorações agro-rurais;

- condições de transformação e comercialização dos produtos;
- desenvolvimento de produtos de qualidade, com margem de progressão para encetar/consolidar processos de certificação¹⁰³;
- ações de promoção e marketing dos produtos tradicionais de qualidade, com identificação de entidades responsáveis, parceiros a envolver e faseamento de realização;
- integração dos produtos tradicionais em iniciativas promocionais de “banda larga”, p.ex., a promoção da Dieta Mediterrânica, uma boa oportunidade para a ligar os produtos da terra e do mar algarvios ao turismo.

Finalmente, nas propostas de **Iniciativas-âncora** considera-se a possibilidade de analisar a viabilidade técnico-económica e financeira de criação de um Matadouro multifuncional que responda à inexistência de uma unidade regional de abate para processar efetivos pecuários (bovinos, suínos e pequenos ruminantes – ovinos e caprinos), a par da importante componente caça (javali, lebres, coelhos e perdizes, sobretudo) da Serra Algarvia, mas também de concelhos limítrofes do Baixo Alentejo. A eventual localização deste investimento em Almodôvar, conforme proposto na Ficha de Iniciativa-âncora constitui um exemplo de intervenções a incidir em Territórios de Baixa Densidade que se situam para além das fronteiras regionais, em razão de uma área de influência direta e indireta que poderá abranger concelhos do Baixo Alentejo, com padrão de recursos e necessidades de intervenção semelhantes às da Serra Algarvia.

¹⁰¹ De acordo com o estudo realizado no âmbito do Projeto RUR@L INOV (2013) com base no inquérito à inovação nas áreas rurais portuguesas, “a inovação em rede é ainda uma realidade emergente, mas digna de nota, sobretudo, no caso das empresas/empresários que a empreendem motivadas por necessidade de ganhos de escala, quer do lado do aprovisionamento de matérias-primas, quer do lado da oferta de produtos”. (http://www.gpp.pt/flash/doc/RUR@L%20INOV_Inquerito_inovacao_recomendacoes.pdf)

¹⁰² O Projeto TASA - Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (<http://www.projectotasa.com/>), apoiado pela CCDR Algarve, centra-se na inovação estratégica do produto artesanal, na perspetiva da sua valorização, (re)

identificação e (re)interpretação da cultura de artesanato tradicional regional – materiais, técnicas, saberes e fazeres locais, com a inovação estratégica, contextualizando o artesanato com as necessidades contemporâneas, no sentido de reabilitar o seu estatuto cultural e comercial.

¹⁰³ O encerramento da APAGAL - Associação para os Produtos Agroalimentares Tradicionais Certificados do Algarve, em 2009, criou um vazio neste domínio de atuação (certificação dos produtos de qualidade regionais) que, de certo modo, está a condicionar a valorização dos produtos tradicionais de qualidade.

• C. Valorização dos recursos florestais

Os recursos florestais assumem um papel primordial na perspetiva da valorização do Capital Natural presente nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve.

De acordo com os dados preliminares do último Inventário Florestal Nacional (ICNF, IFN6 - 2010), a floresta ocupa mais de 120.000 há no Algarve, compreendendo dois sistemas florestais: (1) sistemas florestais de produção lenhosa com maior incidência no Barlavento algarvio (plantações industriais de eucalipto e pinheiro bravo); (2) sistemas florestais mediterrânicos extensivos no Sotavento algarvio (sobreiral e azinhal da Serra Algarvia e pinheiro manso¹⁰⁴).

O despovoamento e o abandono dos sistemas agrários tradicionais criou uma oportunidade para o desenvolvimento do setor florestal nos Territórios de Baixa Densidade. Daqui resulta espaço para apostar na florestação¹⁰⁵, na recuperação dos ecossistemas florestais degradados e também na gestão dos ativos florestais existentes, a qual desejavelmente deverá ser encaminhada para a certificação florestal nos sistemas intensivos de produção lenhosa e nos sistemas de produção suberícola de qualidade.

A **promoção da gestão profissional e sustentável dos recursos florestais** deve assumir primazia na estratégia de valorização da floresta algarvia, nomeadamente, nos sistemas de uso múltiplo, nos quais a estruturação da exploração dos recursos silvestres dos sistemas mediterrânicos – cogumelos, frutos silvestres, etc. – assume uma importância primordial no desafio da rentabilização económica.

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), que incidem sobre 68.931 ha, constituem uma oportunidade para a intervenção com escala no território, numa primeira instância na proteção dos espaços florestais (Defesa da Floresta Contra Incêndios e combate a pragas e doenças) e na estrutura da paisagem (manutenção de galerias ripícolas e recuperação de áreas florestais em declínio), mas também na ótica da gestão dos espaços florestais e comercialização dos produtos florestais.

A **atividade cinegética** constitui uma outra âncora importante para a intervenção nos Territórios de Baixa Densidade. Com 77% do território ordenado, as Organizações do Setor da Caça constituem um agente de gestão do território (controlo de combustíveis florestais e manutenção do mosaico da paisagem) e contribuem para a dinamização das economias locais quer por via indireta (alojamento e restauração), quer por via direta, dos empregos de cria (p.ex., Guardas de Recursos Florestais).

A floresta algarvia também desempenha um papel relevante de suporte ao turismo tanto na valência do Turismo de Natureza, como na valência complementar do Turismo Ativo (Desportos de Natureza). O Turismo cinegético constitui uma valência do complexo do Turismo de Natureza que constitui uma oportunidade de negócio para os Territórios de Baixa Densidade (nomeadamente, do Nordeste algarvio) e que poderá ser objeto de uma estratégia de intervenção ancorada num plano de desenvolvimento que permita a estruturação da oferta da prática cinegética com o alojamento TER (p.ex., criação de um canal específico para operadores turísticos), a qualificação do produto, a valorização das boas práticas de sustentabilidade da atividade cinegética (p.ex., certificação Wildlife Estate) e a promoção do marketing territorial em torno da caça da perdiz-vermelha¹⁰⁶.

O setor corticeiro, cujos segmentos da produção suberícola das Serra do Caldeirão e de Monchique e da preparação/transformação em Silves e, sobretudo, em São Brás de Alportel estão a apresentar sinais alarmantes de declínio, merece uma referência especial neste contexto e justifica uma intervenção integrada no quadro das políticas públicas vidando o aprofundamento da integração desta fileira, de forma a criar um *cluster* regional de valorização da cortiça algarvia¹⁰⁷.

¹⁰⁴ A instalação dos povoamentos de pinheiro manso resulta da arborização de terras agrícolas marginais ocorrida no Nordeste algarvio (Tavira, Alcoutim e Castro Marim), sobretudo durante a vigência do Regulamento (CEE) n.º 2080/92.

¹⁰⁵ A florestação pode ter como objetivos a produção lenhosa, fins múltiplos ou a proteção do solo e da água. Neste contexto, a instalação de sistemas agroflorestais constitui uma linha de intervenção que deveria ser objeto de tipificação na Região atendendo às características específicas destes sistemas no Algarve – montados de sobre e azinho, os pomares tradicionais de sequeiro (alfarrobeira e medronheiro).

¹⁰⁶ O Nordeste algarvio é reconhecido no meio cinegético como o “solar da perdiz vermelha”. A Câmara Municipal de Alcoutim vai organizar este ano a 1.ª edição da Feira da Perdiz.

¹⁰⁷ Neste domínio, salienta-se o percurso desenvolvido pela empresa Nova Cortiça de São Brás de Alportel, que tem aproveitado os apoios públicos disponibilizados via FEADER e FEDER para se modernizar e desenvolver face às necessidades do mercado. Recentemente, lançou um novo produto de Turismo industrial que tira partido da notoriedade internacional da cortiça e do polo da indústria corticeira de São Brás de Alportel. A “Rota da Cortiça” é outro produto turístico fortemente ancorado na identidade deste território corticeiro.

• D. Estruturação da oferta turística no Algarve natural

O desenvolvimento do turismo em Portugal deve assentar numa estratégia nacional que espelhe os interesses e potenciais de desenvolvimento de cada região e que promova a articulação do turismo com o ordenamento do território, ambiente, desenvolvimento rural, património cultural, saúde, desporto e infraestruturas, conforme é proposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de Abril que estabelece as orientações para a revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015¹⁰⁸.

No caso do Algarve, o desenvolvimento turístico passa pela diferenciação da oferta, pela aposta em produtos permanentes e em propostas de novos nichos integradas numa estratégia global para a Região. O Algarve dispõe de condições naturais de excelência para o desenvolvimento da atividade turística ligada à exploração do capital endógeno dos Territórios de Baixa Densidade¹⁰⁹. Nessa perspetiva, identificam-se quatro eixos de intervenção que podem materializar uma Iniciativa-âncora para estruturar a oferta turística integrada no “Algarve natural”:

- Turismo de Natureza (com destaque para o segmento do turismo ornitológico);
- Turismo ativo (Desportos de Natureza);
- Turismo em Espaço Rural;
- Turismo itinerante (Autocaravanismo).

A procura das áreas rurais e naturais para as práticas de lazer e turismo encontra-se em crescimento, um aspeto que tem sido acompanhado pelo aumento gradual da oferta de alojamento TER e de empresas a operar no mercado do Turismo de Natureza. O binómio Natureza/Paisagem é um dos aspetos mais valorizados pelos turistas que visitam o Algarve quer no Verão, quer ao longo do ano e que se assume como uma mais-valia do território a qual associada à prática do turismo e do lazer, pode constituir um motor de desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade.

A Região de Turismo do Algarve tem vindo a desenvolver um eixo de intervenção (Natureza – um outro Algarve), no âmbito da Campanha promocional do Turismo do Algarve¹¹⁰. Esta campanha setorial procura evidenciar a genuinidade do Interior do Algarve – uma vertente que tem incidência privilegiada nos Territórios de Baixa Densidade.

O desenvolvimento do Turismo de Natureza está ancorado na “Via Algarviana”, um percurso pedestre ao longo de uma extensão de 300 km que se inicia em Alcoutim, no Rio Guadiana e termina no Cabo de São Vicente na Costa Vicentina, atravessando várias aldeias do Interior do Algarve. Este segmento do turismo algarvio foi enquadrado no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT 2013-2015), aquando da sua revisão sendo classificado como um produto em desenvolvimento, o qual poderá tirar partido das boas condições naturais da Região e valorizar nichos ligados ao turismo ativo/desportos de natureza, nomeadamente, pedestrianismo (*hiking*), BTT (*biking*) e surf.

Dentro do Turismo de Natureza, o segmento ornitológico (*birdwatching*) surge como um nicho de mercado suscetível de desenvolvimento na Região, dada a presença de várias zonas importantes para a observação da avifauna¹¹¹ (p.ex., Sagres, Serras de Monchique e do Caldeirão, Baixo Guadiana - Alcoutim, Foz de Odeleite, Sapal de Castro Marim), conforme é identificado no PENT 2013-2015. No entanto, este nicho especializado do segmento do Turismo de Natureza requer um conjunto de condições de suporte específicas que poderão condicionar a sua afirmação no contexto regional, tais como guias especializados, habilitados com informação sobre a avifauna e respetivos *habitats* e oferta de alojamento ajustado às necessidades dos turistas ornitológicos.

¹⁰⁸ A relevância do Turismo de Natureza enquanto produto estratégico para o desenvolvimento do turismo em Portugal foi reforçada aquando da revisão do PENT (2013-2015).

¹⁰⁹ O contacto com a natureza, a paisagem e os valores culturais são algumas das principais motivações dos turistas que procuram o Turismo de Natureza e que se encontram nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve.

¹¹⁰ Campanha “Algarve, o segredo mais famoso da Europa”, campanha de marketing promocional do Algarve, lançada em 2010. A Região de Turismo do Algarve está a preparar um Plano Estratégico para o Turismo de Natureza que visa quantificar o peso deste segmento no turismo algarvio e estabelecer orientações para estruturar a oferta e promover o desenvolvimento do Turismo de Natureza na Região.

¹¹¹ Dentro do turismo ornitológico (“Birdwatching”), destaca-se a importância da observação de aves migratórias, com destaque para o promontório Sagres (importante ponto de passagem das rotas migratórias) e a zonas húmidas da Ria Formosa e do Sapal de Castro Marim.

Outros recursos da oferta turística do Algarve, pela sua dimensão mais reduzida correspondem a nichos com expressão sobretudo local, podem ser desenvolvidos nos Territórios de Baixa Densidade, explorados ou aprofundados numa ótica de diversificar a oferta turística regional¹¹², mas que numa perspetiva do fomento das complementaridades poderão ser integrados numa rede regional de promoção do turismo no “Outro Algarve” e em articulação com a oferta de alojamento no Turismo em Espaço Rural:

- Turismo cultural – *Touring* (associado ao património histórico e das tradições culturais – pesca costeira e do rio Guadiana, artesanato, tradições rurais, etc.);
- Turismo de saúde e bem-estar (p.ex., Turismo termal nas Caldas de Monchique);
- Turismo gastronómico;
- Turismo cinegético;
- Autocaravanismo.

O Turismo em Espaço Rural é um domínio da atividade turística que tem registado um crescimento significativo no Algarve, nomeadamente por via dos apoios concedidos para o desenvolvimento rural/abordagem LEADER. Todavia, regista-se a necessidade de estruturar um trabalho em rede que permita concretizar em pleno o conceito de “turismo em espaço rural”¹¹³ e, nesse sentido, integrar a oferta de alojamento com a animação turística dos territórios onde estas unidades se inserem, nomeadamente do Turismo de Natureza/Turismo ativo.

De acordo com o estudo de caracterização da atividade de Turismo de Natureza no Algarve (Proactivetur, 2014), existe um potencial de crescimento de procura relativamente às unidades de alojamento que oferecem atividades de Turismo de Natureza por caminhadas, cicloturismo/BTT, atividades náuticas e *birdwatching*. A valorização de produtos temáticos focados em atividades de natureza, que sejam desenvolvidos em sinergias e focados numa experiência integral para os turistas (p.ex., rotas temáticas).

¹¹² Existem outros nichos mais especializados emergentes, tais como a fotografia de aves, o *trail running* e o *geocaching*, por exemplo, que podem ser explorados ou aprofundados numa ótica de diversificar a oferta turística regional do Turismo de Natureza.

¹¹³ Turismo no espaço rural é entendido como um produto completo e diversificado que integra as componentes de alojamento, restauração, animação e lazer, baseado no acolhimento personalizado e nas tradições mais genuínas da gastronomia, do artesanato, da cultura popular, da arquitetura, do folclore, e da história (Fonte: DGADR).

O Projeto “Puro Algarve – o seu destino natural” constitui um bom exemplo de um projeto-âncora para a dinamização do turismo nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve, nomeadamente do turismo de natureza, numa lógica de “marketing territorial” que possibilite projetar em termos nacionais e internacionais as potencialidades destes territórios, através da criação e promoção da marca como espaço com identidade, singular e autêntico.



O Turismo Itinerante constitui uma outra linha de intervenção com potencial de crescimento no Algarve identificada no “Memorando Turístico do Algarve – Propostas para uma região sustentável” (RTA, 2011) e cujos impactos são suscetíveis de apropriação por parte dos Territórios de Baixa Densidade (um autocaravanista gasta em média 50 euros por dia e tem estadias médias de 42 dias no Algarve¹¹⁴). O autocaravanismo, segmento emergente do turismo em Portugal, permite diversificar a oferta turística da Região, contribuindo para atenuar a sazonalidade do turismo algarvio¹¹⁵.

O período de programação 2014-2020 constitui uma oportunidade para concretizar a criação de uma rede de áreas de serviço infraestruturadas para autocaravanas¹¹⁶ que constitua um fator de atratividade para a visitação do interior do Algarve (articulada com a oferta de produtos de Turismo de Natureza, p.ex.,) e para a geração de emprego direto (serviços de manutenção das áreas de serviço) e indireto (restauração e comércio locais).

As perspetivas de desenvolvimento deste segmento da atividade turística nos Territórios de Baixa Densidade, perpassam pelo desenvolvimento de atuações contextualizadas (estratégicas), no âmbito do triângulo competitividade (produto e destinos), sustentabilidade (negócios e bacias de receção) e impactes (atividades e sistemas agro-rurais, bem como nos processos de desenvolvimento rural) que permitam a indução de impactos positivos na envolvente socioeconómica desses territórios, conforme foi identificado no “Estudo de caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal” (IESE, 2008)¹¹⁷.

No caso concreto do Turismo de Natureza, é prioritário proceder a uma estruturação da oferta integrada competitiva a nível internacional deste segmento do turismo algarvio por forma a possibilitar as parcerias com operadores internacionais especializados, com foco nos mercados emissores predominantes, como são os casos da Alemanha, Holanda e Reino Unido, mas também em mercados com potencial de crescimento (Bélgica, França, Escandinávia, Brasil e Estados Unidos da América).

¹¹⁴ In “Autocaravanistas ficam em média de 42 dias no Algarve”, *Diário de Notícias*, 16 de Março de 2014.

¹¹⁵ Conforme foi sublinhado nas conclusões do debate “Novas perspetivas para o Algarve - Turismo de nichos” (RTA, Maio 2011), existe a necessidade de apostar no desenvolvimento de condições para a prática do autocaravanismo de forma ordenada e com contrapartidas para a Região. A este propósito, refira-se que a CCDR Algarve apresentou em 2008 o estudo “Caracterização do autocaravanismo na Região do Algarve e proposta para a definição de uma estratégia de acolhimento” na qual são identificadas propostas de atuação com incidência na intervenção das autarquias e da RTA (promoção/divulgação). (Alexandre Domingues, Rui Guerreiro e João Moura. 2008. *Caracterização do autocaravanismo na Região do Algarve e proposta para a definição de uma estratégia de acolhimento*. CCDR Algarve).

¹¹⁶ Segundo depoimento do Presidente da CCDR Algarve à Agência LUSA (Março de 2014), estima-se que “em 2013 o Algarve tenha recebido mais de 120 mil autocaravanistas”, que terão contribuído com “mais de seis milhões de euros para a economia local”. Nas 12 áreas devidamente estruturadas para o autocaravanismo no Algarve, registaram-se cerca de 40 mil autocaravanistas em 2013 (In “Autocaravanistas ficam em média de 42 dias no Algarve”, *Diário de Notícias* 16 de Março de 2014).

¹¹⁷ IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2008). *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

- **E. Assistência técnica aos agentes económicos e produtores (redes de comercialização e serviços)**

A assistência técnica é fundamental para o sucesso da implementação dos projetos-âncora anteriormente apresentados, sobretudo, atendendo ao perfil do tecido empresarial presente nos Territórios de Baixa Densidade baseado em micro e pequenas empresas.

Este domínio de intervenção afigura-se como um elemento nuclear para a capacitação dos agentes económicos e dos produtores, para a valorização económica das produções e, ainda, para inclusão social.



A capacitação técnica dos agentes económicos¹¹⁸, a promoção do trabalho em rede (*networking*) e o fomento de uma cultura de inovação nas áreas rurais, afiguram-se como fatores críticos de competitividade para o desenvolvimento e diversificação da base empresarial dos Territórios de Baixa Densidade e, conseqüentemente, para os necessários ganhos de escala, de competitividade e de capacidade de utilização produtiva dos recursos endógenos. Os jovens agricultores enquadram-se nesse perfil, e como foi possível constatar no seminário “Culturas Tradicionais do Algarve - Tradição e Inovação” (Associação In Loco, Loulé, 2014) a visão empresarial e as dinâmicas de trabalho em cooperação dos jovens agricultores são fundamentais para revitalizar o tecido empresarial agrário e agroalimentar nestes territórios.

Nessa perspetiva, p.ex., no segmento do Turismo de Natureza, foi identificada a necessidade de dotar a Região de mais operadores e, cada vez, mais especializados

(a nível técnico, científico e de prestação de serviço) e do desenvolvimento de soluções tecnológicas de informação/apoio dado o recurso crescente dos turistas às NTIC (p.ex., internet, GPS, APP’s nos telemóveis e tablets), bem como da implementação de plano de formação dirigido a guias, operadores, pessoal de alojamentos e postos de turismo, etc.

Nessa perspetiva, p.ex., no segmento do Turismo de Natureza, foi identificada a necessidade de dotar a Região de mais operadores e, cada vez, mais especializados (a nível técnico, científico e de prestação de serviço) e do desenvolvimento de soluções tecnológicas de informação/apoio dado o recurso crescente dos turistas às NTIC (p.ex., internet, GPS, APP’s nos telemóveis e tablets), bem como da implementação de plano de formação dirigido a guias, operadores, pessoal de alojamentos e postos de turismo, etc.

¹¹⁸ A Associação IN-LOCO destacou o Programa REDE – Consultoria, Formação e Apoio à Gestão de Pequenas Empresas (2003-2008) (gerido pelo IEFP e orientado para o reforço da capacidade competitiva das empresas, mediante uma estratégia de consultoria formativa e de qualificação, ajustável à realidade de cada entidade intervencionada) como um

modelo bem sucedido na abordagem da capacitação técnica dos agentes económicos. Esta ADL esteve participou no Programa, tendo prestado apoio a 116 pequenas empresas.

Ainda nessa ótica, a estruturação de uma linha de intervenção centrada: (i) na formação de competências¹¹⁹ e empregabilidade; (ii) nas redes de cooperação e de inovação; (iii) nos modos de comunicação e de transferência de conhecimento; (iv) no desenvolvimento dos circuitos de comercialização e marketing/promoção dos produtos tradicionais¹²⁰, nomeadamente dos produtos de qualidade e de reconhecido envolvimento endógeno (p.ex., Caba algarvia e produtos derivados¹²¹), afigura-se central para assegurar a sustentabilidade do escoamento da produção local, que normalmente são oriundos de pequenas unidades de produção¹²².

A aposta nas cadeias curtas de comercialização, nomeadamente nos mercados locais (e na sua promoção), constitui uma linha de intervenção complementar importante para a dinamização dos Territórios de Baixa Densidade quer no segmento do fomento da produção local, quer para a animação das povoações onde estes mercados se realizam, como tem sido patente na dinamização gerada com a realização dos “mercadinhos de Querença”, por exemplo. Ainda neste domínio da comercialização, a aposta na soluções de comércio eletrónico (“E-commerce”) devem ser valorizadas, na senda dos resultados do projeto de

cooperação LEADER “PROVE – PROMover e VEnde”, um exemplo bem sucedido que poderá ser implementado na Região algarvia¹²³.

O estímulo das políticas públicas para o empreendedorismo e para a inovação local é um aspeto que importará ser valorizado pelo Portugal 2020, numa perspetiva da diversificação dos serviços nos Territórios de Baixa Densidade e da atratividade para “novos rurais”. Neste domínio, a ausência de linhas de assessoria a empreendedores, que apoiem a seleção de ideias, realizem o acompanhamento de projetos e a identificação de opções de financiamento (facilitação de candidaturas a sistemas de incentivo e definição de opções de financiamento bancário e/ou capital de risco), constitui uma das grandes fragilidades na Região, conforme identificou o CRIA – Centro Regional para a Inovação do Algarve¹²⁴.

No domínio da formação dos ativos dos Territórios de Baixa Densidade será importante promover a adequação dos conteúdos e do modelo de formação aos públicos-alvo, valorizando-se as estratégias de formação-ação e a formação em regime ambulatório.

¹¹⁹ O “Memorando turístico do Algarve” (RTA, 2013) identifica a qualificação dos recursos humanos e das empresas e a qualidade dos serviços turísticos como fatores-chave para a competitividade de destinos maduros como o Algarve. A recuperação do saber-fazer tradicional constitui uma outra linha de ação que merecia ser desenvolvida numa ótica da valorização dos recursos endógenos dos Territórios de Baixa Densidade.

¹²⁰ A utilização de uma marca de identidade regional (p.ex., “Puro Algarve”) certamente traria benefícios de comunicação da qualidade e autenticidade dos produtos com os consumidores.

¹²¹ Em Espanha foi recentemente instituído pelo Ministério da Agricultura a marca “raça autóctone 100%”, que se baseia num sistema nacional de certificação das raças autóctones, que visa a diferenciação da qualidade dos produtos, para a garantia de origem e conseqüentemente para a preservação do património genético.

¹²² A agricultura nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve caracteriza-se pelo predomínio das explorações agrícolas familiares, de pequena dimensão e com baixa produtividade.

¹²³ A empresa “Quint@nline” (<http://quintaonline.com/>), que tem por objeto a comercialização eletrónica de produtos do concelho de Monchique e também de produtos naturais biológicos criada por um jovem desempregado de Monchique é um exemplo de empreendedorismo rural neste domínio do “E-commerce”.

¹²⁴ CRIA. s.d. “Mapa regional de apoio à criatividade e inovação como instrumentos para a criação e consolidação das empresas do Algarve”.

• F. Economia verde (Algarve carbono zero)

A Economia Verde tem um importante ponto de focagem na proteção do ambiente, nomeadamente na conservação da biodiversidade e, neste aspeto em concreto, será importante ter presente que 38,6% do território do Algarve se encontra inserido na Rede Natura 2000, a que acrescem Áreas Protegidas de inestimável valor natural e paisagístico – Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Parque Natural da Ria Formosa e a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim.

A valorização dos serviços dos ecossistemas constitui um dos aspetos suscetíveis de desenvolvimento no horizonte 2020 e que cuja implementação, através da remuneração das amenidades positivas proporcionadas e produzidas pelos Territórios de Baixa Densidade, pode contribuir para a gestão e sustentabilidade ecológica desses espaços, nomeadamente, na perspetiva do pagamento dos serviços de regulação dos ecossistemas. Nesse domínio são múltiplas as oportunidades que se apresentam para este instrumento de financiamento:

- Sequestro de Carbono nos sistemas agroflorestais extensivos quer nos coberto arbóreo (espécies de crescimento lento), quer no solo através das pastagens bio diversas;
- Regulação dos lençóis freáticos, dos cursos de água e da qualidade da água;
- Conservação do solo, nomeadamente por via da redução da erosão hídrica;
- Proteção contra os incêndios florestais;
- Manutenção da biodiversidade¹²⁵, nomeadamente dos recursos genéticos endógenos;
- Manutenção da estrutura estética e do valor cultural da paisagem.

A esse propósito importa destacar o pomar tradicional de sequeiro (sistema agroflorestal extensivo assente na alfarrobeira, figueira e amendoeira) que é encarado como o sistema agrário mais sustentável para o Barrocal algarvio, com vantagens para a qualidade da paisagem (suporte do Complexo de atividade do Turismo e Lazer) e para a prestação de serviços do ecossistema, p.ex., ao nível da retenção do CO₂¹²⁶.

As áreas classificadas, a área-piloto de combate à desertificação e as bacias hidrográficas das albufeiras, constituem focos prioritários para um exercício de apropriação dos pagamentos dos serviços ambientais dos ecossistemas.

No tocante às Áreas Classificadas, em que se salientam territórios incluídos no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e os territórios Rede Natura adjacentes ao Parque Natural do Vale do Guadiana, importará equacionar a viabilidade de uma Iniciativa-âncora construída com base num compromisso de gestão territorial e enquanto iniciativa demonstrativa assente em requisitos indispensáveis a uma aplicação bem sucedida: plano de gestão aprovado, programa plurianual de investimentos públicos e um modelo de gestão. Esta Iniciativa-âncora poderia contemplar incentivos à Cinegética, Silvo ambientais e ao Turismo em Espaço Rural e Turismo de Natureza; Apoios a Infraestruturas de pequeno porte; e Apoios a investimentos ambientais não produtivos.

O fomento da agricultura biológica e da permacultura¹²⁷, menos consumidoras de produtos químicos (adubos, herbicidas, pesticidas, ...), é outra valência que importa explorar no contexto da implementação de objetivos de transição da Região para a Economia Verde e que se reveste de elevado potencial e margem de crescimento nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve, nomeadamente a partir das dinâmicas induzidas pela instalação de jovens agricultores e beneficiando da existência de apoios específicos para a agricultura biológica, no quadro da Reforma da PAC.

Um outro ponto de focagem na ótica do desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve reside na “Clusterização verde”, que é recomendada pela OCDE¹²⁸ como uma oportunidade de diversificação da base económica das zonas rurais mais debilitadas, através da mobilização do conhecimento especializado e de recursos de financiamento associados, cria empregos e impulsiona o investimento local e o aproveitamento dos recursos endógenos.

¹²⁵ As pastagens e as faixas de proteção também desempenham um papel importante na preservação da biodiversidade e no combate à mudança climática.

¹²⁶ A Universidade do Algarve está a desenvolver estudos para a AIDA com a finalidade de quantificar a capacidade de armazenamento do CO₂ da alfarrobeira.

¹²⁷ Neste domínio, importa sinalizar a existência de 42 inscrições de quintas que praticam agricultura biológica/permacultura no Algarve na Rede WWOOF – *World Wide Opportunities on Organic Farming*.

¹²⁸ Joaquim Oliveira Martins, 2011. “O papel das regiões numa estratégia de crescimento verde”, In QREN-OJE.

O aproveitamento energético da biomassa para a produção de biocombustíveis (produção de bioetanol, a partir da polpa de alfarroba¹²⁹), para a produção de energia elétrica (central termoelétrica de Monchique/Silves¹³⁰) ou para a produção de *pellets*¹³¹ constitui uma linha de intervenção com potencial de desenvolvimento nestes territórios; o fomento da produção de energia elétrica baseada em fontes renováveis endógenas (energia eólica e energia solar, nomeadamente, no segmento da microprodução habitacional), surgem como duas soluções alternativas com potencial para crescer.

Ainda no domínio energético, a promoção da eficiência energética, nomeadamente através da instalação/regeneração de parques eco-industriais e do estímulo à adoção de soluções de eficiência energética (p.ex., solar-térmico e microprodução solar) no meio rural em habitações e explorações agrícolas.



¹²⁹ No segmento da indústria transformadora da alfarroba, importa ter presente o elevado potencial da produção de bioetanol de segunda geração a partir da polpa de alfarroba, com destino à incorporação nos biocombustíveis. A AIDA tem estado a desenvolver esta linha de investigação em parceria com as Universidades do Algarve e de Aveiro.

¹³⁰ A licença para a construção de uma Central Termoelétrica a biomassa florestal em Monchique com 14,6 MW de potência foi atribuída em 2009 à EDP Produção bioelétrica SA, mas cujo projeto continua por concretizar.

¹³¹ A unidade de produção de pellets mais próxima no Algarve localiza-se no concelho de Santiago do Cacém (Cercal).

• G. Condição de suporte à fixação de população

A necessidade de criar melhores condições de suporte para a fixação das populações e para o desenvolvimento da atividade económica constitui um fator crítico para a fixação/atração de população para os Territórios de Baixa Densidade do Algarve. Este é um dos aspetos onde as assimetrias intra-regionais se fazem sentir com maior expressão, apesar de o Algarve apresentar indicadores socioeconómicos que a colocam num patamar evoluído de desenvolvimento regional (Região em “*phasing-out*”).

Neste domínio, são identificadas três valências principais para a intervenção:

- Melhoria das condições de mobilidade;
- Melhoria das condições de criação e fixação de empresas;
- Melhoria das condições de atração e fixação da população.

A distância e as acessibilidades aos mercados (sobretudo, ao litoral urbanizado do Algarve) são identificados como condicionantes importantes ao desenvolvimento destes territórios. A dificuldade de acesso aos recursos (nomeadamente, de mão-de-obra qualificada) é um outro aspeto que condiciona o desenvolvimento económico. Estes fatores traduzem-se no agravamento dos custos de contexto, de transporte e de operações de logística, aspetos que condicionam a atratividade e a dinâmica empresarial nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve.

A perda de mobilidade nos Territórios de Baixa Densidade, nomeadamente em termos da rede de transportes públicos, condiciona a sua atratividade e mitiga a capacidade de visitação pelos turistas, bem como dificulta as deslocações dos seus residentes.

O “Memorando turístico do Algarve” (RTA, 2013) identifica a melhoria da rede regional de transportes públicos como um aspeto que carece de investimento no futuro. Com efeito, de acordo com a análise apresentada pela RTA, o sistema de transportes públicos do Algarve funciona de forma desarticulada e não supre as necessidades de deslocação dos passageiros (turistas e residentes) dentro da Região, carecendo de soluções de planeamento da rede que aumentem a mobilidade dos passageiros, que atenuem com as assimetrias regionais e que apostem na complementaridade do serviço prestado pelos operadores públicos (através da interligação das redes e dos diferentes modos de transporte). Neste sentido deve ser concretizado um Sistema Integrado de Mobilidade, que sirva toda a Região, objetivo que no caso dos TBD passará

por um modelo de transporte flexível, do tipo “transporte a pedido”.

A criação de espaços de acolhimento para a instalação de empresas e de jovens agricultores, p.ex., a partir da refuncionalização de espaços devolutos ou com utilização reduzida/obsoleta, é um aspeto que se reveste de importância maior para a atração da atividade económica para o Interior do Algarve. A criação de novos espaços de *coworking*, poderá constituir uma oportunidade para a atração de novos agentes económicos aos Territórios de Baixa Densidade, suscetíveis de criar novas funcionalidades e contribuir para a diversificação da base da atividade económica e para a criação de emprego – as principais motivações no êxodo dos Territórios de Baixa Densidade estão relacionadas com a falta de oportunidades de emprego (SOUZA, 2010).

A refuncionalização do espaço existente na Fóia para a instalação do Centro Interpretativo da Serra de Monchique ou a refuncionalização do espaço operada na Casa do Povo de Querença para acolher jovens agricultores ou, ainda, o projeto recentemente apresentado pela Câmara Municipal de Alcoutim de criação do “Espaço Guadiana” (resultante da reabilitação do 2º piso do edifício municipal onde funcionam as oficinas, para um local que terá características polivalentes, destinado a ser utilizado, na promoção de eventos comemorativos, festas, convívios, conferências, congressos e animação), são disso exemplos.

O envolvimento das associações empresariais (p.ex., NERA e ANJE), em parceria com os municípios e com as ADL, é fundamental para a dinamização desta linha de intervenção num quadro de concertação estratégica de base territorial que permita estimular e apoiar a criação e desenvolvimento de empresas em pequenos “ninhos de empresas”, potenciadores da aglomeração em torno de *clusters* de desenvolvimento económico de base sub-regional ou local. Neste domínio, também as autarquias podem assumir um papel relevante na valorização dos produtos locais para a promoção do desenvolvimento económico e do emprego, como sucede com a Câmara Municipal de Monchique que organiza um conjunto de eventos de apoio à dinamização da economia local (Feira dos Enchidos, Feira do Presunto, Festival do Medronho, Feira da Batata e do Limão, Eventos Gastronómicos - Sabores de Outono e Feira dos Produtos Locais). A Câmara criou o Gabinete de Apoio ao Empresário e Empreendedorismo “Monchique Invest” destinado a apoiar e incentivar o investimento privado, enquanto agente dinamizador de comunicação e apoio ao investimento.

O Gabinete “Monchique Invest” também é responsável pela dinamização do prémio municipal de ideias de negócio “Monchique Criativo e Empreendedor”, que teve a primeira edição em 2013. Segundo a autarquia, este prémio pretende estimular a capacidade de iniciativa e criativa dos empreendedores, para o desenvolvimento de ideias de negócio, visando a criação de empresas, de forte conteúdo de inovação de pequena escala, na área de comércio e serviços, que contribuam no futuro para o crescimento da economia local e que valorizem os recursos endógenos.

No Algarve Interior, nomeadamente nos territórios da Serra Algarvia que fazem fronteira com o Baixo Alentejo, as condições de suporte para o bem-estar das populações ainda revelam fragilidades estruturais importantes quer em termos do património habitacional, quer em termos das infraestruturas de apoio (nomeadamente, fornecimento de água e saneamento básico). Acresce o progressivo encerramento dos serviços descentralizados da Administração Central e Regional, cada vez mais concentrados no litoral e nas sedes de concelho, que tem resultado, p.ex., na redução da capacidade de acesso à rede de cuidados primários de saúde. Estes factos, conjugados com fracas e reduzidas opções de mobilidade, significam um problema acrescido para os atuais residentes e algo altamente dissuasor para potenciais novos residentes.

As dificuldades burocráticas na recuperação das habitações nos aglomerados rurais ou no acesso à habitação no Interior algarvio (sobretudo, devido aos elevados custos induzidos pela especulação imobiliária), nomeadamente por parte de casais jovens, acrescido da falta de condições básicas de suporte (saúde, educação, serviços de apoio à infância, etc.), acabam por determinar o êxodo de muitos jovens para o Litoral, condicionalismos que mitigam a competitividade territorial do Algarve.

Apesar de algumas freguesias do Barrocal beneficiarem do efeito polarizador do desenvolvimento económico do Litoral¹³², as zonas rurais do Interior algarvio denotam, ainda, um grande distanciamento face aos territórios mais competitivos e dinâmicos da Região. No caso concreto de Monchique e do Nordeste algarvio, estão presentes condições próprias das regiões periféricas, com fraca competitividade e onde o objetivo da melhoria das condições de coesão deve merecer elevada prioridade.

Neste domínio de intervenção, justifica-se a estruturação de um programa específico de atuação para a melhoria das condições de suporte, quer em termos de investimento em infraestruturas públicas, quer no parque habitacional (obras de reabilitação), que permita mitigar o atraso de desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve e aumentar a sua atratividade, nomeadamente, para a fixação de “neo-rurais”.

A dinamização de bolsas de terras locais (geridas pelos Municípios ou pelas ADL) constitui um outro aspeto que importa equacionar para assegurar o acesso à terra para a instalação de jovens agricultores, nomeadamente, através da mobilização de terrenos de minifúndio abandonados (mas que não entram no mercado fundiário) utilizando o arrendamento mediado por uma bolsa de terras local.

Este é um eixo onde os Municípios desempenham um papel central, nomeadamente as Juntas de Freguesia, que poderá ser potenciado com ganhos de capacidade de intervenção através da cooperação de base territorial com as Associações de Desenvolvimento Local.

Ao fornecer o transporte escolar, bem como o transporte de apoio a cuidados de saúde, os Municípios têm substituído as empresas de transporte, existindo por vezes um conflito entre concessões existentes, resultando tudo isto num custo relevante para os Municípios, e numa otimização do sistema.

No que concerne a mobilidade, e sendo um aspeto relevante para os TBD, deverá existir uma articulação entre entidades, ser melhorada a informação ao público, regulada a atividade, realizar a integração tarifária, bem como monitorizar o desempenho, satisfação e utilização do sistema. Tudo isto será feito para a Região do Algarve, para os territórios fora dos grandes centros urbanos e, sobretudo, TBD a questão é particularmente relevante, pelo que o desenvolvimento de uma rede de transporte flexível e/ou a pedido permitirá garantir um nível de mobilidade considerado aceitável para toda a população do Algarve, ou seja, que todos possam desloca-se para satisfazer as suas necessidades essenciais. Para tal muito haverá a fazer pois será necessário identificar as lacunas existentes, quais os territórios atualmente privados de serviços de transporte, que localização geográfica e que dimensão apresentam, definindo posteriormente serviços específicos ou combinados com outras necessidades de mobilidade (serviços de transporte coletivo convencional, transporte escolar ou outro).

¹³² Um estudo recente do IMTT identifica que os principais movimentos pendulares no Algarve ocorrem em torno dos concelhos de Loulé, Albufeira, Faro e Portimão.

Programa integrado de intervenção na Área-piloto de combate à desertificação do Nordeste Algarvio

Objetivos e resultados esperados

A mitigação do processo de desertificação no Nordeste Algarvio tem sido um objetivo das políticas públicas regionais com incidência no território, que ganha mais importância face aos cenários das alterações climáticas (aumento da temperatura, redução da pluviosidade e concentração da precipitação) e ao agravamento da depressão sociodemográfica e económica a que este território tem sido sujeito, em resultado do abandono rural e do duplo envelhecimento da população nesta sub-região. No entanto, o capital natural do Nordeste Algarvio encerra um conjunto de recursos suscetíveis de mobilização face aos objetivos da coesão económica, social e territorial no Algarve e que podem contribuir para o combate à desertificação física e humana desse território.

A paisagem natural, as albufeiras de Odeleite e Beliche (e os respetivos perímetros de rega), a caça, a floresta de proteção (com destaque para os milhares de hectares de arborizações de pinhal manso estreme) e de uso múltiplo (azinhal), são alguns dos recursos inscritos no capital natural deste território com potencial de utilização, a que se soma o rico património histórico-cultural do Baixo Guadiana – o artesanato (com destaque para a olaria e a cestaria de cana, um produto característico do Vale do Guadiana), a gastronomia serrenha e do rio e a doçaria regional (a freguesia do Azinhal é reconhecida pela sua tradição doceira). A pecuária extensiva, nomeadamente da cabra algarvia, uma raça autóctone de vocação mista (leite e carne) que tem o seu principal núcleo de produção neste território, constitui um recurso importante para a sustentabilidade da economia rural do Nordeste Algarvio (de acordo com a ANCCRAL - Associação Nacional de Criadores de Caprinos de Raça Algarvia, em 2013 estavam registados cerca de 3.000 animais nos concelhos de

Alcoutim e de Castro Marim).

Este Programa decorre no quadro do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação - área-piloto de combate à desertificação do Nordeste algarvio.

Objetivos:

- Melhoria das condições de bem-estar da população, nomeadamente, das infraestruturas de distribuição de água e do saneamento básico e do parque habitacional;
- Beneficiação e melhoramento das estruturas de apoio à atividade agrícola;
- Gestão sustentável dos ecossistemas;
- Dinamização da economia rural, nomeadamente por via da valorização dos sistemas rurais extensivos (pecuária/cabra algarvia e atividade cinegética);
- Dinamização do Turismo de Natureza/TER e do Turismo cinegético;
- Recuperação das áreas rurais em processo de degradação física.

Resultados esperados:

- Fixação da população rural;
- Melhoria das condições de conservação do solo e da água;
- Conservação da biodiversidade e da qualidade da paisagem nas áreas prioritárias de intervenção dos corredores verdes das bacias hidrográficas das ribeiras;
- Diversificação da base económica de valorização dos recursos endógenos do território.

Ações a desenvolver

- Capacitação dos agricultores e proprietários florestais para as boas práticas de conservação do solo, da água e da biodiversidade;
- Valorização dos serviços ambientais (externalidades positivas criadas pelos sistemas agroflorestais);
- Revitalização da economia de base agrária (p.ex., Cabra algarvia, atividade cinegética);
- Experimentação técnica de boas práticas culturais (p. ex., criação do Centro de Referência de Demonstração e Experimentação da Mata Nacional das Terras da Ordem);
- Benfeitorias de infraestruturas coletivas (p.ex., refuncionalização do Centro Multiusos do Azinhal para o

acolhimento de atividades económicas e de jovens agricultores);

- Animação turístico-cultural do território (p.ex., valorização do turismo de natureza, promoção do saberfazer
- local (artesanato, gastronomia, etc.);
- Dinamização da rede de núcleos museológicos do Nordeste Algarvio);
- Apoio ao melhoramento das habitações rurais;
- Apoio às benfeitorias das explorações agroflorestais e pecuárias;
- Sistema de indicadores de monitorização do combate à desertificação.

Programa integrado de intervenção na Área-piloto de combate à desertificação do Nordeste Algarvio

Entidades a envolver nas parcerias

CCDR Algarve – coordenação global do Programa; DRAP Algarve – Assistência técnica; gestão da Beneficiação e melhoramento das estruturas de apoio à atividade agrícola; ICNF – Assistência técnica; gestão da Conservação da biodiversidade, do solo e da água; gestão das intervenções nos domínios dos recursos florestais; ADL – Dinamização do Programa

no terreno, gestão da Animação turístico-cultural do território e da Formação; Municípios – gestão das Benfeitorias de infraestruturas coletivas e da melhoria das condições de bem-estar da população; ANCRAL – gestão da Ação relativa à Cabra algarvia; e Federação de Caçadores do Algarve – gestão da Ação Valorização da Caça.

Perfil de Entidades Beneficiárias

Associações de Desenvolvimento Local; Autarquias; Agricultores e Proprietários florestais e as suas Organizações; Entidades Gestoras de Zonas de Intervenção Florestal; Entidades Gestoras de Zonas de Caça.

Meios a mobilizar

PDR 2020 – M2, M3, M4, M5, M7, M8, M9 e M10; PO SEUR – EP2 (PI 1, 2); PO CRESC Algarve 2020 – EP 4 (PI 6.c); EP5 (PI 8.b); Programa Europeu para o Ambiente

e a Ação Climática (LIFE); Fundo Florestal Permanente; Fundo Português do Carbono; Fundo Português para a Biodiversidade; e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Matadouro Multifuncional

Objetivos e resultados esperados

Este Projeto constitui um exemplo de intervenções a incidir em Territórios de Baixa Densidade que se situam para além das fronteiras regionais, em razão de uma área de influência direta e indireta que poderá abranger concelhos do Baixo Alentejo, com padrão de recursos e necessidades semelhantes à Serra Algarvia.

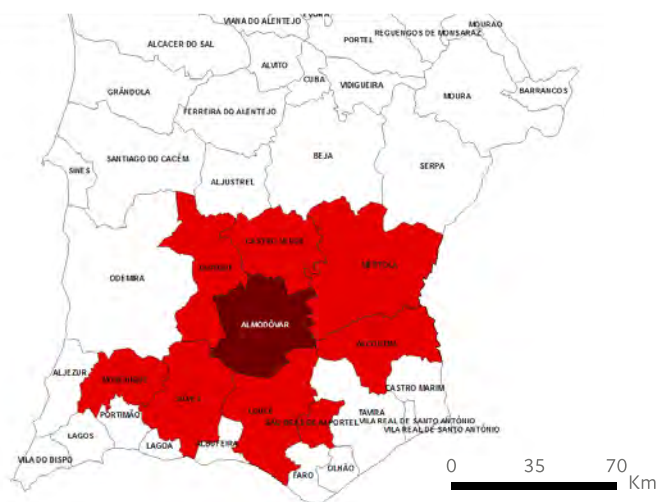
A agregação de efetivos pecuários (bovinos, suínos e pequenos ruminantes – ovinos e caprinos), a par da importante componente caça (javali, lebres, coelhos e perdizes, sobretudo) da Serra Algarvia e de concelhos limítrofes do Baixo Alentejo, oferece escala à criação de um Matadouro multifuncional para abate e transformação, acondicionamentos e escoamento para os diferentes mercados (local, regional, litoral, metropolitano e exportação, no caso da caça).

Desde o encerramento, em 2007, do Matadouro de Loulé que o Algarve se encontra desprovido de qualquer unidade regional de abate, obrigando os produtores pecuários algarvios a proceder ao abate

dos animais no Matadouro Regional de Beja.

Um Estudo de Mercado realizado em 2011, que auscultou a DRAPAlg, apontou a localização privilegiada de Almodôvar às portas do Algarve (a que está ligado por Autoestrada) e concluiu pela existência de condições favoráveis à criação de uma unidade industrial de abate neste concelho do Baixo Alentejo contíguo a uma larga faixa da Serra Algarvia, visando o abastecimento de um mercado alargado aos concelhos envolventes, incluindo alguns concelhos do Algarve, com elevada procura de carne.

À luz de um simples critério geográfico, o Estudo reconhece Almodôvar como lugar central de um território definido a priori como potencial área de influência direta do Matadouro cobrindo o próprio concelho e os concelhos envolventes (Ourique, Castro Verde e Mértola no Baixo Alentejo e Alcoutim, Loulé, S. Brás de Alportel, Silves e Monchique, na Serra Algarvia).



Área de influência direta do Projeto

No Cenário prudente¹³³, o Estudo admitiu que o Matadouro, seria orientado apenas para o mercado de proximidade, correspondente à oferta de efetivos e à procura de carne na área de influência direta, funcionando com uma linha integrada de abate, com algum equipamento específico para o tratamento de diversas espécies, apontando para as seguintes ordens de grandeza: 44% para a carne suína; 32% para a carne de aves; 18% para a carne bovina; e 3% para ovinos e caprinos; e os restantes 3% para outras espécies (incluindo as várias espécies cinegéticas).

Objetivos:

- Construção de uma unidade industrial de abate (Matadouro)
- Apoio à organização das produções primárias na sua relação com os mercados de escoamento.

Resultados esperados:

- Aumento do valor acrescentado das produções locais.
- Adensamento da cadeia de valor das produções primárias, com dinamização das economias rurais.
- Criação de emprego

¹³³ No caso do cenário otimista, previa-se que o Matadouro pudesse servir, também, a área de influência indireta, abrangendo toda a Região do Algarve e considerou-se uma quota-objetivo, nesse mercado, de 20% do consumo potencial de residentes, turistas e veraneantes, pressupon-

do-se que no Algarve dominarão as estruturas de distribuição alimentar, que recorrerão para o abate, não só a matadouros do Baixo Alentejo (entre os quais Almodôvar), mas, também, a matadouros de outras regiões do País e a alguma importação de carne.

Matadouro Multifuncional

Ações a desenvolver

Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira para Instalação de um Matadouro Multifuncional

Entidades a envolver nas parcerias

CCDR (Algarve e Alentejo), DRAP (Algarve e Alentejo), ADL (Zonas de Intervenção Nordeste e Serra algarvia e Baixo Alentejo), Municípios, Organizações de Produtores e Parceiros privados (distribuição)

Perfil de beneficiários

Entidade gestora do Matadouro com participação de Produtores e suas Organizações; Associações de Desenvolvimento Local; e Autarquias

Meios a mobilizar

PDR 2020 – M3 (Ac 3.3)

Programa de desenvolvimento da fileira dos produtos regionais da terra e do mar

Objetivos e resultados esperados

A revitalização económica e social dos Territórios de Baixa Densidade necessita de uma reestruturação qualificadora dos setores produtivos tradicionais e, também, de estimular o surgimento de um novo tecido empresarial ancorado na diversificação, na inovação e em novos agentes económicos, como motor para a criação de novos postos de trabalho, que constitui uma condição de base para a fixação da população e para a atração de novos habitantes.

Os Territórios de Baixa Densidade constituem um importante repositório de saber-fazer e de capacidade produtiva ao nível da produção primária do setor agroalimentar (p.ex., mel, alfarroba, citrinos, pequenos frutos vermelhos, medronho, hortícolas, flores e outros frescos.) e da transformação de produtos tradicionais do Algarve (p.ex., enchidos, queijos frescos, doçaria regional, sal marinho/flor de sal e aguardente de medronho), portadores de um importante capital de notoriedade pública na Região, no País e em alguns mercados de exportação (p.ex., mel de rosmaninho, laranja do Algarve). Não obstante, tem-se registado dificuldade na estruturação das cadeias de valor das várias fileiras produtivas do setor agroalimentar, o que condiciona a criação de emprego (particularmente ao nível da transformação dos produtos), a retenção de valor acrescentado na região e, conseqüentemente, a melhoria dos rendimentos dos produtores.

A concretização desta linha de intervenção deverá permitir, simultaneamente, criar o espaço necessário para o surgimento de novas oportunidades de negócios, nomeadamente através da inovação e da exploração de novos nichos de mercado, ancoradas nos produtos da terra e do mar da Região algarvia.

Objetivos:

- Valorização económica dos produtos regionais do Algarve;
- Melhoria do rendimento da produção primária;
- Instalação de novos produtores, nomeadamente de jovens agricultores nos TBD;
- Promoção da certificação de qualidade dos produtos tradicionais;
- Estruturação das cadeias de valor das principais fileiras agroalimentares do Algarve;
- Inovação, diversificação e promoção dos produtos agroalimentares do Algarve.

Resultados esperados:

- Diversificação da atividade económica nos Territórios de Baixa Densidade, nomeadamente, a partir da instalação de jovens agricultores e da agro-transformação;
- Aumento da rentabilidade das fileiras agroalimentares do Algarve;
- Adoção de uma marca identificadora e respetivo marketing para os produtos regionais do Algarve (p.ex., Marca “Puro Algarve”);
- Estabelecimento de uma rede integrada de pontos de venda dos produtos agroalimentares com origem nos Territórios de Baixa Densidade.

Ações a desenvolver

- Criação de rede colaborativa (+plataforma digital) dos produtos tradicionais do Algarve;
- Estabelecimento de rede integrada de pontos de venda de produtos regionais do Algarve;
- Criação das organizações de produtores/associações interprofissionais;
- Estudo das cadeias de valor das fileiras agroalimentares do Algarve;

- Criação de entidade regional de apoio à certificação dos produtos tradicionais;
- Desenvolvimento de campanha de marketing e promoção dos produtos tradicionais;
- Criação da marca “Cabra algarvia 100%”;
- Apoio à dinamização e diversificação da atividade económica.

Programa de desenvolvimento da fileira dos produtos regionais da terra e do mar

Entidades a envolver nas Parcerias

CCDR Algarve; DRAP Algarve; ADL; Municípios; e Organizações de Produtores.

Perfil de Beneficiários

Associações de Desenvolvimento Local; Autarquias; Agricultores; e Organizações de produtores.

Meios a mobilizar

PDR 2020 – M1, M2, M3, M5, M7, M10; PO CRESC Algarve 2020 – EP1 (PI 1.b), EP2 (PI 3.a, 3.b e 3.c), EP 5 (8.v), EP 6 (9.vi e 9.d)

Programa de valorização dos recursos florestais

Objetivos e resultados esperados

A Região algarvia caracteriza-se por apresentar uma ampla diversidade de recursos florestais suscetíveis de aproveitamento com vantagens para dinamizar a economia dos Territórios de Baixa Densidade.

Num quadro de abandono rural, a atividade florestal ganha maior expressão enquanto meio de intervenção no território.

A exploração sustentável dos sistemas da produção lenhosa (nomeadamente, da produção de madeira de eucalipto) e, sobretudo, da multiplicidade de recursos presentes nos sistemas mediterrânicos extensivos da serra do Caldeirão (p.ex., cortiça, cogumelos silvestres, medronho, mel e caça), afigura-se decisiva para a reabilitação dos territórios serranos, para a rentabilidade dos proprietários florestais e para as economias locais.

Nessa ótica, a promoção da gestão dos espaços florestais e a recuperação dos espaços florestais degradados (sejam plantações de eucalipto mal instaladas, sejam sobreirais e azinhais em declínio sanitário) contribui para a sustentabilidade ambiental do território no Interior do Algarve e para a valorização paisagística, suporte importante para a atividade turística dos Territórios de Baixa Densidade.

A concretização dos objetivos e resultados, adiante identificados, deverá beneficiar do trabalho preparatório, entretanto, desenvolvido pelo ICNF e pelas Organizações de Produtores Florestais da Região.

Objetivos:

- Promover a certificação da gestão florestal sustentável;
- Promover a gestão profissional e sustentável dos recursos florestais;
- Promover a recuperação dos ecossistemas florestais degradados;
- Promover a proteção dos recursos florestais do Algarve;
- Promover a estruturação da produção de eucalipto na serra de Monchique;
- Promover a valorização ambiental do pinhal manso do Nordeste algarvio;
- Promover a integração da fileira da cortiça algarvia.

Resultados esperados:

- Aumento da rentabilidade e da capacidade produtiva das fileiras florestais do Algarve, nomeadamente das fileiras corticeira e da produção de eucalipto;
- Estruturação da exploração dos recursos florestais, nomeadamente dos recursos silvestres dos sistemas mediterrânicos extensivos;
- Aumento da área de floresta produtiva com gestão florestal certificada;
- Aumento da capacitação profissional do setor florestal algarvio;
- Melhoria da capacidade de intervenção das ZIF;
- Aumento da resiliência dos espaços florestais aos agentes bióticos e abióticos;
- Aumento da área florestal do Algarve.

Ações a desenvolver

- Proteção da floresta algarvia (instalação/manutenção das redes de infraestruturas de Defesa da Floresta
- Contra Incêndios; recuperação dos povoamentos afetados por agentes bióticos; sensibilização da população);
- Estruturação das cadeias de valor das fileiras dos recursos florestais (Estudo das cadeias de valor das fileiras dos recursos florestais do Algarve; criação das organizações de produtores para a comercialização dos produtos florestais);

- Apoio à certificação florestal regional (Criação de entidade regional de apoio à certificação da floresta algarvia);
- Apoio à gestão florestal multifuncional (Recuperação da área ardida em 2012; promoção da gestão ativa dos povoamentos florestais, dinamização das ZIF; dinamização do setor cinegético e da pesca lúdica florestação de terrenos agrícolas marginais e instalação de sistemas agroflorestais; sensibilização e capacitação dos proprietários florestais; capacitação e formação de técnicos, trabalhadores e empreiteiro florestais).

Programa de valorização dos recursos florestais

Entidades a envolver nas Parcerias

ICNF (coordenação global do Programa); CCDR Algarve (monitorização da execução); DRAP Algarve (coordenação das intervenções); ADL e Municípios (divulgação do programa); e Organizações de Produtores/ZIF (promoção e execução do Programa).

Perfil de Beneficiários

Associações de Desenvolvimento Local; Autarquias; Agricultores, proprietários florestais e as suas organizações (OPF e ZIF); e Organizações do Setor da Caça.

Meios a mobilizar

PDR 2020 – M4, M8; PO SEUR – EP2 (PI 2); PO CRESC Algarve 2020 – EP2 (PI 3.c); e Fundo Florestal Permanente

Programa integrado de desenvolvimento turístico do Algarve natural

Objetivos e resultados esperados

O património histórico-cultural e a riqueza ambiental e paisagística do Interior do Algarve e da zona costeira da Costa Vicentina dão corpo ao “cartaz turístico” dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve. De facto, o Algarve dispõe de condições naturais de excelência para o desenvolvimento da atividade turística ao longo do ano associada à valorização turística do capital endógeno presente nesses territórios, nomeadamente a partir do binómio natureza/cultura.

Baseado numa abordagem integrada, de visão supramunicipal, esta linha de intervenção tem como objetivo primordial estruturar a oferta turística do Algarve natural, nomeadamente em torno do *Cluster* do “Turismo de Natureza” e contribuir para combater a sazonalidade do turismo algarvio, aumentar a procura dos Territórios de Baixa Densidade e, deste modo, contribuir para a diversificação da base económica (e gerar emprego) e constituir um instrumento de desenvolvimento do território, com capacidade de dinamização nas Áreas Protegidas e Classificadas.

Objetivos:

- Valorização turística dos ativos presentes nos Territórios de BD do Algarve, nomeadamente nos segmentos do Turismo em Espaço Rural e do Turismo de Natureza;

- Valorização ambiental e turística dos territórios inseridos nas Áreas Protegidas e Classificadas do Algarve;
- Estruturação da oferta turística do Algarve natural, nomeadamente do *cluster* do “Turismo de Natureza”;
- Promoção da marca “Puro Algarve”, enquanto referência de comunicação do turismo dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve.

Resultados esperados:

- Aumento da procura do Turismo em Espaço Rural e do Turismo de Natureza nos Territórios de Baixa Densidade, bem como dos segmentos complementares - Turismo Ativo, Turismo ornitológico, Turismo cinegético e de nichos específicos (p.ex., Turismo de Saúde/termal, Turismo gastronómico, Turismo equestre e Turismo cinegético);
- Diversificação da atividade económica dos Territórios de Baixa Densidade/criação de emprego (Turismo em Espaço Rural, empresas de animação turística e animação sociocultural);
- Aumento da divulgação do artesanato, da gastronomia e dos produtos tradicionais do Algarve;
- Aumento da capacidade de apoio ao Turismo itinerante (autocaravanismo).

Ações a desenvolver

- Criação do *Cluster* do Turismo de Natureza;
- Desenvolvimento de um portal digital sobre o Turismo de Natureza no Algarve “Puro Algarve”, com informação complementar sobre os recursos endógenos dos Territórios de Baixa Densidade (património histórico-cultural, produtos tradicionais, oferta de alojamento TER, etc.);
- Criação de uma central de reservas para o alojamento em Turismo em Espaço Rural;

- Animação sociocultural da marca de referência “Puro Algarve” para a promoção do turismo dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve);
- Formação de agentes e operadores turísticos (Capacitação dos operadores turísticos para o Turismo de Natureza e gestão de alojamento TER);
- Desenvolvimento do turismo itinerante (Estruturação de uma rede integrada de áreas de serviço de apoio ao Turismo itinerante).

Entidades a envolver nas parcerias

CCDR Algarve; RTA; ADL; Municípios; Empresas de animação turística; Unidades TER.

Perfil de beneficiários

Associações de Desenvolvimento Local; Autarquias; RTA; Empresas de animação turística; Associações sem fins lucrativos; Unidades TER.

Meios a mobilizar

PDR 2020 – M10; PO SEUR – EP3 (PI 3); PO CRESC Algarve 2020 – EP4 (PI 6.c), EP5 (PI 8.b), EP 6 (9.vi., 9.d)

Programa de assistência técnica aos agentes económicos e produtores

Objetivos e resultados esperados

A capacitação técnico-profissional dos agentes envolvidos, a promoção do trabalho em rede e a estruturação dos circuitos de promoção/comercialização são aspetos críticos para o sucesso dos projetos-âncora.

A capacitação dos agentes é cada vez mais importante para a competitividade da atividade económica, sobretudo no domínio da inovação ao nível dos novos métodos de produção (p.ex., produção agrária e agro-transformação) e da gestão e organização do negócio (p.ex., gestores de unidades TER). De igual modo, a capacitação técnico-profissional (e científica) afigura-se decisiva para a exploração de novas áreas de negócio nos Territórios de Baixa Densidade, como é o caso dos operadores de Turismo de Natureza, nomeadamente, no produto do Turismo ornitológico.

O estímulo à cooperação entre os vários atores do território afigura-se uma componente decisiva para a sustentabilidade e dinâmica das micro e pequenas empresas que constituem a força do tecido empresarial dos Territórios de Baixa Densidade e que são fundamentais para a criação de emprego. Nesse domínio, o estabelecimento de redes colaborativas à escala local, afigura-se como uma solução importante para o envolvimento de pequenos produtores locais de bens e serviços, que colaboram entre si ao nível da inovação, criação, produção, vendas e comunicação.

A criação de espaços de acolhimento empresarial nos Territórios de Baixa Densidade (p.ex., ninhos de empresas, incubadoras de empresas), sobretudo,

através da refuncionalização de equipamentos coletivos pouco utilizados, afigura-se como uma linha de intervenção que importa desenvolver no quadro global do aumento da atratividade destes territórios.

Objetivos:

- Capacitação técnico-profissional dos agentes económicos e dos produtores;
- Estabelecimento de redes colaborativas de pequenos produtores, com vista à promoção e valorização económica dos produtos regionais do Algarve;
- Estruturação das cadeias de valor das fileiras agro rurais do Algarve;
- Criação de espaços de acolhimento empresarial (p.ex., refuncionalização de equipamentos coletivos desativados) para o acolhimento da atividade económica.

Resultados esperados:

- Aumento da atratividade dos Territórios de Baixa Densidade e da diversificação da base económica;
- Melhoria do acesso aos mercados dos produtos oriundos dos Territórios de Baixa Densidade;
- Aumento da rentabilidade das fileiras agro rurais do Algarve;
- Valorização económica dos produtos tradicionais do Algarve.

Ações a desenvolver

- Desenvolvimento de redes colaborativas (Criação de redes colaborativas de pequenos produtores);
- Criação de espaços de acolhimento empresarial (Criação de espaços de pequeno porte para acolhimento empresarial/jovens agricultores);

- Refuncionalização de equipamentos coletivos);
- Desenvolvimento de programa de formação/capacitação para agentes económicos e produtores;
- Estudo das cadeias de valor das fileiras agro rurais do Algarve.

Entidades a envolver nas parcerias

CCDR Algarve; DRAP Algarve; ADL; Municípios; Organizações de Produtores; NERA (assistência técnica/jurídica a instalação de empresas; e Apoio técnico nos espaços de acolhimento empresarial).

Perfil de beneficiários

Associações de Desenvolvimento Local; Autarquias; e Agricultores e proprietários florestais e as suas organizações.

Meios a mobilizar

FEADER; FSE; e FEDER.

Promoção de uma economia regional de baixo carbono (Economia verde)

Objetivos e resultados esperados

A promoção de uma economia regional de baixo carbono, enquadrada pelos princípios orientadores da Economia Verde, constitui uma oportunidade para o desenvolvimento económico e ambiental dos Territórios de Baixa Densidade.

Os recursos endógenos potenciam o desenvolvimento de um conjunto de atuações que permitem, simultaneamente, contribuir para a descarbonização da economia regional através do fomento de soluções de eficiência energética (p.ex., nas habitações e nas explorações agrícolas) e de mecanismos de incentivo ao sequestro do Carbono e potenciar oportunidades de emprego na Região, nomeadamente a partir do desenvolvimento de um *cluster* das energias renováveis fortemente localizados nos Territórios de Baixa Densidade – biomassa, solar e eólica.

A valorização das externalidades positivas geradas nos ecossistemas florestais e, sobretudo, dos sistemas agroflorestais tradicionais (p.ex., pomar tradicional de sequeiro ou os sobreirais e azinhais da Serra Algarvia) e o crescimento da área em modo de produção biológica constituem constitui uma outra via de desenvolvimento da economia verde na Região com benefícios para os Territórios de Baixa Densidade.

Objetivos:

- Internalização das amenidades positivas dos ecossistemas florestais e dos sistemas agroflorestais tradicionais;
- Criação de um *Cluster* das energias renováveis no Algarve, nomeadamente na componente do aproveitamento bioenergético;
- Promoção da eficiência energética em meio rural (habitações e explorações agrícolas);
- Dinamização do modo de produção biológico na Região algarvia;
- Valorização da capital natural do Algarve.

Resultados esperados:

- Estabelecimento de um mercado regional de carbono;
- Criação de sistema de pagamento de serviços ambientais dos ecossistemas;
- Criação de unidades industriais de valorização bioenergética da biomassa agrícola e florestal;
- Aumento da capacidade instalada de produção elétrica a partir de energias renováveis;
- Criação de mercado regional de biomassa florestal;
- Criação da fileira da agricultura biológica e aumento da área de produção.

Ações a desenvolver

- Desenvolvimento do *cluster* das energias renováveis (Estudo de mercado sobre o potencial de valorização energética da biomassa produzida no Algarve e estruturação da fileira);
- Desenvolvimento de projetos-piloto de demonstração);
- Valorização do património natural (Promoção da agricultura biológica e da estruturação da fileira, nomeadamente no segmento do marketing e comercialização (p.ex., projeto PROVE);
- Promoção da arborização com fins de sequestro do carbono e criação de um mercado regional de carbono;
- Promoção dos pagamentos dos serviços ambientais dos ecossistemas naturais e dos sistemas agroflorestais extensivos tradicionais;
- Desenvolvimento de projetos-piloto de demonstração;
- Eficiência energética em meio rural (Promoção da instalação de sistemas solar-térmico e de microprodução solar em habitações e na explorações agrícolas).

Entidades a envolver nas parcerias

CCDR Algarve; DRAP Algarve; ADL; Municípios; e Organizações de Produtores.

Perfil de beneficiários

Associações de Desenvolvimento Local; Autarquias; e Agricultores e proprietários florestais e as suas organizações.

Meios a mobilizar

PDR 2020 – M3, M7, M10; PO SEUR – EP 1 (PI 1, 2), EP 2 (PI 1, 2 e 3) e EP 3 (PI 3); PO CRESC Algarve 2020 – EP 3 (PI 4.b, 4.c), EP4 (PI 6.c); e Fundo Português do Carbono

Programa de melhoria das condições de suporte

Objetivos e resultados esperados

A melhoria das condições de suporte constitui um requisito importante para o fomento da empresarialidade nos Territórios de Baixa Densidade, bem como para a coesão social. Neste domínio, os territórios serranos localizados na franja fronteira do Baixo Alentejo, apresentam carências estruturais de condições de suporte básicas para a fixação da população rural, nomeadamente para a instalação de jovens, que justificam uma intervenção mais focalizada quer em termos de mobilidade, quer em termos do acesso aos serviços básicos – saúde, educação, etc.

O investimento na melhoria das condições básicas de vida dos agricultores e da população rural e na melhoria das infraestruturas de apoio e das condições de trabalho na explorações agrícolas e pecuárias constitui uma outra linha de intervenção que importa desenvolver com o propósito da fixação/atração de população nos Territórios de Baixa Densidade, que conservam um peso significativo da sua atividade económica ancorada no setor agrário. A ligação entre mercados, nomeadamente, dos bens produzidos nos TBD e que têm como destino o litoral do Algarve, e mercados suprarregionais, é também importante.

A questão da melhoria, e principalmente garantia da mobilidade essencial, é um aspeto de grande relevância, de modo a permitir a deslocação dos residentes (existentes e futuros), que responda à especificidade da população envelhecida, bem como dos agentes económicos e turistas. Um outro aspeto crítico reside na promoção da animação territorial enquanto fator de coesão social e também de indução da atratividade dos Territórios de Baixa Densidade, quer na captação (e fidelização) de novos visitantes, quer para a divulgação e promoção destes territórios, nomeadamente junto dos agentes económicos.

Objetivos:

- Melhoria das condições de vida e de mobilidade das populações rurais nos Territórios de Baixa Densidade;
- Desenvolvimento de uma rede de transporte flexível, melhorando a mobilidade dos Territórios de Baixa Densidade, integrado no Sistema Integrado de Mobilidade do Algarve;
- Aumento da atratividade dos Territórios de Baixa Densidade para a fixação de novos habitantes, nomeadamente, de jovens agricultores;
- Aumento da capacidade de atração/instalação de novas empresas.
- Promoção de ações e programas de animação territorial.

Resultados esperados:

- Melhoria das condições de bem-estar social das populações
- Diversificação da atividade económica nos Territórios de Baixa Densidade;
- Melhoria do parque habitacional e das condições de trabalho nas explorações agrícolas e pecuárias;
- Melhoria das condições de mobilidade, nomeadamente garantindo as necessidades essenciais;
- Criação de espaços de acolhimento empresarial (p.ex., refuncionalização de equipamentos coletivos desativados) para o acolhimento da atividade económica;
- Novas formas de organização dos serviços/serviços partilhados (e novos serviços, p.ex., operadores turísticos).

Ações a desenvolver

- Melhoria da qualidade de vida das populações rurais (melhoria da rede de infraestruturas básicas de apoio à população);
- Melhoria da mobilidade dos Territórios de Baixa Densidade, através do desenvolvimento de uma rede de transporte flexível, “car sharing” e outras soluções que diversifiquem as soluções possíveis;
- Melhoria das ligações dos Territórios de Baixa Densidade ao Sistema Integrado de Mobilidade do Algarve;
- Melhoria do acesso aos serviços básicos. (redes de prestação de serviços básicos ao domicílio);
- Criação de espaços de acolhimento empresarial (novos espaços de acolhimento empresarial/jovens agricultores);
- Refuncionalização de equipamentos coletivos abandonados ou com uso obsoleto).

Programa de melhoria das condições de suporte

Entidades a envolver nas Parcerias

CCDR Algarve; ADL; Municípios; População rural; NERA/Empresas; e Agricultores e empresários agrícolas.

Perfil de Beneficiários

Entidade gestora do Matadouro com participação de Produtores e suas Organizações; Associações de Desenvolvimento Local; Autarquias

Meios a mobilizar

PDR 2020 – M10; PO SEUR – EP 1 (PI 2), EP 3 (PI 2); PO CRESC Algarve 2020 – EP 2 (3.b.); EP5 (PI 8.v., 8.b), EP6 (PI 9.i, 9.iv, 9.vi, 9.a, 9.b, 9.d), EP7 (PI 10.i, 10.iii, 10.iv, 10.v), EP8 (PI 2.c, 11.ii)

A análise dos elementos-chave da relação com os instrumentos de financiamento é conduzida através das Iniciativas-âncora e tem por base a informação disponível referente aos diversos PO com incidência em Territórios de Baixa Densidade a qual se encontra à data de apresentação deste Relatório, bastante desigual na estabilização de tipologias de intervenção mais fina.

Para as Prioridades de Investimento do PO Regional, bem como para as Medidas do PDR mais relevantes para a dinamização dos territórios de baixa densidade, sistematizam-se os elementos-chave seguintes:

Instrumentos de financiamento	CRESC Algarve 2020		Programa de Desenvolvimento Rural		PO Pescas e Aquicultura	Fundo Florestal Permanente	Fundo Português Carbono
	FEDER	FSE	Eixo II e III	Medida 10 LEADER	FEAMP		
Iniciativas-âncora							
A. Programa de intervenção na área piloto de combate à desertificação do Nordeste Algarvio	X		X	X		X	X
B. Desenvolvimento da Fileira dos produtos da terra e do mar	X	X	X	X	X		
C. Valorização dos Recursos florestais	X		X			X	X
D. Estruturação da oferta turística no Algarve natural	X	X		X			
E. Economia Verde	X					X	X
F. Assistência Técnica aos Agentes Económicos e Produtores (Redes de comercialização e serviços)	X	X	X	X		X	X
G. Condições de suporte à fixação de população	X	X		X	X		

- **PO CRESC Algarve 2020**

Prioridade de Investimento 9.vi - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FSE)

Prioridade de Investimento 9.d - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FEDER)

As abordagens integradas de desenvolvimento serão implementadas englobando intervenções vocacionadas para dinamizar a atividade económica dos territórios rurais e costeiros, em articulação com intervenções no âmbito da economia social, explorando complementaridades e oportunidades de revitalização e valorização do território, tendo em vista ampliar o impacto social das iniciativas tipo LEADER.

As intervenções a desenvolver devem privilegiar uma abordagem de complementaridade e de não sobreposição territorial, reforçando para o efeito as sinergias entre os diversos atores e níveis de governação, particularmente com as intervenções supramunicipais de âmbito territorial no contexto do Plano definido na PI 8.b.:

- **Nas DLBC Rurais** - As intervenções devem ser enquadradas em estratégias de base local, têm que ajustar as suas intervenções com as ações estruturadas no contexto do Plano de Ação de Desenvolvimento Endógeno (definido no âmbito da PI 8.9). O objetivo é garantir que as intervenções públicas na estruturação do potencial dos recursos endógenos, encontra aderência na dinamização de micro atividades de suporte ao seu desenvolvimento.
- **Nas DLBC Costeiras** - As intervenções devem ser enquadradas em estratégias de base local Costeiras, centram-se num território com uma maior densidade de atividades e de atores, pelo que se condiciona a sua intervenção apenas a iniciativas em linha com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente. Conforme referido no Acordo de Parceria, no caso das zonas costeiras deve ser privilegiada a intervenção integrada junto das comunidades piscatórias e estuarinas, nomeadamente através da criação e flexibilidade de emprego local ligado à economia do mar e à valorização e diversificação da oferta, apostando em atividades tradicionais emergentes. Neste sentido, o objetivo de intervenção nos territórios costeiros, visa garantir o envolvimento das comunidades na articulação proposta pela variedade relacionada da RIS3 regional, nomeadamente, no interface entre as atividade ligadas ao Mar e os restantes setores.



Prioridade de Investimento 8.b - Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade (FEDER)

Apoio a estratégias específicas de valorização económica de recursos endógenos em territórios de baixa densidade, designadamente de âmbito temático, devendo ser privilegiadas ações tipo projetos-piloto em parceria/cooperação centrados em domínios como p. ex.:

- Estratégias de marketing e revitalização territorial;
- Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assente numa lógica de recriação de produtos endógenos, conceção de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais (por ex. Programa de Aldeias, Rota Vicentina, Rota Algarviana, Puro Algarve);
- Intervenções integradas de requalificação dos espaços, incluindo áreas comunitárias e bens públicos, enquanto investimentos âncora ligados aos recursos endógenos;
- Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos, incluindo a certificação e denominação de origem e a aposta em novos canais de distribuição;
- Desenvolvimento de atividades turísticas associadas ao território;

Estas ações serão articuladas com as ações das PI 6.c, 9.vi e 9.d, assim como, com os instrumentos mobilizados nas prioridades de investimento do domínio da competitividade (p.ex., Sistemas de incentivos). Estas ações obrigam à estruturação de um Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos.

Prioridade de Investimento 6.c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural. (FEDER)

Património natural

- Qualificação e promoção turística dos “sítios” de elevado valor natural e paisagístico através de suportes documentais ou digitais;
- Intervenções de conservação, de reforço, de valorização e aumento de atratividade dos recursos naturais e da sua biodiversidade (por ex: percursos de interpretação da natureza, pontos de observação de aves);
- Investimento em infraestruturas verdes (e.g. corredores, ecológicos e envolventes às linhas de água);
- Suporte às intervenções dos percursos de natureza, que asseguram a interpretação observação, usufruto e a sensibilização ambiental (Ex. Rotas de Natureza e *Birdwatching*).

Património cultural

- Valorização e promoção de bens histórico-culturais e criação de equipamentos inovadores com elevado interesse turístico (e.g. Rede regional de museus, Promontório de Sagres, património imaterial, entre outros);
- Intervenção na qualificação, reabilitação, restauro do património cultural integrado numa Estratégia Regional de Turismo e/ ou Cultural (e.g. Rota das catedrais);
- Promoção do património cultural (e.g. criação de rotas temáticas, divulgação do património subaquático);
- Desenvolvimento de eventos em parcerias multimunicipais com potencial de captação de fluxos turísticos e com participação de diferentes equipamentos culturais em rede.

As intervenções de promoção e desenvolvimento do património cultural deverão estar devidamente enquadradas em estratégias de promoção turística.

Prioridade de Investimento 9.b - Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (FEDER)

- Melhoria do espaço público (ajardinamento, equipamento de exterior, desde que integrado num Plano de ação de melhoria do edificado);
- Equipamentos públicos de apoio e promoção do desenvolvimento económico (comércio, alojamento de empresas);
- Construção de equipamentos públicos específicos vocacionados para a promoção de serviços e recursos, nomeadamente de apoio ao desenvolvimento social e de promoção da inclusão social (Centros de atividades para apoio escolar, apoio social, ações de combate ao abandono escolar, ações que promovam a ocupação dos tempos livres dos jovens).

Estas ações poderão ser articuladas com as ações a desenvolver no âmbito das PI 8.iv, 9.i, 9.iii, 9.iv, 10.i e, eventualmente, com as intervenções das PI 9.vi e 9.d. e é operacionalizada através de Planos Integrados Locais, com enfoque na comunidade desfavorecida residente. Estas intervenções deverão estar enquadradas num plano integrado local e a delimitação territorial da intervenção deve ser aí definida, correspondendo a pequenas áreas infra-municipais. Na delimitação desta área devem ser tidas em conta as características sócio-funcionais do espaço, ponderando critérios como a incidência de fenómenos associados de pobreza, criminalidade e delinquência, presença de imigrantes e minorias.

Prioridade de Investimento 8.iii - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (DLBC)

- Apoio ao Empreendedorismo e à criação do Próprio Emprego para desempregados e dos jovens à procura do primeiro emprego;
- Apoio à criação do próprio emprego por parte dos desempregados, incluindo pagamento, total ou parcial das prestações de desemprego;
- Apoios integrados à capacitação, formação, desenvolvimento de plano de negócios, lançamento da iniciativa e acompanhamento de empreendedores;
- Apoio à Promoção do Artesanato e dos Ofícios Tradicionais (ACPE);
- Ensaio de soluções de inovação social e novas respostas sociais, reforçando a lógica inclusiva e solidária dos territórios apoiados;
- Apoio ao empreendedorismo cooperativo;
- Desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais;
- Animação de estruturas de suporte (viveiros de empresas) facilitadoras do empreendedorismo;
- Implementação de planos de formação adaptados às necessidades locais;
- Apoio à qualificação, em especial de jovens para a implementação de projetos de inovação social;
- Apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde).

Prioridade de Investimento 8.a- Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas (FEDER) (DLBC)

- Incentivos ao investimento em infraestruturas e equipamentos de pequena dimensão associado à criação de microempresas e de empresas sociais;
- Infraestruturas para apoio à incubação de iniciativas empresariais de pequena escala de natureza inovadora, incluindo as startup de base social e o Centro de Apoio à Criação de Empresas (CACE) para incubação de ideias de negócio, em linha com a RIS 3 Regional;
- Microcrédito.

Sistema de incentivos de base local

O Programa indica a intenção de criação de sistema de incentivo para apoio a micro e pequenas empresas localizadas nas Áreas de Baixa Densidade, nomeadamente, destinadas a atividades de pequena transformação, artesanato, pequena hotelaria e restauração, cultura e lazer, património, serviços, animação e promoção. Este financiamento deverá ser operacionalizado com recurso ao FEDER, articulado com o FSE e o FEADER; no entanto, não são indicadas as PI a mobilizar.

- **Programa de Desenvolvimento Rural 2020**

No âmbito da intervenção do PDR Continente (PO FEADER) está contemplado o apoio a Operações a financiar no âmbito de diversos Eixos:

Eixo Competitividade e Organização da produção, designadamente:

- M3 - Valorização da Produção Agrícola, apoiando investimentos de Jovens Agricultores, de explorações agrícolas e de transformação e comercialização de produtos agrícolas;
- M5 - Valorização dos Recursos Florestais, com especial significado para as apostas estratégicas dos TBD, Região Algarve nas fileiras florestais.

Eixo Ambiente, Eficiência no uso dos recursos e Clima, designadamente:

- M7 - Agricultura e recursos naturais, apoiando investimentos, nomeadamente nos domínios da Agricultura Biológica, dos Pagamentos Rede Natura, da Conservação do Solo, do Uso Eficiente da água na agricultura, das Culturas permanentes tradicionais, do Pastoreiro extensivo, do Mosaico agroflorestal e dos Serviços Silviambientais;
- M8 - Proteção e reabilitação de povoamentos florestais, apoiando investimentos, nomeadamente, nos domínios da Silvicultura sustentável e da Gestão de recursos cinegéticos e aquícolas.

Eixo Desenvolvimento Local (M10 Leader), designadamente na Submedida de Apoio à Implementação das EDL:

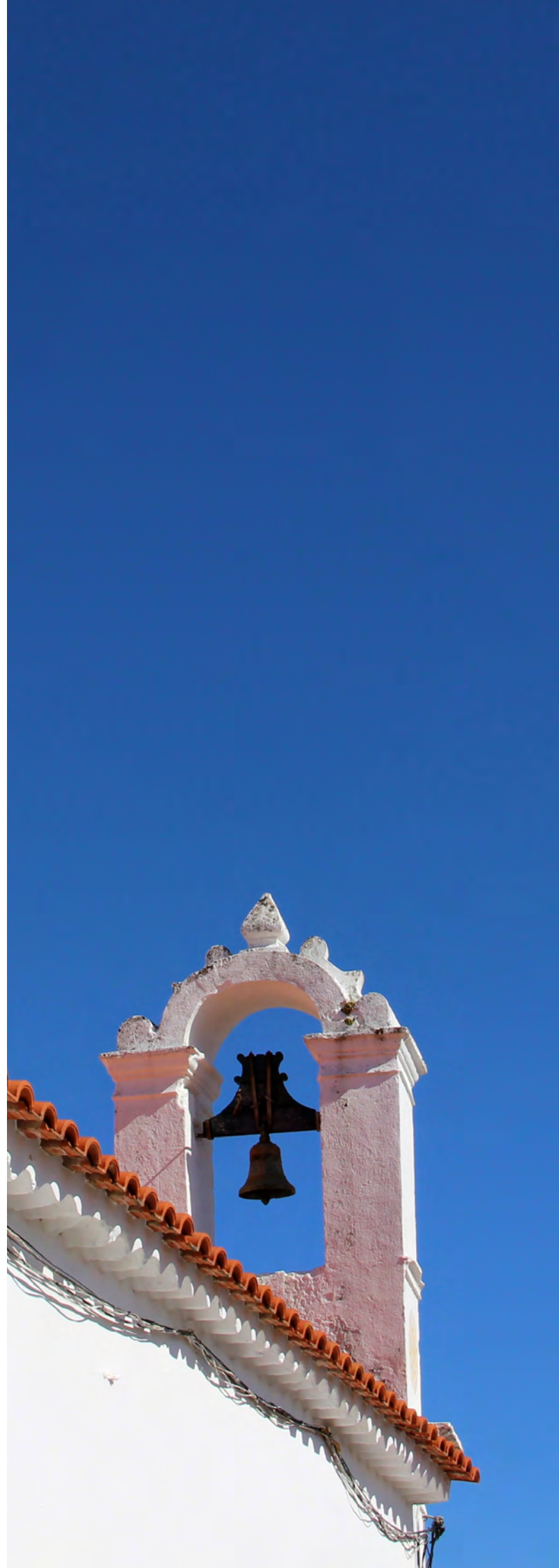
- Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas;
- Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas.
- Diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas;
- Cadeias curtas e mercados locais para distribuição/comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados;
- Apoio aos regimes de qualidade e aos produtos locais;
- Renovação de aldeias - Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais.

- **Programa Operacional MAR 2020**

Prioridade 4. Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo

- Inovação em espaço marítimo: desenvolvimento de novas metodologias de produção e/ ou de organização das entidades conexas; de novos produtos; de investigação que considere as diferentes possibilidades económicas em meio marinho, a sua reabilitação e mitigação dos impactos da ação ambiental e humana; criação de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar;
- Qualificação escolar e profissional relacionada com o mar: apoio à capacitação de atores, incluídos jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao mar, melhoria das suas competências e da sua capacidade de adaptação aos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira e do turismo;
- Promoção de Planos de Mar: desenvolvimento do conceito de “Aldeias de Mar” iniciado no âmbito do PROMAR e sua articulação com os “Polos de Mar” previstos na Estratégia Nacional para o Mar 2020; apoio de intervenções que visem o desenvolvimento de ações articuladas que convirjam para a consolidação destes conceitos;

- Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos: apoio a intervenções que promovam a realização de ações em património edificado, natural e simbólico associado ao espaço marítimo; melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores;
- Reforço da competitividade da pesca: criação, recuperação e modernização, das estruturas, equipamentos e/ ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura;
- Desenvolvimento de turismo em espaço aquático: criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao mar, promovendo o turismo de âmbito local;
- Promoção de produtos locais de qualidade: fomento das oportunidades de investimento que considerem a melhoria da qualidade dos produtos e a utilização de recursos endógenos, incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios de certos consumos;
- Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar: apoio à criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação;
- Funcionamento dos GAL-PESCA e realização de ações de cooperação: dirigida aos GAL-PESCA, esta área de intervenção considera o apoio à divulgação das EDLBC, incluindo a realização de estudos piloto e de iniciativas que tenham como objetivo a promoção e o esclarecimento das diferentes possibilidades de apoio; cooperação entre os diferentes atores da intervenção; ações de formação e de aprendizagem das suas equipas técnicas.



04

Governança e
Monitorização



O modelo de governação assume um papel crítico no sucesso das políticas públicas com intervenção nos Territórios de Baixa Densidade, conforme se concluiu na avaliação realizada no capítulo 2 deste Relatório. A adoção de um novo paradigma do desenvolvimento dos territórios rurais de Baixa Densidade populacional requer mudanças importantes na conceção da estratégia de intervenção e respetiva implementação (Programa de Ação), nomeadamente por via da adoção de uma abordagem interdisciplinar *cross-cutting* e multinível da governância territorial, conforme é defendido pela OCDE (2006) *cit.* Neto e Natário (2009)¹³⁴.

A valorização do capital natural, na perspetiva do aumento da competitividade dos Territórios de Baixa Densidade, constitui a principal base de partida para os desafios do desenvolvimento do interior do Algarve assente numa nova lógica de relacionamento (“vasos comunicantes”) entre o litoral mais desenvolvido e de maior dinamismo económico, social e demográfico e o interior, onde existem um vasto conjunto de recursos endógenos suscetíveis de valorização económica (p.ex., a dinamização da constelação de serviços associados ao Turismo de Natureza e a reindustrialização da fileira agroalimentar).

O conceito de território surge, assim, como o elemento essencial na conceção das políticas públicas e da própria eficiência coletiva que se objetiva alcançar no horizonte de 2020, conforme é enfatizado no PO Regional CRESC ALGARVE 2020 que estabelece como um dos objetivos estratégicos “*reduzir assimetrias entre o litoral e o interior, aumentado em 5% o volume de emprego nos concelhos do interior, em setores ligados à valorização dos recursos endógenos e com base no reforço das iniciativas da economia social*”. Nessa perspetiva, justifica-se uma revisão do “mapa” dos Territórios de Baixa Densidade, em resultado da reorganização administrativa das freguesias e das

dinâmicas sociodemográficas e económicas ocorridas na Região algarvia nos últimos 20 anos, por forma a obter uma melhor focalização das políticas de desenvolvimento para esses territórios e, conseqüentemente, uma utilização mais eficiente dos recursos de financiamento.

A adoção de um Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade que identifique prioridades e que estruture linhas de intervenção coerentes com o conjunto de instrumentos de política pública (nacionais e comunitários) com incidência regional e/ou nacional e que perspetive para além da dimensão económica, também as dimensões ambiental, social e territorial, afigura-se um ponto central para o desenvolvimento de uma política regional para estes territórios. Ou seja, este instrumento deve proporcionar a visão estratégica de longo prazo, orientadora para a política de desenvolvimento integrada dos Territórios de Baixa Densidade numa lógica de articulação territorial das políticas setoriais.

As características próprias dos recursos endógenos e das dinâmicas sociodemográficas e económicas das várias sub-regiões que compõem os Territórios de Baixa Densidade do Algarve – Costa Vicentina, Serra Algarvia/Barrocal e Baixo Guadiana – constituem aspetos relevantes para a formulação de estratégias de intervenção ajustáveis às realidades/necessidades específicas e que visam dotar o modelo de governação de uma lógica de “governação territorial das intervenções estruturais”. O modelo adotado em França para o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade a partir de “polos de excelência rural” poderá constituir um contributo adicional para a reflexão sobre a lógica de intervenção a desenvolver nos Territórios de Baixa Densidade do Algarve no período de programação financeira comunitária 2014-2020.

¹³⁴ Paulo Neto e Manuela Natário, 2009, O novo paradigma de desenvolvimento rural: os polos de excelência rural. CEFAGE-EU Working Paper 2009/03. Évora. 24 p.

A articulação das estratégias sub-regionais de intervenção com as prioridades das políticas públicas regionais e nacionais (nomeadamente, nas áreas da formação e emprego, desenvolvimento rural, turístico e agroindustrial), afigura-se desejável para o estabelecimento das sinergias e complementaridades de atuação necessárias para a criação das economias de agregação em torno de iniciativas-âncora que permitam a realização de investimentos reprodutivos, geradores de emprego nos Territórios de Baixa Densidade (p.ex., *cluster* agroalimentar e Turismo de Natureza).

A conceção de Estratégias Locais de Desenvolvimento, que valorizem a realização de projetos enquadrados nas Iniciativas-âncora, que objetivam um conjunto de especializações produtivas territoriais (na ótica dos *clusters* regionais), promotores de Estratégias de Eficiência Coletiva afigura-se um caminho desejável na estruturação do modelo de governação.

A descentralização da gestão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, assente num acordo de parceria plurifundos, com uma unidade de gestão liderada por atores do setor privado (modelo GAL) em cada sub-região, foi apontado pelas ADL como uma solução que poderá capitalizar a coordenação e o aproveitamento de sinergias a nível regional das políticas públicas, não só entre FEADER mas também na articulação com o FEAMP (comunidades costeiras) e com os Fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e Fundo de Coesão).

A este propósito, importará citar a apreciação tecida pela Avaliação da Medida de Revitalização das Áreas de Baixa Densidade inscrita no PROAlgarve (2000-2006), que sublinha a utilidade do envolvimento participativo das ADL, em paralelismo com o modelo de governação do Programa LEADER, por forma a beneficiar da maior proximidade das organizações face aos potenciais promotores, numa lógica de atuação “em extensão” da CCDR Algarve, proporcionando um melhor acompanhamento das candidaturas e dos projetos no terreno.





Para a concretização da estratégia de desenvolvimento integrado dos Territórios de Baixa Densidade do Algarve, afigura-se recomendável a adoção de um modelo de governação baseado nos seguintes princípios orientadores:

- **Consistência institucional**, de forma a que exista uma atuação concertada de todos os parceiros, nos vários domínios relevantes para o desenvolvimentos dos Territórios de Baixa Densidade.
- **Territorialização**, com base numa atuação a nível sub-regional, inspirado no modelo das Abordagens Integradas de Base Territorial - AIBT, a que caberia a dinamização das ações concertadas em áreas com potencialidades e problemas específicos.
- **Eficácia e profissionalização**, por via da seletividade e articulação no uso dos recursos de financiamento e da monitorização e acompanhamento sistemático dos programas.
- **Simplificação**, nomeadamente via adoção de um sistema de incentivos simplificado específico ajustado para o contexto das microempresas e das pequenas explorações agrícolas e pecuárias (p.ex., aquisição de alfaías, melhoria de instalações de apoio à atividade agrícola e pecuária), bem como para a melhoria das condições de vida nas habitações dos agricultores (inclui água e saneamento) dos Territórios de Baixas Densidade.
- **Flexibilidade**, uma componente crucial para o sucesso da intervenção nos Territórios de Baixa Densidade, p.ex., recuperando as aprendizagens e soluções da Iniciativa EQUAL;
- **Proporcionalidade** entre os organismos da Administração Pública Central, Regional e Local e os agentes associativos e privados (ADL, Associações Empresariais e sociedade civil);
- **Financiamento plurifundos**, com a atribuição de um envelope financeiro coerente com as necessidades e eixos estruturantes de intervenção.

De forma a não duplicar estruturas, considera-se que a função de dinamização e coordenação de um *Programa de Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade* poderá ser assumida pela **Plataforma para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Algarve**, prevista no CRESC Algarve 2020, a qual pretende constituir-se como um *forum* de concertação e consensualização operacional da Região, promovendo as articulações e sinergias necessárias entre os projetos e ações a apoiar pelos FEEI e mobilizando os atores regionais para os desafios do desenvolvimento, da inovação, do emprego e da inclusão, da competitividade e da sustentabilidade.

Neste contexto, a CCDR Algarve afigura-se como o agente institucional melhor posicionado para a concretização desta abordagem e quadro de funções quer por via da experiência acumulada ao longo de mais de duas décadas de gestão de fundos comunitários, quer pela capacidade técnica e operacional de coordenação regional que detém.

As Instituições de Ensino Superior (IES), com destaque para a Universidade do Algarve, constituem aliados importantes das organizações e promotores de iniciativa dos Territórios de Baixa Densidade pelas competências de conhecimento e recursos de I&D+I que albergam no seu seio, designadamente, nos domínios das fileiras agroalimentar e das pescas e recursos do mar. As IES atravessam uma encruzilhada de desafios em que são confrontadas com a necessidade de refrescar a sua missão e quadro de atividades, mas também as condições de empregabilidade dos seus diplomados, o que pressupõe maior envolvimento na relação com o tecido sócio-empregador regional.

A Associação de Municípios do Algarve (AMAL), dada a importância central da ação dos municípios nos Territórios de Baixa Densidade (designadamente, perante o acentuado recuo das funções do Estado Social a nível local), constitui um parceiro natural para a implementação de qualquer estratégia de desenvolvimento com incidência nesses territórios, nomeadamente ao nível da ação das Juntas de Freguesia que apresenta um conjunto de novos autarcas emanados das eleições autárquicas de Setembro de 2013, com destaque para os jovens Presidentes de Junta, os quais poderão incutir uma nova dinâmica e uma nova visão no desenvolvimento das políticas públicas nestes territórios.

As Autarquias, enquanto agentes de proximidade, também deverão assumir um papel relevante neste processo, nomeadamente na divulgação/informação e no aconselhamento e orientação dos potenciais beneficiários. A estratégia desenvolvida pela Associação Vicentina com as autarquias de Monchique, Aljezur e Vila do Bispo, no âmbito do ProDeR - GAL ADERE, foi sinalizado como um modelo de parceria com ganhos relevantes em matéria do acompanhamento de proximidade junto dos potenciais promotores e dos projetos apoiados, em resultado da descentralização da análise e acompanhamento dos Pedidos de Apoio nos gabinetes de desenvolvimento de base municipal naqueles Concelhos.

As Associações de Desenvolvimento Local, como já foi anteriormente sublinhado, também podem assumir um protagonismo de enorme relevância neste processo, dada a capacidade técnica e eficácia que têm revelado ao longo dos anos para a intervenção de proximidade no território - a experiência do LEADER assim o demonstra. Todavia, trata-se de um papel que deverá ser enquadrado pelas soluções que vierem a ser consagradas para a dinamização e gestão das Estratégias DLBC.

O papel das Associações Empresariais deverá ser mais valorizado, enquanto interlocutores privilegiados para o envolvimento do tecido empresarial regional, nomeadamente em vista: da interação que possam estabelecer com empresas associadas presentes em Zonas Industriais e Parques Empresariais que resultam num potencial produtivo que pode revelar-se importante para a reestruturação produtiva do Interior; mas também na dinamização de novos parceiros de investimento que possam ser mobilizados para robustecer as cadeias de valor em setores produtivos com potencial de integração de recursos; capacidades e tradições produtivas nos Territórios de Baixa Densidade.

A Delegação Regional do IEFP, o Centro Distrital da Segurança Social e a Direção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve constituem igualmente parceiros importantes para a promoção da coesão social e a dinamização dos territórios rurais.

Este conjunto de entidades, que compreende o sistema institucionalizado de atores regionais relevantes para a dinamização dos territórios de Baixa Densidade e compõe a **Plataforma para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Algarve**, deverá equacionar as condições para celebrar uma **Convenção de Desenvolvimento** que as comprometa na promoção, dinamização e gestão de um Programa de Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade, a contratualizar com a Administração Central, vinculado a objetivos e a resultados, no horizonte 2030, com uma 1ª fase de concretização a financiar no quadro do período de programação 2014-2020.

Acresce a expectativa existente quanto à capacidade das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária para concretizarem a necessária articulação dos fundos disponíveis no ciclo de políticas públicas 2014-2020 para o desenvolvimento sustentável dos Territórios de Baixa Densidade, nomeadamente, quanto à possibilidade de visitar as condições de sucesso obtido no QCA II com o modelo de governação dos Centros Rurais. Nesse sentido, identificam-se, de seguida, algumas linhas de intervenção consideradas prioritárias pelas ADL entrevistadas no trabalho de campo:

- Dinamização da inovação local (novos produtos, novos serviços);
- Animação sociocultural e ambiental do território, nomeadamente na interligação com as atividades de Turismo Rural e de Turismo da Natureza;
- Capacitação dos agentes locais (p.ex., gestores de unidades de turismo rural);
- Preservação/valorização do património edificado (p.ex., “refuncionalização” económica de equipamentos coletivos/criação de espaços de *coworking*);
- Apoio a serviços básicos de proximidade, nomeadamente através das IPSS;
- Incentivo à diversificação da atividade económica, através do apoio ao empreendedorismo, às microempresas (principais criadores de emprego nos Territórios de Baixa Densidade) e ao estabelecimento de redes colaborativas de produção local;
- Valorização da atividade em explorações agrícolas (diversificação, qualificação dos ativos, criação de pontos de venda, etc.), que permita enquadrar a pequena agricultura familiar como o modelo de organização social nuclear do tecido social rural;
- Desenvolvimento dos Circuitos curtos de comercialização/mercados locais;
- Valorização/Promoção dos produtos locais (p.ex., novas soluções de certificação da qualidade – marca “Puro Algarve”).

As intervenções das políticas públicas, a projetar nos Territórios de Baixa Densidade, devem contribuir para o dinamismo das forças sociais locais, nomeadamente através do envolvimento dos habitantes das aldeias, e fomentar a cooperação entre os vários agentes do território, reconhecendo o papel central da agricultura e da silvicultura para a recuperação do potencial produtivo desses territórios.

Em termos operacionais, as Iniciativas-âncora definidas podem constituir uma base de trabalho para desencadear um processo técnico e institucional que deve compreender as seguintes Etapas/atividades:

- Sensibilização e mobilização do conjunto de entidades interessadas e que constituem eventuais parceiros a mobilizar;
- Realização de reunião de trabalho, sob convocatória e dinamização da CCDD, para refletir globalmente sobre em torno do racional de intervenção e de ideias de ações, iniciativas e projetos, devendo evoluir para a constituição de Grupos de Trabalho.
- Elaboração de Fichas de Operação, em registo de programação e fundamentação técnicas das ações/projetos a realizar, compreendendo elemento-tipo como:

1. Enquadramento das ações a desenvolver

Entidade(s) promotora(s)
Justificação e objetivos
Entidades parceiras
Recursos a envolver
Resultados-tipo a atingir
Prioridades de concretização de ações

2. Descrição das ações

Âmbito de intervenção e Objetivos
Localização
Ações complementares
Período de realização

3. Resultados e efeitos

Efeitos e resultados esperados
Indicadores e metas a atingir

4. Programação financeira previsional e fontes de financiamento

Investimento total
Previsão do financiamento total, por fonte
Previsão de despesas de funcionamento e manutenção em ano cruzeiro.

O acompanhamento institucional das intervenções suportadas pelas políticas públicas com incidência nos TBD poderá decorrer no âmbito da missão e atividades da **Plataforma para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Algarve**, ancorada num Sistema de Informação e Monitorização dedicado que é alimentado por uma bateria de metas e indicadores de realização, resultado e de impacto. Nesses termos, a monitorização pode acometer à CCDR Algarve, com a alocação de recursos técnicos constituídos num Secretariado Técnico que além de prestar assistência técnica aos órgãos de gestão local do programa de ação, também procede à recolha e processamento sistemático da informação e à elaboração de regular de relatórios de progresso.

Nessa perspetiva, o estabelecimento de um “Observatório das Dinâmicas dos Territórios de Baixa Densidade” afigura-se como uma solução de ancoragem institucional para o processo de monitorização e avaliação sistemática das políticas públicas com incidência nestes territórios, tendo presente os seguintes dispositivos de observação:

- Bateria de Indicadores e respetivo Sistema de Informação;
- Monitorização interna regular (semestral/anual);
- Avaliação contínua externa (inclui a realização de estudos temáticos setoriais).



ANEXO

Estudo de caso -
Instalação de jovem
apicultor na Serra
de Tavira



Motivação para instalação na apicultura

Embora exista uma forte tradição apícola na família (tios e avós), a incerteza na estabilidade do emprego e a necessidade de uma fonte de rendimento complementar/alternativa foi o fator determinante no momento da decisão.

Apesar de existir uma associação regional de apicultores (MELGARVE - Associação de Apicultores do Sotavento Algarvio), este jovem apicultor não se tornou associado, pois considera que a Associação presta pouco apoio técnico aos seus associados, sendo apenas utilizada para efeito do registo oficial das colónias de Abelhas.

A comercialização, enquanto fator crítico para o desenvolvimento da atividade apícola

De acordo com o jovem apicultor entrevistado, o desenvolvimento da apicultura algarvia carece da resolução de alguns constrangimentos estruturais. Desde logo, a necessidade de legislação adequada ao exercício da atividade, nomeadamente ao nível da comercialização dos pequenos produtores. A legislação atual condiciona a comercialização do mel dos pequenos apicultores a um limite de 500 kg de mel enfrascado no Distrito de residência, tendo posteriormente sido publicada uma Portaria que restringe a venda ao espaço compreendido pelo concelho de residência e concelhos limítrofes.

Atualmente, o escoamento do produto é efetuado por venda direta de 400-500 kg de mel em feiras (um meio de comercialização que começa a apresentar saturação de oferta) e em algumas lojas no pequeno retalho local, sendo que 2/3 da produção é vendido a granel (bidons de 300 kg) a intermediários.

A varrose, um problema sanitário por resolver

De acordo com o jovem apicultor entrevistado, o desenvolvimento da apicultura algarvia carece da resolução de alguns constrangimentos estruturais. Desde logo, a necessidade de legislação adequada ao exercício da atividade, nomeadamente ao nível da comercialização dos pequenos produtores. A legislação atual condiciona a comercialização do mel dos pequenos apicultores a um limite de 500 kg de mel enfrascado no Distrito de residência, tendo posteriormente sido publicada uma Portaria que restringe a venda ao espaço compreendido pelo concelho de residência e concelhos limítrofes.

Atualmente, o escoamento do produto é efetuado por venda direta de 400-500 kg de mel em feiras (um meio de comercialização que começa a apresentar saturação de oferta) e em algumas lojas no pequeno retalho local, sendo que 2/3 da produção é vendido a granel (bidons de 300 kg) a intermediários.

Associativismo, a “trave-mestra” para alavancar o setor apícola algarvio

A falta uma Organização de Produtores (OP) que tenha como preocupação principal a concentração da oferta e permita assegurar uma comercialização com a apropriação de mais valias pelos produtores foi identificada como o principal constrangimento estrutural para uma estratégia regional de valorização e desenvolvimento da atividade apícola.

“A OP é importante para criar o nosso mel e acrescentar valor ao produto” - Eduardo Valente, jovem apicultor (ProDeR) – Serra de Tavira

A exportação de mel por parte dessa OP constituiria uma mais valia importante, para a qual a criação de uma marca própria identitária da genuidade e qualidade do mel produzido no Nordeste Algarvio, nomeadamente do mel de rosmaninho, ou de uma marca regional “Mel do Algarve” poderia trazer importantes mais-valias na valorização económica do mel e pólen para os produtores.

A perspetiva da majoração dos apoios a conceder no período de programação financeira 2014-2020 para apicultores associados é um aspeto que pode contribuir para um esforço de associativismo por parte dos apicultores algarvios. A criação de uma OP com base nos apoios financeiros previstos no novo Regulamento do FEADER constitui um aspeto relevante que poderá estimular o surgimento das OP com a dimensão necessária para a criação de condições infraestruturais para a extração do mel e para o embalamento e comercialização direta do produto (Centrais meleiras), com uma maior apropriação de valor acrescentado pelos apicultores.

Em síntese, a apicultura detém um papel de enorme relevo no potencial de crescimento do valor da produção agrícola e agroindustrial das Áreas de Baixa Densidade, onde constitui uma das principais alternativas de fonte de rendimento na Serra Algarvia, principalmente em meio florestal. Por outro lado, existe um potencial de crescimento e de diversificação do mel e outros produtos da colmeia que urge ser incentivado, nomeadamente pela possibilidade de desenvolver produtos de maior valor acrescentado, quer ainda pelo aumento da capacidade de comercialização e exportação desses produtos de qualidade - “aumentou o consumo de mel e há espaço para crescer na Europa” (Presidente da Federação Nacional dos Apicultores de Portugal, 2013).



ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL

QR
QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL



UNIÃO EUROPEIA
FEDER